UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO - PPDRU
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

MARIA LENY SOUZA OLIVEIRA

ESPAÇO URBANO E O MODO DE VIDA NA FAVELA:
AS VOZES DOS MORADORES DA ROCINHA EM FEIRA DE SANTANA-BA

Salvador
2010

MARIA LENY SOUZA OLIVEIRA

ESPAÇO URBANO E O MODO DE VIDA NA FAVELA:
AS VOZES DOS MORADORES DA ROCINHA EM FEIRA DE SANTANA-BA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora.

Orientadora: Profa. Doutora Alba Regina Neves Ramos

Salvador
2010

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador – UNIFACS

Oliveira, Maria Leny Souza.
Espaço urbano e o modo de vida na favela: a voz dos moradores da Rocinha em Feira de Santana-Ba. / Maria Leny Souza Oliveira. - Salvador : UNIFACS, 2010.
176 f..: il.
Tese (doutorado) – Universidade Salvador – UNIFACS. Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano.
Orientadora: Profª. Drª. Alba Regina Neves Ramos.

1. Urbanização – desigualdade social. 2. Favela – moradia – Tese. I. Ramos, Alba Regina Neves, orient. II. Título.

CDD 307.76

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA LENY SOUZA OLIVEIRA

ESPAÇO URBANO E O MODO DE VIDA NA FAVELA:
AS VOZES DOS MORADORES DA ROCINHA EM FEIRA DE SANTANA-BA

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Alba Regina Neves Ramos - Orientadora_____
Doutora em Sociologia pela Université de Paris III Sorbone-Nouvile, França e em Geografia pela Universidade de Rouen, França.

Profa. Dra. Elvia Mirian Cavalcante Fadul - _____
Doutora em Urbanisme pelo Université Paris XIX – Institut d' Urbanisme de Paris, França

Profa. Dra. Maria Ângela Silva Nascimento - _____
Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (1997)

Prof. Dr. Silvio Humberto Passos Cunha - _____
Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo

Salvador, de 2010.

Ao Senhor Jesus Cristo
À minha filha Victória, meu eterno amor
Aos moradores da Favela da Rocinha

AGRADECIMENTOS

No curso de nossa vida, somos contemplados com verdadeiros presentes, cujos laços são desfeitos por artifícios diversos. Uns, resistentes, requerem desmedida perseverança, outros, enigmáticos, demandam palavras de fé, enquanto, para os mais simples, basta vontade para desatá-los. Trazidos por quem amamos, esses presentes constituem valiosos tesouros. Acalmada a emoção por recebê-los e a curiosidade de abri-los, expressamos reconhecimento diante do valor da oferta.

Porque assim, penso, aproveito o ensejo para externar aqui meus agradecimentos àqueles de quem recebi, ou venho recebendo, presentes muito especiais.

Ao Senhor Jesus Cristo, pai maior, pela vida, determinação, coragem e força de vontade, e por ter me ensinado nunca desistir: "Ainda que eu ande no vale da morte tua alma e teu cajado me protegerão...*"* (Salmo 23:1) minha imensa e eterna gratidão.

À minha mãe, pelo exemplo de persistência e coragem. Suas orações me iluminaram durante este percurso.

Ao meu esposo, Luiz César, pelo apoio constante.

À Professora Maria Lúcia Silva Servo, espírito de luz, exemplo de sabedoria, luta e garra. Uma grande mestra. Seus ensinamentos foram relevantes para mim.

À minha orientadora, Professora Alba Ramos, que iluminou o meu pensar ampliando o meu horizonte de pesquisadora. A cada encontro de orientação, um desafio, que muitas vezes acreditava ser impossível transpor. Minha eterna gratidão, respeito e admiração.

À Professora Maria Ângela Nascimento, pela disponibilidade, sabedoria e boa vontade em contribuir sempre. Apoio fundamental para a elucidação do meu caminho metodológico.

À Professora Elvia Cavalcante Fadul, mestre exemplar, pelo marcante desempenho.

Ao professor Fernando Pedrão, muito obrigada.

Aos Bolsistas, Jaciara, Daniela e César, pelo apoio na realização da pesquisa de campo e compilação dos dados.

À equipe do Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano, em especial, à Márcia Stradman.

À Universidade do Estado da Bahia - Uneb, em especial, à PPG na pessoa do professor Edgar.

Aos moradores da Favela da Rocinha, pela disponibilidade e paciência em responderem meus questionamentos.

À Dona Sulamita, D. Alda e Sr. Osvaldo, pela ajuda imensurável na coleta dos dados empíricos.

À equipe da SEPLAN, da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, em especial, a Amarildo e Reinaldo.

Josias e Eli, por terem sido ideais companheiros de estrada.

Ao professor Noel Borges pelo apoio dedicado.

Às Professoras Flávia Aninger e Conceição pelas correções de linguagem.

Ao Geógrafo Kleber pela construção dos Mapas.

A Gilvan Ferreira Guedes pela elaboração da Ficha Catalográfica.

À Almira Oliveira Araújo e a Denise Boa Sorte pela ajuda na formatação.

Ao professor César Barbosa, que apesar das várias atividades cotidianas ainda encontrou tempo para realizar o estudo estatístico sobre os moradores da Rocinha.

Em especial a Professora Kátia Maria Mendes, pelo incentivo, ajuda e exemplo, personagem da minha história de vida.

RESUMO

Este estudo aborda a questão das favelas no espaço urbano, tomando como centro de investigação Feira de Santana, cidade média com destaque dentro do contexto regional e nacional do país. Objetivou-se analisar o modo de vida e o significado do lugar de moradia para as pessoas da Favela da Rocinha em Feira de Santana-Bahia a partir de uma metodologia qualitativa de cunho Etnográfico, utilizando como recursos da pesquisa a observação participante e a entrevista semiestruturada. O Grupo Focal foi a técnica eleita para a coleta dos dados grupais. A partir da Análise de Conteúdo chegou-se às seguintes categorias de análise: O Viver na Rocinha: (Des) encantos de um lugar fora das idéias; O Imaginário dos moradores da Rocinha: sonhos, desejos e aspirações de um cotidiano de (in) certezas. Essas categorias classificadas como temáticas/categoriais refletem as vozes dos moradores da Favela estudada. Após a análise dos resultados, chegou-se às seguintes conclusões: a Rocinha apresenta elevado nível de pobreza e desigualdade social. Trata-se de um contingente populacional em plena capacidade produtiva, que se encontra desempregada ou subempregada, vivendo num espaço territorial em que predomina a violência. A expectativa dos moradores é acesso, no espaço onde moram, a melhores serviços de educação, de saúde, saneamento, lazer, emprego, segurança e renda. O Estado se faz ausente na Rocinha desde a sua ocupação inicial. Há mais de vinte anos, a localidade passa despercebida aos olhares dos gestores públicos.

Palavras-Chave: Espaço Urbano. Favelas. Exclusão Social. Feira de Santana. Rocinha.

ABSTRACT

This study examines the issue of slums in the urban space, establishing Feira de Santana, medium sized city of regional and national expression as center of the investigation. One of the objectives was to analyze the meaning of the place and way of life in the urban space of the Favela da Rocinha in Feira de Santana in the perspective of the residents using a qualitative methodology of ethnographic character, and using as research tools the direct observation, interviews and the formation of focal groups. The research produced an investigation of the daily life of the inhabitants, fact that made possible to create categories of analysis that reflect the voice of these residents. After the analysis of the results, the following conclusions were drawn: the Rocinha slum presents a low level of schooling, which is a conditioning and excluding factor that contributes effectively to the maintenance of poverty and social unbalance. The population contingent is in its full productive capacity, unemployed and underemployed, living in a territorial space where violence prevails. The expectation of the residents is to have access to better services of education, health, sanitation, leisure, work, safety and income. The state has been absent in the Rocinha slum since its beginning. For more than twenty years, the locality has not been noticed by public managers.

Key words: Urban space. Slums. Social exclusion. Feira de Santana. Rocinha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização da cidade de Feira de Santana- Bahia	63
Figura 2 -	Redes de lugares centrais e área de atuação de Feira de Santana	64
Figura 3 -	Vista aérea de parte do Centro Industrial do Subaé, 1975	69
Figura 4 -	Evolução da População Urbana e Rural de Feira de Santana no período de 1940 a 2008	80
Figura 5 -	Evolução da densidade demográfica do município de Feira de Santana no período de 1940 a 2008	82
Figura 6 -	Distribuição da renda mensal dos chefes de domicílios por classes de renda	92
Figura 7 -	Fotografia Aérea da Rocinha – Lagoa Grande	102
Figura 8 -	Mapa da Área Urbana de Feira de Santana com localização da Rocinha	103
Figura 9 -	Rocinha III - Depósito de sucatas a céu aberto	108
Figura 10 -	Lavanderia Comunitária	110
Figura 11 -	Mapa da Divisão da Rocinha	116
Figura 12 -	Homicídios ocorridos em Feira de Santana no período de 2004 a 2008	144
Figura 13 -	Evolução dos homicídios ocorridos em Feira de Santana no período de 2004 a 2008	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conjuntos Habitacionais Construídos para Baixa Renda Em Feira de Santana – décadas de 70, 80 e 90 90

Quadro 2 - Programas habitacionais e de infra-estrutura urbana implementados no município de Feira de Santana – 1996 a 2000 99

Quadro 3 - Grupo I: Caracterização dos sujeitos segundo representatividade: comerciantes, agente de saúde, professor, morador mais antigo e as lideranças comunitária e religiosa, participantes do estudo. Feira de Santana-Ba, junho a agosto de 2008 123

Quadro 4 - Grupo II: Caracterização dos moradores da Rocinha (sujeitos comuns), participantes do estudo. Feira de Santana-Ba, junho a agosto de 2008 124

Quadro 5 - Grupo III: Caracterização dos componentes do grupo focal, participantes do estudo. Feira de Santana-Ba, junho a agosto de 2008 126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Brasil: população absoluta, urbana e rural, e taxa de urbanização 1940 – 2000	52
Tabela 2 -	Taxas Anuais de Crescimento Populacional, Brasil e Regiões 1940 – 2000	53
Tabela 3 -	Estrutura Setorial do PIB da Bahia 1950 – 1999	58
Tabela 4 -	População da Bahia, do Nordeste e do Brasil 1872 – 2000	59
Tabela 5 -	Grau de Urbanização: Brasil, Sudeste, Nordeste e Estados da Região Nordeste, 1991-2000	60
Tabela 6 -	Comparativo de pobreza e desigualdade na Bahia, Feira de Santana e cidades selecionadas	74
Tabela 7 -	Feira de Santana: Evolução da População Urbana e Rural 1940/2008	78
Tabela 8 -	Brasil-Bahia-Feira de Santana: Taxa Geométrica de Crescimento Anual 1950 – 2000	80
Tabela 9 -	Densidade demográfica do município de Feira de Santana no período de 1940 – 2008	81
Tabela 10 -	Participação dos Municípios Baianos com população superior a 100.000 habitantes em relação ao Estado da Bahia em 2008	83
Tabela 11 -	Número de áreas e domicílios em assentamentos subnormais	87
Tabela 12 -	Moradias em área de risco e proteção ambiental	87
Tabela 13 -	Faixa de renda e demanda total por habitação em Feira de Santana/1992	88
Tabela 14 -	Distribuição da renda mensal dos chefes de domicílios por classes de renda	91
Tabela 15 -	Lotes Distribuídos pelo PLANOLAR em Feira de Santana-1988/1992	95
Tabela 16 -	Homicídios ocorridos em Feira de Santana no período de 2004 a 2008	143
Tabela 17 -	Lagoa Grande: Rocinha III – Feira de Santana / Rendimento, por gênero, 2008	157

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC	Benefício de Prestação Comunitária
CEF	Caixa Econômica Federal
CIA	Centro Industrial de Aratú
CIS	Centro Industrial do Subaé
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A.
COHAB	Companhia de Habitação
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPLAN	Companhia de Planejamento
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EMBASA	Empresa Baiana de Água e Saneamento
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INOCOOP	Cooperativa habitacional
IUPERJ-RJ	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
LABHAB/FAU-USP	Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDDM	Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDLI	Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PLANDEB	Plano de Desenvolvimento da Bahia
PLANOLAR	Plano Municipal de Habitação Popular

PMFS	Prefeitura Municipal de Feira de Santana
POC	População Ocupada do Município
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
URBIS	Habitação e Urbanização da Bahia
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	17
2	**O FENÔMENO URBANO: PROCESSO E HISTÓRICO**	24
2.1	CIDADES: TRAJETÓRIA E FUNÇÕES	29
2.2	FAVELAS: MÚLTIPLOS CONCEITOS E SIGNIFICADOS	38
2.2.1	**Da Periferia à (Re) Produção das Favelas: A Questão da Moradia**	40
2.2.2	**Origens e Constituição das Favelas no Brasil**	43
3	**BRASIL, BAHIA: UM CENÁRIO DE URBANIZAÇÃO DESIGUAL**	48
3.1	PROCESSO DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL	48
3.2	URBANIZAÇÃO BAIANA: UMA BREVE REFLEXÃO	55
4	**PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DESIGUAL NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA**	62
4.1	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	62
4.2	CONTEXTO HISTÓRICO	65
4.3	O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS	70
4.4	RENDA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	72
4.5	URBANIZAÇÃO	75
4.6	A FORMAÇÃO DE FAVELAS NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA	84
4.7	A ATUAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL: O PLANOLAR	93
4.8	O *LÓCUS* DA PESQUISA	101
4.8.1	**As Formas de Ocupação**	105
4.8.2	**Infraestrutura e Equipamentos**	109
5	**TRAJETÓRIA METODOLÓGICA**	111
5.1	TIPO DE ESTUDO	111
5.2	FUNDAMENTOS DA ABORDAGEM QUALITATIVA DO TIPO ETNOGRÁFICA	112
5.3	CAMPO DE INVESTIGAÇÃO	113
5.4	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	117
5.4.1	**A Entrevista com o Grupo Focal**	120

5.5 SUJEITOS DO ESTUDO 121
5.6 O CAMINHO PERCORRIDO PARA COLETAR OS DADOS 127
5.7 MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS 128
5.7.1 Ordenação, Classificação e Análise dos Dados 130
6. O QUADRO DESCRITO PELA PESQUISA DE CAMPO: AS VOZES DOS MORADORES DA FAVELA DA ROCINHA 132
6.1 O VIVER NA ROCINHA: (DES) ENCANTOS DE UM LUGAR FORA DAS IDEIAS 132
6.2 O IMAGINÁRIO DOS MORADORES DA ROCINHA: SONHOS, DESEJOS E ASPIRAÇÕES EM UM COTIDIANO CHEIO DE (IN) CERTEZAS 158
7 CONCLUSÕES 163
7.1 SUGESTÕES 168
REFERÊNCIAS 171
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Aberta – Moradores 180
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Aberta - Lideranças Comunitárias 182
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista Aberta – Comerciantes 183
APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Aberta - Liderança Religiosa 184

1 INTRODUÇÃO

As favelas são presença no cenário urbano brasileiro há mais de um século, apresentando imagens da carência, da falta, do vazio, do descaso. Têm fornecido razão para estudos e pesquisas desde a década de 1940, quando se inicia a ocupação do Morro da Providência, na Cidade do Rio de Janeiro, por soldados que lutaram na guerra de Canudos, na Bahia.

Vista, por muito tempo, pelos olhos das instituições e dos governos, como o lugar por excelência da desordem, no entanto, a favela é, por extensão, a própria imagem da cidade. Zaluar e Alvito (2004, p. 14) criticam o estereótipo da favela como a representação dos fantasmas prediletos do imaginário urbano- "foco de doenças, gerador de epidemias, sítio de malandros e ociosos, negros inimigos do trabalho duro e honesto; amontoado promíscuo de populações sem moral". A ideia é que o lugar da favela deveria ser separado da cidade. Contrariando essa versão os autores afirmam que os favelados, além de estarem dotados de forte sentimento de otimismo, têm uma vida rica de experiências associativas, imbuídas de amizade e espírito cooperativo. Assim, o pensamento da favela como lugar somente da desordem e do ócio é contraposto considerando que aí moram famílias e pessoas que estão longe das chamadas classes perigosas que representam o crime e a contravenção.

Na tentativa de resolver o problema das favelas, autoridades públicas, visando uma limpeza na cidade, optaram por removê-las para a periferia, expurgando seus moradores para áreas distantes. Contudo, elas vão surgindo dentro e fora das cidades, chegando até mesmo a ocupar áreas próximas a bairros nobres e áreas de relevante valor comercial e imobiliário. Por tal razão, busca-se reurbanizar as favelas, torná-las parte do tecido urbano, ofertando-se serviços e equipamentos públicos, melhorando as moradias e implementando programas de emprego e renda. No entanto, são produzidas além de qualquer planejamento e se consolidam seguindo suas formas e contornos próprios desafiando os estudiosos e as autoridades.

Compreender essa problemática requer uma visão além da abordagem funcionalista, torna-se necessário um olhar voltado para o morador da favela, sobre o indivíduo, seu *habitar*, o que ele representa, seus significados, seus símbolos e suas representações sociais.

Os problemas enfrentados pela população residente em favelas crescem, a cada dia, em todas as regiões brasileiras. Estudos da Secretaria Municipal de Planejamento de Feira de Santana (SEPLAN) identificaram, em 2001, cinquenta assentamentos subnormais (favelas e loteamentos irregulares), a maioria localizada na periferia, em áreas de preservação ambiental ou de mananciais hídricos susceptíveis a inundações e alagamentos em época de chuvas intensas.

Esses assentamentos se defrontam com problemas fundiários, não dispõem de infraestrutura e são habitados, em quase sua totalidade, por famílias de baixa renda, cujo poder aquisitivo não é suficiente para alugar um imóvel, adquirir ou construir moradias em locais mais próximos do centro da cidade ou do local de trabalho. A dificuldade de acesso e uso do solo urbano, pelos mais pobres, ao longo do tempo, principalmente a partir da década de 1980, resultou na proliferação de assentamentos urbanos informais em Feira de Santana. Esse quadro tem se agravado pela inadequação das políticas e dos instrumentos de planejamento e gestão urbana.

Outrossim, Feira de Santana retrata a herança de uma urbanização clientelista, voltada para as camadas mais abastadas da sociedade, com grande concentração de renda e forte espoliação urbana. É um modelo de urbanização que garante o direito à cidade e à moradia apenas para uma pequena parcela da população, excluindo aqueles que não detêm as condições de inserção no processo formal, fazendo acentuar um cenário urbano de desigualdades e exclusão social.

A cidade assiste a um aumento considerável da população, inversamente proporcional ao número de moradias ofertadas. Fatores, como aumento dos aluguéis, falta de emprego e acesso aos programas habitacionais do governo federal pela população de baixa renda contribuem para que a população sem recurso ocupe espaços urbanos, de forma desordenada, contribuindo para um visível desequilíbrio habitacional, produzindo, assim, as favelas.

Em Feira de Santana, a exemplo de outras cidades médias, a especulação imobiliária, após extrapolar as lógicas de acumulação de capital e produção de bens, passou a influenciar e aumentar o controle sobre o uso do solo e da propriedade privada, reservando áreas urbanas mais centrais, e acessíveis e melhor servidas por facilidades, para a produção e o uso de consumo nobre negando, aos pobres, o direito de acesso à moradia nos núcleos, que acabam por ocupar espaços urbanos de propriedade pública ou privada, desprovidos de infraestrutura básica, equipamentos e serviços urbanos. Nessas circunstâncias, as favelas surgem além das periferias, vão se formando dentro do

perímetro urbano de forma densa e irregular alterando a paisagem da cidade e retratando uma parcela da sociedade relegada ao seu próprio destino, sem qualquer atendimento nas suas condições mínimas de habitabilidade.

Dentre as favelas existentes em Feira de Santana, elegi para objeto de estudo a Favela da Rocinha, por suas particularidades. Em primeiro lugar, pelos índices de pobreza e violência, pelo grau de adensamento, pelo elevado contingente populacional e por sua localização. Foi critério relevante, também, o fato de tratar-se de uma área que passará por um Projeto de Reurbanização por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ressalto ainda, a total falta de infraestrutura daquele sítio e o comprometimento do meio ambiente. A Favela da Rocinha ocupa uma boa parte da Lagoa Grande, que compõe a Lagoa do Prato Raso e deságua no Rio Jacuípe, o qual abastece o município de Feira de Santana.

Assim, a relevância social deste estudo pauta-se no pressuposto que a produção de favelas necessita ser estudada enquanto problema social, considerando todo um contexto, histórico, social e cultural, específico de Feira de Santana, cidade de porte médio que concentra a segunda maior população do Estado da Bahia. Este local apresenta parcela considerável da população vivendo em favelas, equivalente a 26% da sua população total, de aproximadamente seiscentos mil habitantes.

A expectativa é contribuir para o estudo das favelas, invasões e loteamentos irregulares e clandestinos, pois trata-se de um estudo de interesse, não apenas para Feira de Santana, mas, para todos as cidades em situação análoga, partindo-se do pressuposto que devem ser investigados, segundo um olhar sistêmico, integrado considerando a relação entre o indivíduo e o espaço urbano.

Ademais, este estudo tenciona contribuir na elaboração de políticas públicas habitacionais e urbanas do município além de servir como um diagnóstico para a atualização do Plano Diretor da Cidade e para a implementação de políticas sociais, seja em saúde, educação, segurança e moradia. Os resultados apresentados deverão servir de subsídios para a formulação de programas governamentais de reurbanização e requalificação de áreas degradadas e favelas, pois apontam particularidades que deverão ser observadas na elaboração e na implantação de projetos desta natureza.

Importa considerar, ainda, que Feira de Santana é um importante centro logístico, com destaque na região e que representa, para muitos, oportunidade de trabalho e vida melhor. Portanto, a cidade precisa enfrentar a questão da falta de moradia para população

urbana de baixa renda, buscando soluções duradouras a exemplo de outras cidades do seu porte.

Das considerações que acabam de se fazer, surge o seguinte questionamento:

- **Como vivem e qual o significado do lugar de moradia para as pessoas da Rocinha, em Feira de Santana-Bahia?**

O Objetivo Geral da pesquisa é:

- Analisar o modo de vida e o significado do lugar de moradia para as pessoas da Favela da Rocinha em Feira de Santana-Bahia.

Especificamente, pretendo:

- Descrever o modo de vida dos moradores da Favela da Rocinha em Feira de Santana-Ba;
- Identificar possíveis diferenciações socioeconômicas, culturais e espaciais dentro da Rocinha;
- Identificar imagens e práticas que influenciam nas relações sociais, econômicas e culturais dentro e fora do local de moradia.

Diante da contextualização do objeto em estudo e dos objetivos propostos, apresento os pressupostos teóricos, didaticamente decompostos, a fim de facilitar o entendimento do caminho metodológico orientador da presente investigação, sem esquecer do caráter dinâmico e interconectado que perpassa todo o seu desenvolvimento:

O **primeiro** é que a moradia na favela significa para muitos a melhor alternativa de sobrevivência, uma vez que a proximidade da favela com o centro residencial e comercial amplia as possibilidades de trabalho e renda, sem custo de transporte e moradia. Não sendo interessante, portanto, uma moradia distante dessas facilidades mesmo que em melhores condições de habitabilidade.

O **segundo** é que fatores como a origem de vida dessas pessoas, escolaridade e renda, são determinantes na construção do seu universo simbólico (sonhos, desejos, aspirações, sentimentos e significados).

O **terceiro** é que a relação entre a urbanização e a desigualdade social estabelece um modo de vida do morador da favela.

Para trabalhar o processo de urbanização e favelas, tomei como categoria analítica o urbano na perspectiva dos autores apresentados ao longo do Marco Teórico, quando busco aprofundar a questão urbana e sua complexidade no mundo em autores,

como Engels (1978, 2008), Lefebvre (2008), Préteceille (2003), Kowarick (1983), Castells (1979, 2006), Milton Santos (2002, 2004), Sposito (2008) e Fernando Pedrão (1998, 2002). Para compreensão de um significado de cotidiano, apoiei-me em Henri Lefevbre (1991), Agnes Heller (2008). Recorri ainda ao aporte teórico de autores, como Pierre Bourdieu (2003), Michel de Certeau (1994), Gilberto Velho (2002, 2003) entre outros, o que me permitiu realizar uma investigação na qual as interfaces formam um pensamento sistêmico e complexo diante das questões aqui colocadas.

Firmo-me no pressuposto que, investigando o cotidiano dos moradores da Favela da Rocinha, possa assim construir categorias de análise capazes de refletirem um modo de vida desses sujeitos dentro do espaço urbano de Feira de Santana e assim chegar à compreensão, quanto ao seu papel nesse espaço. A compreensão do cotidiano vai além de regras e determinismos, buscando na subjetividade, nos vínculos, nos símbolos e nos significados, o entendimento de um universo simbólico próprio do morador da Favela da Rocinha.

Trata-se de uma abordagem antropológica na qual busquei analisar o significado sobre o lugar e o modo de vida no espaço urbano na Favela da Rocinha em Feira de Santana na perspectiva dos moradores na tentativa de construir evidências que determinem a existência de um modo de vida do morador da favela por meio da metodologia qualitativa. As evidências apresentadas anteriormente justificam a escolha da Favela da Rocinha como alvo deste estudo.

Esta Tese está assim estruturada:

Na Introdução, anuncio a problemática, objetivos, pressupostos, relevância e justificativa, indico os principais teóricos que deram suporte bibliográfico para o desenvolvimento do estudo.

O segundo capítulo, **O Fenômeno Urbano**: **Processo e Histórico** divide-se em: **Cidades: Trajetória e Funções** e **Favelas: Múltiplos Conceitos e Significados** cuja discussão gira em torno do conceito de Urbano mediante suporte teórico de autores que vêm discutindo esta problemática no Brasil e no mundo; trata, ainda, da evolução das cidades suas formas e funções vendo estes espaços como um *lócus* em constante transformação. Discuto a favela e as diferentes interpretações dadas a este termo. Na sequência trato da questão das subcondições de moradia desde a Revolução Industrial inglesa até o surgimento das favelas no Brasil como fórmula de sobrevivência nas cidades contemporâneas.

O capítulo três, intitulado **Brasil, Bahia: Um Cenário de Urbanização Desigual,** no qual apresento alguns aspectos da urbanização brasileira e os seus desdobramentos na Bahia, faço uma breve reflexão da urbanização baiana analisando as taxas de crescimento da população total e urbana e os seus desdobramentos.

No quarto capítulo, **Processo de Urbanização Desigual no Município de Feira de Santana**, são discutidos os aspectos que concorrem para a formação da subnormalidade habitacional nessa cidade com enfoque em seu contexto histórico, aspectos socioeconômicos, geográficos e habitacionais. Trago ainda **O *lócus* da pesquisa,** apresentando a Rocinha, suas formas e razões de ocupação, descrevo a infraestrutura e equipamentos daquele sítio.

O capítulo cinco apresenta a **Trajetória Metodológica** trilhada para o alcance dos objetivos dessa pesquisa. Encontra-se assim dividido: Tipo de estudo; local de pesquisa; técnicas e instrumentos para coleta de dados; sujeitos do estudo; caminho percorrido para coletar os dados e o método de análise dos dados.

No capítulo seis, intitulado: **O Quadro descrito pela pesquisa de campo: as vozes dos moradores da favela da Rocinha** trago a análise e discussão dos resultados da pesquisa realizada no citado local a partir das falas dos entrevistados fazendo a correlação com os teóricos abordados ao longo do estudo, relacionando com as demais técnicas e instrumentos da pesquisa. Apresento, a partir da triangulação dos dados empíricos, as seguintes categorias de análise: **O Viver na Rocinha: (Des) encantos de um lugar fora das ideias**; **O Imaginário dos moradores da Rocinha: sonhos, desejos e aspirações em um cotidiano cheio de (in) certeza**. E, por fim apresento as conclusões alcançadas à que cheguei à luz do referencial teórico, da metodologia empregada e da pesquisa de campo realizada na Rocinha.

"A cidade se transforma não apenas em razão de "processos globais" relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas conseqüências nas trocas, ou o desenvolvimento da racionalidade) como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações cidade-campo, nas relações de classe e de propriedade".

Henri Lefebvre, O Direito à Cidade (2008, p. 58).

2 O FENÔMENO URBANO: PROCESSO E HISTÓRICO

Neste capítulo faço uma análise do fenômeno urbano através do olhar de autores que compreendem o espaço urbano em sua acepção mais ampla e, nesse sentido, buscam encontrar uma definição de urbano. A seguir, apresento, numa perspectiva histórica, a trajetória das cidades, suas formas e funções e as constantes transformações ocorridas desde a cidade medieval à cidade contemporânea, procurando mostrar o modelo de urbanização desenvolvido no Brasil do qual fazem parte as favelas.

A urbanização pode ser entendida como um processo de concentração da população em determinado espaço a partir de certos limites de dimensão e de densidade. Castells (2006) designa o **urbano** como uma forma especial de ocupação de um espaço por uma população, como um aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta. Esse autor vê o **fenômeno urbano** como a "expressão do sistema de valores em curso na cultura própria a um local e a uma época." (CASTELLS, 2006, p.137).

Do processo de ocupação do espaço pela população, resultam as cidades que, são a forma residencial adotada pelos membros da sociedade cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era necessária. Assim, as cidades surgem do excedente produzido pelo trabalho da terra. Constituem centros comerciais, centros de troca, centros residenciais, políticos, religiosos e expressam o espaço resultante do processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho. São, portanto, um novo sistema social e passam pelo processo de produção das formas sociais.

As cidades expressam, segundo Castells (2006, p.137),

> - um sistema de classes sociais;
> - um sistema político administrativo permitindo ao mesmo tempo o funcionamento do conjunto social e o domínio de uma classe;
> - um sistema institucional de investimento, em particular no que concerne à cultura e à técnica;
> - um sistema de troca com o exterior.

Ou seja, é a concentração do poder exercido por um vasto território; trata-se da junção de atividades comerciais e produtivas em um mesmo espaço dominado por um sistema de classes sociais.

No estudo de Lefebvre (2008b), o termo cidade é substituído pelo termo **urbano.** Ele descreve o fenômeno urbano a partir das concepções da ecologia, da fenomenologia e da morfologia. Na visão da ecologia, a cidade é o *habitat*, as áreas habitadas, as unidades de vizinhança, as formas de relações. A perspectiva fenomenológica traz os laços entre os citadinos e o sítio, estuda o ambiente, as disparidades do espaço, os fluxos, os monumentos e os horizontes da vida urbana. Na concepção da morfologia, é o ver e o fazer das pessoas num contexto urbano de uma cidade.

Castells (2006) vê a impossibilidade de encontrar um critério empírico de definição do **urbano** e associa à noção do **urbano** (oposta ao rural), fazendo menção à distinção entre cidades e aldeias e formas espaciais da organização social na sociedade tradicional e na sociedade moderna.

Assim, esse autor trata da produção social das formas espaciais em substituição à urbanização, enfatizando a noção ideológica de urbanização como

> processo pelo qual uma proporção significativamente importante da população de uma sociedade concentra-se sobre certo espaço, onde se constituem aglomerados interdependentes numa relação de articulação hierarquizada. (CASTELLS, 2006, p. 40).

O aspecto visível da urbanização é o crescimento das cidades, o aumento de sua população proporcionalmente à criação, as consequentes transformações de espaços, e a correspondente ocupação de território. Pedrão (2002, p. 27) afirma que “a urbanização é o movimento que cria e transforma as cidades, traduzindo-se na construção de cidades novas e na reconstrução, total ou parcial, das cidades já existentes”. Para o autor, esse contínuo movimento compreende, entre outras coisas, a ação pertinaz dos agentes sociais residentes nas cidades, em suas ações coletivas e individuais, regulares e esporádicas. De tais ações resultam as formas de cada cidade, correspondendo, assim, ao modo de viver que reflete as condições de vida de cada cidade e leva à organização de relações locais nos espaços suburbanos.

As formas da cidade podem ser percebidas, segundo Pedrão (2002, p. 29-44), tanto no plano físico, “quando a urbanização determina as funções dos espaços constitutivos de cada cidade e os custos que eles representam para os grupos que os constroem”. Entende-se ainda que, no seu aspecto físico, a urbanização “é o processo de criação e ocupação de espaços que começa pela apropriação de terras para fins

urbanos". No plano cultural, quando a forma física da cidade corresponde a modos de organização da produção e consumo, e, no plano econômico:

> quando a urbanização significa a mobilização de recursos humanos e físicos, de modo permanente ou esporádico, com variada intensidade, em processos de trabalho que se caracterizam por uma diminuição do uso direto de recursos físicos tratados pelo homem.

Nesse caso, o autor se refere à industrialização da urbanização que promove ampla difusão dos modos padronizados de produção e consumo, gerando padrões urbanos de comportamentos, facilmente identificados por renda, formas de moradia e pelo perfil e uso dos serviços.

Weber (1976, p. 69) afirma que toda cidade é "um local de mercado", onde a população urbana e a não urbana se abastece de produtos industriais ou de artigos de comércio ou de ambos os artigos. Essa é uma concepção de cidade oriunda dos primeiros tempos da Antiguidade e, também, presente na Idade Média, que foi revitalizada e ainda vigora nas cidades contemporâneas, pois a cidade pode ser vista como local de mercado onde os habitantes dependem do seu poder aquisitivo para consumir e estão subjugados a um poder dominante que determina de modo decisivo as possibilidades de lucro e de sua apropriação. Weber separa o conceito econômico do conceito político-administrativo da cidade e afirma que somente o conceito político-administrativo aproxima as cidades de um âmbito urbano especial.

Em contraponto a Weber (1976), Castells (2006, p. 43) afirma que a cidade não é apenas um local de produção, mas, de gestão e de domínio, ligado à primazia social do aparelho político-administrativo. Assim, a cidade torna-se templo da exploração mercantil e de realização das funções administrativas.

Nos estudos sobre as cidades na segunda década do século passado, destacam-se os trabalhos realizados pela Escola de Chicago sobre a análise das relações sociais correlacionadas à estrutura espacial das cidades. Seus integrantes passaram a considerar as relações das funções bióticas e econômicas no ordenamento das cidades. Para os integrantes da referida escola, a cidade seria formada por áreas "naturais distintas" que se diferenciam quanto ao tipo de população, densidade, padrão habitacional, propriedade da moradia e tipo de organização comunitária (WEBER, 1976).

Numa outra linha de estudos científicos sobre a cidade, Robert Park, Simmel e Louis Wirth destacam-se como integrantes da Escola de Chicago que estudava a

sociologia urbana, em contraponto ao campo da ecologia humana. Para esses autores, esse mundo urbano defendia disposições e comportamentos, que seriam adotados pelos habitantes da cidade como forma de preservação da própria identidade (FARIA, 2004).

Integrante da Escola de Chicago, Park (1976, p. 27) traduz a cidade como "uma espécie de mecanismo psicofísico no qual e através do qual os interesses políticos e particulares encontram expressão não só coletiva, mas também incorporada". O que equivale à cidade viva, "interligada através do uso e costume, como uma ferramenta na mão do homem, com as forças vitais residentes nos indivíduos e na comunidade". (WIRTH, 1976, p. 90) acrescenta que:

> a cidade não é somente, em graus crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem, como também é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo.

Park (1976, p. 26) vê a cidade como algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, dentre outros, ou uma mera constelação de instituições. Para ele, a cidade é

> um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. [...] a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza e particularmente da natureza humana.

Assim sendo, a cidade concentra aspectos econômicos, políticos e culturais, dentre outros, que influenciam a vida social do homem. As transformações das cidades suscitam uma nova ordem social e requerem um novo olhar para a compreensão dos problemas sociais contemporâneos.

A cidade, hoje, resulta das transformações, construções e reconstruções das mais diversas ações e reações do homem em momentos diferentes da história. Essas ações e reações dão, às cidades, contornos e formas contrastantes que se revelam no tempo, no espaço e na cultura. É a cidade vista, desde a Antiguidade, como um local de troca, de consumo, onde um poder dominante subjugava aqueles que tinham menor poder aquisitivo. A cidade como espaço de exploração e segregação, palco de transformações ocasionadas por diversas determinantes. A cidade marcada pela exploração do capital, espaço amplamente disputado onde se refletem as desigualdades e a exclusão social.

Segundo Sposito (2008, p. 9), "é preciso considerar todas as determinantes econômicas, sociais, políticas e culturais, que no decorrer do tempo, constróem, transformam e reconstroem a cidade", para assim entendê-la na dinâmica de um **espaço** que está em constante estruturação em respostas às suas transformações sociais.

O **espaço** entendido além das concepções da Geografia: "porção específica da superfície de terra, identificada, seja pela natureza, seja pelo modo particular como o homem imprimiu suas marcas, seja como referência à simples localização." (CORREA e outros, 2000, p. 15), mas sim, entendido

> [...] um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinantes, que dão ao espaço, e a outros elementos uma forma, uma função, uma significação social. Portanto ele não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica. (CASTELLS, 2006, p. 181).

Na busca por uma teoria do espaço, o autor afirma que o espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele se organiza ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social. Concepção às colocações de Lefebvre (2008b), quando afirma que o espaço socialmente produzido é aquele em que se reproduzem as relações dominantes de produção, ou seja, espaço em que a luta de classes configura um espaço socialmente organizado e desigualmente reproduzido.

Santos e Silveira (2002, p. 19) discutem a questão do uso do termo território e territorialidade, e apresentam o território como "nome político para o espaço de um país", associado, apenas, à apropriação e uso, sem a devida construção do futuro. Esses autores concebem a definição de territorialidade no sentido de "pertencer àquilo que nos pertence". O espaço não pode ser estudado isoladamente, sem considerar as ações humanas. Conforme Santos (2004, p. 63), o espaço é

> formado por conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos com que a natureza artificial tenda a funcionar como máquina.

Aí, nesse ambiente, é que ocorrem as ações humanas, onde a vida se cria, e se produz e reproduz a cada dia, onde acontecem as trocas simbólicas numa constante

relação natureza e homem. É o espaço incorporado ao cotidiano das pessoas, produzindo e reproduzido a todo instante em função das necessidades humanas, geridas principalmente pelo capitalismo, porém determinado pelo modo de vida das pessoas.

Retomando as concepções de espaço de Lefebvre (2008b) e Castells (2006), e acrescentando o pensamento de Bourdieu (2003), assumimos uma concepção de espaço como um local carregado de sentidos, quando suas formas e seu traçado se remetem entre si e se articulam numa estrutura simbólica, cuja eficácia sobre as práticas sociais revela-se em toda análise concreta. Portanto, o espaço como local de trocas simbólicas, cheio de significados e ações significantes.

2.1 CIDADES: TRAJETÓRIA E FUNÇÕES

Historicamente, as cidades surgem com o fim da migração nômade e a consequente fixação do homem em um determinado lugar. Fixação ocasionada, principalmente, pela chamada revolução agrícola, quando o homem começa a se ocupar de uma determinada área de forma permanente e a acompanhar todo o seu ciclo produtivo. Do processo de fixação do homem em uma área específica, no período neolítico, surgem as aldeias, concentrando algumas das características da cidade. Nas aldeias, eram desenvolvidas atividades meramente primárias, pois faltavam-lhes a diversificação de atividades e uma organização social mais complexa, que somente seria possível com a divisão do trabalho para que pudessem ser vistas como cidades. Todos participavam do processo produtivo de forma igualitária. Com o decorrer dos tempos, começa a surgir, em seu interior, a diferenciação do trabalho dentro das aldeias, e novos postos surgem, como os chefes caçadores, aqueles que se destacavam por sua força e coragem. No novo contexto, são delineadas formas de dominação. É o início do processo de constituição de uma sociedade de classes (SPOSITO, 2008).

Singer (1977) apud SPOSITO, 2008, p.14) apresenta as condições necessárias para a constituição da cidade:

> É preciso que se criem instituições sociais, uma relação de dominação e de exploração enfim, que assegure a transferência de mais produto do campo à cidade. Isto significa que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes. Pois, de outro modo, a transferência de mais

> produto não seria possível. Uma sociedade igualitária, na produção e na apropriação do produto, pode, na verdade, produzir um excedente, mas não haveria como fazer com que uma parte da sociedade apenas se dedicasse à sua produção, para que outra parte dela se apropriasse.

As cidades originam-se como formas concretas, reflexo das relações sociais, concentrando uma parte heterogênea da sociedade, pois, como visto, por Sposito (2008, p. 32) "a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele exercendo uma dominação política".

Castells (2006) e Sposito (2008) trazem importantes contribuições quanto à trajetória das cidades e quanto às suas funções de gestão e domínio. Na Antiguidade, as cidades tinham importante papel político-religioso, e a localização proporcionava, aos seus habitantes, segurança e condições de sobrevivência. Havia uma organização dominante que se manifestava na sua estrutura interna: a elite ocupava o centro das cidades, e as outras classes ficavam expostas aos perigos que as cidades ofereciam, portanto, longe da proteção do poder do líder, rei ou chefe espiritual. Sposito (2008) ressalta a importância do Império Romano para a urbanização na Antiguidade, isso em face da unificação de cidades-Estado em impérios, o que, de fato, cria as condições para uma ampla divisão interurbana do trabalho.

Sposito (2008, p. 25) reforça pontos que marcaram a organização social e a urbanização durante a Antiguidade:

> 1) especialização do trabalho, e a conseqüente divisão social e territorial do trabalho, que se manifestou numa estrutura de classes cada vez mais complexa;
> 2) as cidades eram espaços de dominação política, o lugar da elite e das instituições sociais que garantiam a passagem do excedente alimentar dos produtores que moravam no campo para as elites sociais urbanas;
> 3) houve aumento crescente da capacidade de produção, aumento das cidades, pelo desenvolvimento técnico;
> 4) a escrita tornou-se importante para registro das leis e fundamental para a dominação social que se exercia nas cidades;
> 5) a organização interna do espaço urbano passou a refletir a estrutura social e política daquelas sociedades, pois no centro era o lugar das instituições sociais, do poder político e das elites, em volta estavam os artesões e nos arrabaldes os produtores agrícolas.

As cidades eram demarcadas atendendo a um poder dominante estabelecido, representado pelas elites que expressavam toda uma configuração de segregação social, econômica e política, não muito distante das cidades contemporâneas.

No período medieval, há uma ruptura na hegemonia política romana e o esfacelamento do poder central de Roma. Esses acontecimentos trazem consequências para a urbanização, como o desaparecimento de algumas cidades e diminuição de outras. Castells (2006) enfatiza o desaparecimento da forma sócioespacial da cidade a partir da queda do Império romano no Ocidente. Para esse autor, naquele momento, as funções político-administrativas centrais das cidades foram substituídas pelas dominações locais dos senhores feudais, ficando então as cidades relegadas às funções de defesa de suas fronteiras, e da administração da Igreja. Sem função social, as cidades daquela época eram aprisionadas por suas próprias fronteiras. A função social passou a ser exercida pelo senhor feudal, nos feudos. Le Goff (1997, p. 25) é contundente ao referir-se sobre a ausência da função social nas cidades da Idade Média:

> [...] uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio alimentados por uma economia monetária. [...] cadinho de um novo sistema de valores nascido da prática laboriosa e criadora do trabalho, do gosto pelo negócio e pelo dinheiro. [...] delineando assim ao mesmo tempo, um ideal de igualdade e uma divisão social da cidade.

Na Idade Média, muitas das atividades desenvolvidas na cidade também eram realizadas no campo. A terra era a única fonte de subsistência e, oportunamente, o feudo se assenta, tendo como base a instituição social da servidão de boa parte da população camponesa. Sem as suas funções principais, econômica e política, as cidades se limitaram a funções pouco expressivas, foram reduzidas a centros eclesiásticos e aos burgos[1].

A desagregação do modo de produção feudal contribuiu para a reestruturação gradativa das cidades e para a libertação da burguesia comerciante na luta pela emancipação do feudalismo e do poder central. Esse processo promoveu a recuperação das cidades e a retomada da urbanização com a reativação do comércio. Aos poucos, começou a estruturar-se um novo modo de produção, a produção capitalista, contribuindo para o desfecho final do sistema feudal baseado na servidão e de bases essencialmente agrárias.

Lefebvre (2008a, p. 11) faz importantes considerações sobre a cidade medieval, caracterizando-a como “comercial, artesanal, bancária”, que funcionava como integradora de mercadores e que, no “apogeu do seu desenvolvimento, centralizavam

1 Pontos fortificados, cercados por muralhas e rodeados por fossos, serviam de refúgio aos senhores e seus servos, como também para o armazenamento de animais e alimentos em caso de perigo.

riquezas". Na cidade moderna, a riqueza já não é mais expressa pela propriedade da terra que "escapa aos feudais e passa para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura".

No novo cenário, a cidade tem papel de destaque, "pois ali se reuniam os comerciantes e a riqueza por eles acumulada. Ali se concentravam os artesões ocupados com a produção necessária à atividade comercial, e nesta medida ali se dava a ruptura da economia feudal" (SPOSITO, 2007, p. 34). Atraídos pelas cidades e por tudo o que elas supostamente poderiam lhes oferecer, os servos fogem dos feudos e vão para esses centros urbanos.

Das relações comerciais, surge o interesse, não apenas de satisfazer as necessidades humanas através da troca de mercadorias, mas, também, de acumulação por meio do comércio, uso da mercadoria enquanto valor de troca. E assim, começava a ser delineado o ideário que marcou a Idade Moderna. As cidades – território do capitalismo – foram formadas pela burguesia que, enquanto poder eminente, se estabeleceu politicamente e suprimiu privilégios da aristocracia, desarticulando a proteção corporativa dos artesões.

Lefebvre (2008a, p. 12), em seu livro O Direito à Cidade, assim define as cidades modernas:

> nesses centros, prospera o artesanato, produção bem distinta da agricultura. As cidades apóiam as comunidades camponesas e a libertação dos camponeses, não sem se aproveitarem disso em seu próprio beneficio. Em suma, são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas riqueza com também os conhecimentos, as técnicas e as obras. A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é o valor de troca.

Lefebvre (2008a) destaca as contradições existentes nas cidades modernas e ressalta que a passagem do capitalismo comercial e bancário e da produção artesanal para a produção industrial, e assim para o capitalismo concorrencial, causou uma grande crise no tocante à cidade e ao sistema urbano. As indústrias nascem e se instalam próximas às fontes de energia, fator que leva à concentração dos meios de produção em pequenos espaços fora das cidades. Neste sentido lógico, as concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capital e então, a indústria produziu seus próprios centros urbanos. São as cidades operárias, os subúrbios e, consequentemente, as favelas.

Lefebvre (2008a) analisa o conflitante processo ou duplo processo: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social, referindo-se ao choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial, como processo complexo e dialético, não finalizado, provocando situações problemáticas como a implosão-explosão da cidade. Sposito (2008) assume os pressupostos de Lefebvre (2008a), ratificando a necessidade de analisar a relação entre os dois fenômenos: a industrialização e a urbanização.

Para compreensão desses fenômenos, Sposito (2008) propõe a análise da expressão "industrialização", que traz em seu bojo as transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas na sociedade a partir da industrialização na chamada Idade Contemporânea, quando ocorre o predomínio da atividade industrial sobre as demais atividades, estabelecendo as cidades como sua base territorial, por concentrarem capital e força de trabalho. Sposito (2008) reforça a tese que a industrialização, enquanto traço da sociedade contemporânea, marcou de forma profunda e revolucionou o processo de urbanização.

Analisando as questões relativas aos processos de urbanização e industrialização, Castells (2006, p. 45) ressalta que o desenvolvimento do capitalismo industrial contribui para o desaparecimento das cidades enquanto sistema institucional e social, relativamente autônomo, organizado em torno de objetivos específicos.

> Com efeito, a constituição da mercadoria enquanto engrenagem de base do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação dos interesses econômicos e sociais sobre o espaço mais vasto, a homogeneização do sistema institucional, ocasionaram a irrupção da conjunção de uma forma espacial, a cidade, e da esfera de domínio social de uma classe específica, a burguesia. A difusão urbana equivale exatamente à perda do particularismo ecológico e cultural da cidade.

Assim, verifiquei que, na urbanização associada à primeira Revolução Industrial, promovida pela produção capitalista, o processo de organização do espaço fundamenta-se na decomposição das estruturas sociais agrárias e emigração da população para centros urbanos já existentes. Esta população emigrante é que fornece força de trabalho à industrialização. Na trajetória de uma economia doméstica para a manufatura e, posteriormente, para uma economia de fábrica, ocorre a concentração da mão-de-obra, tendo como consequência a criação de um mercado e de um meio industrial. Ofertando mão-de-obra e mercado, as cidades passam a atrair as indústrias que possibilitam novos empregos e sugerem novos serviços, podendo ocorrer também o oposto: a colonização

da indústria em locais que ofertam meios para a produção, e assim, provocar a urbanização.

Castells (2006) entende que, para ambos os casos, o elemento dominante é a indústria, que termina por organizar inteiramente a paisagem urbana. Esta dominação é a própria expressão da lógica capitalista que se encontra na base da industrialização.

Na perspectiva de Pedrão (2002, p. 28) "a industrialização das cidades é a grande divisão entre a forma e o funcionamento das cidades modernas e as anteriores". O autor complementa que

> a urbanização identificada com a industrialização mostra significativas diferenças de intensidade ao longo do tempo e em diferentes lugares. Algumas cidades crescem, continuadamente, durante longos períodos, enquanto outras exibem movimentos irregulares de crescimento. Há diferenças decisivas entre a urbanização promovida pelos sistemas mercantis e agrícolas e entre estes e os sistemas industriais, no relativo à rapidez do crescimento das cidades e a sua continuidade. A urbanização da industrialização é mais intensa que a de qualquer outra época e cria maior variedade de forma de organização física das cidades. Por isso, ela se faz com maior variedade de formas de desigualdade e gera mais problemas e renovação do acervo urbano.

A indústria provoca impactos sobre o urbano e a aproximação entre cidades e indústria reflete alterações de caráter social, econômico e político nas cidades. Foram as cidades da crescente acumulação capitalista por meio da reprodução do capital que reforçaram a divisão territorial e social do trabalho.

Sposito (2007) entende que as cidades da era pós Revolução Industrial desempenharam importante papel devido à magnitude de suas relações econômicas e do montante de capital acumulado, e que receberam diretamente as consequências dessa mudança com destaque principalmente do rápido crescimento populacional impulsionado pela própria Revolução Industrial, que impôs, nos espaços internos das cidades, muitas transformações. O rápido crescimento gera a procura por espaços e por formas de locomoção. Em meio a tal conjuntura, o desenvolvimento do modo de produção capitalista já tinha transformado a terra em mercadoria, e, frente a isso, apenas pequena parcela da população tinha acesso a determinado espaço da cidade, o que gerou um adensamento habitacional. Por sua vez a falta de espaço nos centros das cidades

promove a ocupação ao seu entorno, o que gera uma nova faixa considerada como periferia[2.]

As cidades pós-industriais produziram, gradativamente, as periferias e denotavam uma desordem muito grande na paisagem e na malha urbana, pois nestas áreas não havia controle público sobre o espaço construído. O Estado ausente passou a exercer a função de especulador, vendendo para a iniciativa privada muitas dessas áreas que, mais tarde seriam objeto de especulação imobiliária pelos poderosos.

As periferias se constituíam sem o estabelecimento de regras de construção, o que contribuiu para a produção de espaços com características destoantes da cidade formal. Assim a cidade liberal retratava as desigualdades sociais, a falta de equipamentos e serviços de infra-estrutura. Tal configuração é o resultado do "desenvolvimento capitalista e dos inúmeros problemas urbanos advindos da rápida industrialização que incentivaram o comportamento individual e a separação espacial das classes dentro da cidade: os bairros dos ricos, os bairros dos pobres" (SPOSITO, 2008, p. 58). Assim se apresentam as cidades inglesas no final do século XIX, verdadeiros caos urbano, locais onde faltava coleta de lixo, rede de água e esgoto, com moradias precárias, ruas desordenadas que representavam, naquela época, o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista.

O cenário das cidades inglesas do século XIX incomodou a classe dominante e levou o poder público a estabelecer regulamentos e reorganizar a cidade. Imensos bairros operários foram organizados, e assim, as cidades se estenderam, formando os subúrbios, onde se instalaram as indústrias que ergueram moradias para os trabalhadores. É a lógica do capitalismo que se manifesta nas cidades e repercute sobre o espaço, causando impacto, gerando problemas urbanos que se manifestam nas mais diversas formas.

Nesse sentido, Préteceille (2003, p. 27) reforça

> se as cidades são segregadas e desiguais de longa data, como mostrou Engels e outros há um século e meio atrás, foram sobretudo as péssimas condições de moradia e de vida cotidiana que retiveram por longo tempo, a atenção de filantropos, higienistas, urbanistas, sociólogos e políticos, os quais desenvolveram, pouco a pouco, a habitação social e as infraestruturas urbanas.

2 Território livre da iniciativa privada, onde, de forma independente, surgiram bairros de luxo e bairros pobres (onde moravam os assalariados e imigrantes do campo). SPOSITO. Maria da Encarnação. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 2008.

Entendo que, salvo algumas especificidades, podemos reconhecer esses traços em muitas de nossas cidades contemporâneas, inclusive em Feira de Santana, objeto deste estudo, e exemplo de um desenvolvimento sem a devida preocupação com a estruturação urbana.

Pedrão (2002, p. 81) enfatiza que a cidade contemporânea é "produto de um processo de transformação que tem sido conduzido mediante uma progressão de impulsos de urbanização", onde ocorre a descontinuidade da formação de capital, e esta descontinuidade está refletida, primeiro, em modificações dos sistemas de infraestrutura e, depois, nas mudanças para localização de habitações. Trata-se da valorização de determinados espaços urbanos e acentuação dos privilégios urbanos em favor de um determinado interesse.

Até meados do século XX, a urbanização encontrava-se associada, de forma errônea, ao processo de industrialização, no entanto, os países ditos subdesenvolvidos, que desenvolveram uma industrialização tardia, enfrentaram um concomitante processo de urbanização e industrialização diferente dos países desenvolvidos. Nos países subdesenvolvidos, percebe-se a presença de uma urbanização dependente.

Castells (2006) vê a importância de analisar a dialética desenvolvimento/dependência a partir de três pontos, a saber: da análise da estrutura social preexistente na sociedade dependente; da análise da estrutura social da sociedade dependente e do seu tipo de articulação ou tipo de dominação. Assim, o processo de urbanização torna-se a expressão da penetração, pelo modo de produção capitalista, em diferentes formações sociais. E cita os três tipos de dominação historicamente existentes que vão desde a dominação colonial – exploração intensa de recursos com afirmação da soberania política; a dominação capitalista-comercial – que se relaciona à usura, à dominação imperialista industrial e financeira, – com investimentos especulativos, como parte de uma estratégia de lucro adotada pelo mercado mundial.

A urbanização dependente, em países subdesenvolvidos, exprime em suas formas e em seus ritmos, a articulação das relações econômicas e políticas que indica uma relação entre industrialização dominante e urbanização dependente, e entre a urbanização e o crescimento do país. Castells (2006, p. 137) considera, como hipóteses explicativas para o crescimento acelerado dos aglomerados, dois fatores: o aumento da taxa de crescimento natural e a migração urbano-rural. Contudo, é para o autor, o fenômeno das migrações que determina o crescimento das cidades contemporâneas em

países de industrialização tardia. E afirma que a urbanização latino-americana caracteriza-se pelos seguintes traços:

> população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; aceleração do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para a massa urbana; segregação das classes sociais e polarização do sistema de estratificação do consumo.

Nesse modelo de urbanização dependente, insere-se o Brasil, que vem apresentando um processo de urbanização desigual que reflete as formas de dominação colonial, associada à dominação imperialista industrial e financeira. Nesse cenário surgem as favelas como formas de moradia no espaço urbano retratando a desigualdade e a exclusão social de uma determinada camada da população brasileira, que, desassistida pelos poderes públicos busca sozinha por soluções para resolver o problema da moradia no espaço urbano.

Para compreender o fenômeno favela e suas diferentes representações abordo a questão das subcondições de moradia e da sobrevivência na favela a partir de apontamentos de importantes teóricos com argumentações sobre o tema, desenvolvidas por estudiosos como Frederich Engels, Lúcio Kowarick, Ermínia Maricato, Licia Valladares, Manoel Castells, entre outros.

2.2 FAVELAS: MÚLTIPLOS CONCEITOS E SIGNIFICADOS

A literatura aponta que a noção de favela está relacionada à sua imagem externa, fato que concede às favelas as mais diferentes interpretações. Ao mesmo tempo em que a favela surge como solução habitacional para a população sem renda, como a expressão das contradições urbanas e de articulação da força de trabalho na produção capitalista, vimos que esse conceito tradicional vem aos poucos sofrendo mudanças diante das transformações e evoluções do ambiente construído, de cunho social e da alteração do perfil do morador da favela. Importa considerar ainda as intervenções do poder público e da própria comunidade que alteram a paisagem desses espaços.

As favelas simbolizam a segregação social e denunciam um quadro de exclusão e miséria num cenário de dominação e espoliação urbana onde a lógica capitalista

sobrepõe-se à ação do Estado, que aliado à lógica da propriedade privada age como um mero coadjuvante, alijado das suas funções sociais. Nesta arena, a população desassistida dos seus direitos utiliza-se das mais variadas formas para se instalar nas cidades. Inicia-se, assim, a formação de uma cidade marginal, periférica, a cidade ilegal[3], construída aos poucos, longe de ser o lugar ideal. Desta forma, os assentamentos subnormais ou precários conhecidos como favelas vêm sendo produzidos no Brasil desde o início do século XX.

Para Kowarick (1985), as favelas são formas de moradia que os trabalhadores de menores rendimentos precisam lançar mão para subsistir na cidade. São resultantes da exploração da força do trabalho em uma sociedade estratificada em que as desigualdades se acentuam, é grande o descaso do Estado, e representam para os moradores uma alternativa de sobrevivência nas cidades.

Parisse (1969, p. 25) traz o significado de favela como "habitação pobre, precária, agrupamento em 15 ou 20 unidades, no mínimo, instalada em terreno não utilizado pela construção organizada, isto é, fora da especulação imobiliária".

Como definição técnica, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define favela como um "conjunto de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços essenciais".[4]

Esses aglomerados são caracterizados pelo IBGE como assentamentos subnormais[5] e são construídos em locais de ocupação ilegal do solo, edificados em terrenos de propriedade alheia (pública ou privada), dispostos de forma desordenada e densa, alheios à preservação dos ecossistemas existentes.

Abiko (1995, p. 13), pesquisador da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, apresenta também uma definição técnica para favelas:

> Conjunto de unidades domiciliares, construídas de madeira, zinco, lata papelão ou mesmo alvenaria, distribuídas desordenadamente em terrenos cuja propriedade individual do lote não é legalizada para aqueles que os ocupam. Essas áreas em sua maioria situam-se em declividade ou inundáveis.

---

3 Termo usado por Ermínia Maricato em As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: A cidade do Pensamento Único. Ed. Vozes, RJ: 2007.

4 Censo demográfico 2000, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

5 Assentamentos subnormais, conjunto de unidades habitacionais que ocupam terreno de propriedade alheia dispostas de forma densa e desordenada. Em sua maioria, carentes de serviços públicos essenciais. Teoricamente as características desses assentamentos se encaixam na definição de favelas, constituindo, portanto, uma tipologia de favela.

As aglomerações subnormais são identificadas, principalmente, pela qualificação do espaço ocupado, por serem submoradias construídas, em sua maioria, de madeira, papelão e alvenaria sem reboco, situadas nas proximidades de córregos, rios e rodovias e áreas inundáveis com grande manancial hídrico. Acrescenta-se, a esses dados, a não regularização fundiária, ou seja, os moradores não têm a posse legal do terreno. A ocupação desordenada do espaço urbano reflete-se nas ruas sem demarcação, de alinhamento irregular com construções precárias, onde está ausente qualquer serviço público essencial.

Sobre a favela, Rodrigues (1989, p. 212) afirma que ela surge da necessidade do onde e do como morar. Atribui-lhe o conceito que se mantém ao longo do tempo.

> Produto da conjugação de vários processos: da expropriação da força de trabalho no campo, que conduza a sucessivas migrações rural-urbana e também urbana-urbana, principalmente de pequenas e média para as grandes cidades. É também produto do processo de empobrecimento da classe trabalhadora em seu conjunto [...] A favela exprime a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo urbano de uma parcela da classe trabalhadora.

Retomo Kowarick (1983) para reforçar a tese de que a favela deve ser entendida no âmbito de processos socioeconômicos e políticos abrangentes, que determinam a produção do espaço de uma cidade e refletem sobre a terra urbana a segregação que caracteriza a excludente dinâmica das classes sociais. E quanto ao indivíduo, morador da favela, esse autor argumenta que o fato de ser favelado desqualifica-o da condição de habitante urbano, retirando-lhe a possibilidade de exercer uma defesa em torno da questão da moradia. Simmel, em 1903, já analisava a reação dos citadinos frente às coações das grandes cidades e atribuía principalmente à força da economia monetária as formas de individualização espiritual.

Zaluar e Alvito (2004, p. 7) trazem ampla definição e caracterização da favela e do favelado:

> Registrada oficialmente como área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultados da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchidos pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, o “outro”, distinto do morador civilizado da primeira metrópole. Lugar do lodo e da flor que nele nasce, lugar das mais belas vistas e do maior acumulo de sujeira, lugar da finura e

> elegância de tantos sambistas, desde sempre, e da violência dos mais famosos bandidos que a cidade conheceu ultimamente [...]

Finalizando, cabe ainda apontar aspectos da origem da expressão favela como um arbusto grande, cujas folhas provocam urticária, típico da caatinga nordestina e muito abundante no sertão de Canudos, onde havia, inclusive, um morro com esse nome. Em Canudos, as tropas republicanas ocuparam esse morro, o Morro da Favela. Muito parecido com o Morro da Providência, no Rio de Janeiro, onde se instalaram os soldados que lutaram na Guerra de Canudos quando do retorno à capital brasileira. Daí a expressão usada para designar o Morro da Providência.

2.2.1 Da Periferia à (Re) Produção das Favelas: a Questão da Moradia

Analisar o problema das favelas e toda a sua trajetória somente é possível considerando a sua devida relação entre o problema do desenvolvimento urbano e o processo de segregação de classe, a partir do período da Revolução Industrial quando grandes concentrações de trabalhadores alijados dos centros de governo e dos negócios concentravam-se em espaços miseráveis, distantes dos serviços urbanos e das áreas residenciais da burguesia.

Abordar a questão das subcondições de moradia e o padrão de vida dos trabalhadores na sociedade industrial inglesa, final do século XVIII e XIX, permite-me compreender o fenômeno favela e as suas representações na sociedade contemporânea.

Engels (2008, p. 105) descreve um bairro periférico de Manchester:

> Numa depressão bastante profunda, circundada por altas fábricas, por altas margens cobertas de construções e de aterros, se juntam em dois grupos cerca de 200 casas em sua maioria com a parede posterior comum duas a duas, onde moram, no total cerca de 4000 pessoas, quase todas irlandesas. As casas são velhas, sujas e do tipo menor, as ruas são desiguais, cheias de buracos e em parte não calçadas e destituídas de canalização. Lixo, refugos e lodo nauseante são esparsos por toda parte em enormes quantidades, no meio de poças permanentes, a atmosfera está empestada por suas exalações e turvada e poluída por uma dúzia de chaminés; uma massa de mulheres e de crianças esfarrapadas vagueia pelos arredores, sujas como os porcos que se deleitam sobre os montes de cinzas nas poças.

Sposito (2008) assevera que as consequências do rápido crescimento populacional imprimido pela Revolução Industrial provocaram transformações significativas nas cidades. Esse rápido crescimento populacional gerou uma grande procura por espaço e moradia. Naquele momento, a terra já se tornara mercadoria, parte do espaço das cidades estava mediado pela compra ou aluguel de terrenos com construções ou não. A consequência foi um adensamento populacional muito grande, e assim o centro das cidades não comportou todo um contingente populacional que procurou o entorno das cidades formando, desse modo as periferias. Como território livre da ordenação pública, esses locais expressavam a exclusão e descaso do Estado, quanto ao seu papel de regulador e fiscalizador do espaço urbano. As periferias passaram a revelar a desordem e as precárias condições de moradia, assim como, a falta de acesso aos serviços básicos que imprimiriam a esses locais aspectos próprios, distintos das demais áreas da cidade.

A moradia é um dos elementos essenciais na reprodução da força de trabalho, portanto, ela segue movimentos de concentração, dispersão e distribuição dos trabalhadores. Castells (2006) afirma que a questão da moradia é, primordialmente, a de sua crise. Para esse autor, a questão da penúria das moradias não se caracteriza uma necessidade inexorável dos processos de urbanização e, sim, uma relação entre a oferta e a procura, a qual é determinada pelas condições sociais de produção do bem. Entende, pois, que há uma relação de dependência e especulação da questão da moradia em relação às leis econômicas que regulam esse mercado.

Revendo historicamente os problemas relacionados com a moradia, vejo que eles surgem, inicialmente, nos grandes centros urbanos tomados pelo processo de industrialização. Com a devida colonização do espaço pela indústria, a segunda providência era organizar a residência da mão-de-obra. Quando instalada em local com mão-de-obra potencial, a indústria, fatalmente, suscitava um forte movimento migratório, de dimensões que ultrapassavam a capacidade de construção e de equipamentos de uma cidade que carrega na sua formação um modo de produção anterior. Deriva desse fato o pensamento que a “penúria das moradias, as falhas de equipamentos e de salubridade do espaço residencial resultam do aumento brusco da concentração urbana, num processo dominado pela lógica da industrialização” (CASTELLS, 2006, p. 226).

Sobre a questão da moradia, Engels (1979, p.7) refere que

> uma sociedade não pode existir sem crise de moradia, quando a grande massa dos trabalhadores só dispõe exclusivamente de seu salário, quer dizer, da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução; quando as novas melhorias mecânicas retiram o trabalho das massas de operários; quando crises industriais violentas e cíclicas determinam, por um lado, a existência de um verdadeiro exército de reserva de desempregados e, por outro lado, jogam momentaneamente na rua a grande massa dos trabalhadores: quando estes estão amontoados nas grandes cidades e isto, num ritmo mais rápido do que o da construção de moradias nas circunstâncias atuais e que, por mais ignóbeis que sejam os pardieiros, sempre se encontram locatários para elas: quando, enfim, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem não só direito, mas também, em certa medida, graças à concorrência, o dever de obter de sua casa, sem escrúpulos, os alugueis mais altos. Neste tipo de sociedade, a crise da moradia não é um acaso, é uma instituição necessária; ela não pode ser eliminada, bem como suas repercussões sobre a saúde, etc. a não ser que a ordem social por inteiro, de onde, ela decorre, transforme-se completamente.

Com efeito, o problema da moradia perpassa a Era Industrial indo além dos problemas de moradia da Inglaterra do século XIX. A crise da moradia ultrapassa fronteiras se instalando em países de industrialização tardia, em cujo bojo todas as mazelas vividas pelas sociedades industriais dos séculos XVIII e XIX. Esses reflexos de uma sociedade injusta e desigual se fazem presentes em quase a totalidade das cidades brasileiras, independente do seu porte, elas abrigam, como parte do seu contingente populacional, boa parcela de excluídos do sistema formal de habitação que buscam, na cidade ilegal, resolver suas carências de habitação.

2.2.2 Origens e Constituição das Favelas no Brasil

No século XIX, a pobreza urbana tornou-se uma das grandes preocupações das elites européias, que se dispuseram ao combate da pobreza e da miséria. No Brasil, os problemas habitacionais datam do tempo do Império, vinculam-se à questão da terra. A concessão de terras pela Coroa ocasionou uma ampla ocupação de terras pelos latifundiários, que expulsaram antigos e pequenos posseiros. Com a Lei das Terras, em 1850, instituiu-se a propriedade fundiária no Brasil, transformando a terra em mercadoria e, portanto, de pouco acesso, fato que restringiu a posse a quem tinha condições de comprá-la excluindo grande parcela da população.

Com a libertação dos escravos, a chegada dos imigrantes e da industrialização, os centros urbanos assumem outra configuração. As cidades passam por uma verdadeira

reviravolta, a começar pelo intenso crescimento demográfico. No novo cenário urbano, surgem os cortiços como o *lócus* da pobreza, era o local de moradia tanto para os trabalhadores quanto para vagabundos e malandros. Os cortiços expressavam, na virada do século XIX, a segregação de uma classe, a chamada "classe perigosa". Visto como antro de vagabundagem e do crime, uma perfeita desordem social. Sempre responsável pelas epidemias, espaço propagador de doenças que levou o governo do Rio de Janeiro a adotar medidas administrativas que visavam impedir a construção de novos cortiços (VALLADARES, 2005).

Formado por barracos e habitações precárias, instalados em locais considerados impróprios pela sujeira e total falta de infraestrutura, o cortiço pode ser considerado o germe da favela. O cortiço era assim definido pelo regulamento municipal da Prefeitura do Rio de Janeiro:

> Habitação coletiva, construída por pequenos quartos de madeira ou construção ligeira, algumas vezes instalados nos fundos de prédios e outras vezes uns sobre os outros; com varandas e escadas de difícil acesso; sem cozinha, existindo ou não pequeno pátio, com sanitário e lavanderia comum, habitados por indivíduos de classe pobre. (BACKHEUSER, 1906 apud VALLADARES, 2005, p. 24).

As características dos cortiços do Rio de Janeiro em muito se aproximam daquelas das habitações de um bairro periférico em Manchester na Inglaterra. Em finais do século XVII e início do século XIX, tentaram, de forma diferente do acontecido naquele país, resolver o problema da moradia precária protagonizando uma grande reforma urbana a fim de erradicá-los. Foi então que se manifestou o interesse pela favela, que começava a se firmar como novo espaço geográfico e social, despontando como território da pobreza. É quando surge o Morro da Favela, em substituição ao Morro da Providência, que já fazia parte da história através de sua ligação com a Guerra de Canudos, na Bahia. O Arraial de Canudos descrito por Euclides da Cunha em seu livro Os Sertões representava a liberdade: quanto ao uso da terra, aos costumes, em relação às práticas sociais e ao pagamento de imposto.

Estudos de Valladares (2005) apontam que a ocupação do Morro da Providência pelos soldados que lutaram em Canudos se deu em 1897 e, seguindo essa lógica de ocupação, outros locais também foram ocupados irregularmente dando início a um processo de favelização.

Sobre o Morro da Favela, encontramos a seguinte descrição em Valladares (2005, p. 27), segundo um jornal da época:

> Se bem que não há famílias no local designado, é ali impossível ser feito policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás.

Valladares (2005) afirma que no Rio de Janeiro sempre existiu, desde a época do surgimento das favelas, uma associação entre os termos "favela" e "morro", denominações sinônimas. A favela vista como morro tanto no sentido geográfico, **lugar nas alturas, nas encostas**[6], como também num sentido simbólico um local que, para ser alcançado, é preciso força, coragem, desafiar as autoridades, enfrentar longa marcha. Autores citados por Valladares (2005) estabelecem estreita relação entre as demolições dos cortiços e a ocupação ilegal dos morros no Rio de Janeiro. Maricato (2007) reforça essa relação quando afirma que, na virada do século XX, cortiços e favelas passaram a ser formas de moradia para uma parcela considerável da população e um problema para as autoridades nos principais centros urbanos.

Nessa conjuntura, a descoberta da favela logo configura um problema que precisava ser resolvido. No Rio de Janeiro, sucessivos governos tentaram, em vão, por meio de vários projetos extingui-la. As tentativas, em vão, não foram capazes de conter o surgimento de novas aglomerações precárias nem tampouco resolveram o problema da favelização dos espaços ocupados. Sob a alegação de questões higiênicas e de saúde pública, as favelas foram relocadas para os bairros periféricos na certeza de que assim a cidade estaria limpa.

Naquela época já se destacavam alguns observadores, atentos à realidade social da favela, que apontavam os motivos para a sua ocupação. Alertavam que para lá iam os mais pobres, que não tinham moradia própria, e não eram somente desordeiros e, sim, operários laboriosos que, devido à escassez da moradia e alto preço dos aluguéis, faziam daqueles locais seu *habitat*.

A população ocupante desses espaços resultou de alguns fatores que não podem ser esquecidos, quais sejam: um processo não muito distante de falência do sistema escravocrata que deixou sem abrigo e sem emprego um enorme contingente humano; o crescente êxodo rural ocasionado pela falsa atração de oferta de trabalho urbano; a crise

---

6 **Grifos da autora.**

no campo; as migrações de outras áreas do país; a demolição dos cortiços; início de um processo de industrialização que atraiu grande contingente de pessoas para as cidades, que infelizmente não absorveu essa mão-de-obra em sua totalidade gerando uma massa de desempregados; enfim, a inadimplência do Estado. Assim, as desigualdades sociais, o desemprego e a concentração de renda constituem as características da sociedade brasileira que se manifestam fisicamente nos espaços segregados das cidades.

De criação genuinamente carioca, as favelas foram, ao longo do tempo, sendo vistas como um crime impiedoso contra a estética além de representar uma grave e permanente ameaça à tranquilidade e à salubridade públicas. Locais insalubres que careciam de limpeza e reorganização. Desde o início do século XX, as favelas vêm sendo representadas como pertencentes a um outro mundo social e cultural. Até a década de 1970, temos o mito social da favela como um mundo social à parte da cidade, diferente, identificado pela carência e desorganização, assim representando imagens da falta, do vazio, da dignidade humana. A favela associada ao cortiço, local insalubre, feio e sujo, espaço para a proliferação de doenças e a formação de marginais.

Sob esse aspecto, a afirmação de Santos (2002, p. 24) é pertinente ao afirmar que

> as favelas surgiram desde o início do século, mas sua proliferação se dá com particular pujança nos núcleos urbanos metropolitanos no período que vai do começo dos anos 1930 até o final da década de 1950.

A partir da década de 1970, são desenvolvidos estudos que buscam explicar os desequilíbrios que marcam o crescimento urbano nas grandes cidades brasileiras. Fazem crítica ao modelo brasileiro de urbanização dependente, termo utilizado por Castells (2006) para explicar os desequilíbrios que marcam o crescimento urbano na América Latina. Nesses estudos, encontramos duas vertentes que explicam esse fenômeno.

No Rio de Janeiro, os estudos e as pesquisas de Valladares (2005) identificam a dinâmica urbana como geradora das desigualdades sociais nas cidades. Esses fatores estão simbolicamente representados em Kowarick (1983, p. 9) quando ele diz que “a cidade no mundo contemporâneo, tem sido pensada e vivida como deformação: ora é a Manhattan de todas as ambições e devaneios, ora o Harlem de cada dia de sofrimento”.

Para estudar o fenômeno favelas, Kowarick (1983) tomou São Paulo sob o olhar daqueles que sobrevivem nesses espaços. Através da narrativa da história de cada morador, o autor trata o problema habitacional sem desagregá-lo de outros processos sócio-econômicos e políticos. O autor define a sociedade brasileira como boa por

natureza, mas, também, frágil e, por conseguinte, facilmente impregnada por interesses estranhos. Reconhece-a, pois como uma sociedade amorfa, o que leva à ausência de representações e conquistas de bens básicos, como, a habitação, o saneamento, dentre outros.

Especificamente, o autor denuncia o flagrante descaso com a população mais pobre e a sua expulsão para a periferia da cidade, quando investimentos públicos e privados começaram a valorizar determinadas áreas, antes sem valor, ocupadas pelos pobres. É a lei e a ordem do mais forte, os interesses da "especulação imobiliária que afasta os pobres para os ricos entrarem." (KOWARICK, 1983, p. 22).

Como o maior e mais representativo centro industrial e financeiro do País, a Grande São Paulo deveria ofertar, em igual pujança, as melhores condições de vida de sua população interligando crescimento econômico e qualidade de vida dos trabalhadores. No entanto, é na cidade mais rica do país que ocorre um crescimento urbano desordenado, um retrato caótico da condição social dos habitantes da cidade. A expansão dos bairros periféricos que, conjuntamente com os tradicionais cortiços e favelas, vêm alojando a população trabalhadora de baixa renda e também os desempregados, tem sua origem nos primórdios da industrialização, nos anos 30. Naquele período, muitas vilas operárias foram construídas pelas empresas para abrigar seus trabalhadores. Ao reduzir as despesas com a moradia, as empresas rebaixavam os salários dos operários. Essa estratégia funcionou por pouco tempo, enquanto a quantidade da força de trabalho não era representativa. Assim se constituíram bairros, como, o Brás, Moóca e Belém, próximos às fábricas que permitiam que os trabalhadores fossem a pé para o seu trabalho sem custos, portanto, com transporte (KOWARICK, 1983).

A partir da década de 1950, a crescente industrialização gerou um aumento do número de trabalhadores, e assim cresceu a pressão sobre a oferta de habitações. Paralelamente, as áreas ao redor das fábricas foram valorizadas e tornaram-se objeto de especulação, o que levou as empresas a desistirem da construção de vilas para seus operários. Com a migração, atraída pela oferta de trabalho, criou-se um excedente de mão-de-obra, portanto, tornara-se desnecessário produzir moradias para fixar operários. Sem as vilas, esses operários passaram a assumir o custo da moradia e mais os gastos com transporte para o deslocamento até o local de trabalho. Sem a proteção anterior, ocuparam as periferias – áreas desprovidas de qualquer infraestrutura, onde passou a residir grande quantidade de mão-de-obra. Os barracos e as construções precárias

firmaram-se como as principias tipologias da moradia. Desse processo resultou a favelização de áreas e a produção de novas favelas, como fórmula de sobrevivência para uma grande parcela da população.

Como visto, a questão da habitação em São Paulo, que não difere de outras regiões do Brasil, está relacionada com a urbanização intensiva e o desenvolvimento industrial, mas esses problemas manifestam-se, além de fatores socioeconômicos e culturais, com diferenças na forma de produção e de apropriação do solo, o que resulta em configurações espaciais próprias.

No próximo capítulo abordo a urbanização brasileira e os seus desdobramentos na Bahia.

3 BRASIL, BAHIA: UM CENÁRIO DE URBANIZAÇÃO DESIGUAL

Neste capítulo, apresento a urbanização brasileira e os seus desdobramentos, considerando que, apesar de ser esse um processo tardio, carrega em seu bojo toda uma herança colonial, clientelista e, sobretudo, marcada pelos ideais capitalistas.

3.1 PROCESSO DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL

A urbanização brasileira contemporânea foi, marcadamente, influenciada pelas transformações econômicas, políticas, sociais e espaciais propiciadas pela intensificação e mudança nas formas de articulação do Brasil com a economia capitalista. O conjunto dessas transformações inicia no século XIX e tem suporte na expansão da economia cafeeira, que promoveu as apropriações da terra em bases capitalistas, e na constituição de uma formação socioespacial que, baseada na agricultura, gerou a industrialização e uma estruturação com cidades de diferentes portes, com divisão territorial do trabalho entre a cidade e o campo e entre as cidades.

O processo de urbanização no Brasil ocorreu de maneira desequilibrada e heterogênea, tal qual em países capitalistas desenvolvidos. O que os difere é o tempo e a forma como esse processo foi desenvolvido. De um lado, observa-se que, nos países capitalistas não desenvolvidos, formas de produção são implantadas de uma única vez, sem amadurecimento, gerando choques profundos. Nos países capitalistas desenvolvidos, determinadas inovações tecnológicas são amadurecidas antes de serem implantadas. Nos países não desenvolvidos, esses impactos geram consequências que levam a uma urbanização desigual. O processo de urbanização das cidades nesses lugares está relacionado com a Revolução Industrial, processo que altera profundamente as condições de vida do trabalhador braçal, provocando, de início, um intenso deslocamento de massa da população rural para as cidades, e consequentemente, grandes concentrações urbanas.

Esse grupo, que passa a viver nas cidades em condições deploráveis, tinha o cortiço como moradia e era submetido a salários irrisórios, com longas jornadas de trabalho. Nesse período, o desenvolvimento urbano significou um gigantesco processo

de segregação de classes, que empurrava os novos trabalhadores pobres para as grandes concentrações de miséria, alijadas dos centros de governo e dos negócios.

A urbanização no Brasil, assim como em outros países periféricos, esteve estreitamente ligada à industrialização, no que se evidencia a desigualdade na distribuição de renda, na formulação de políticas públicas e, consequentemente, na distribuição dos recursos públicos.

A industrialização das décadas de 1910, 1930, e 1940, provocou significativos surtos migratórios. Na primeira década, veio a importação de mão-de-obra, quase toda européia, destinava-se diretamente ao trabalho urbano, e outra parte era direcionada ao emprego nas lavouras. Poucos se adaptavam e abandonavam o trabalho na lavoura, indo à busca de um emprego urbano (SANTOS; SILVEIRA, 2002).

Nas décadas de 1930 e 1940, o processo de migração campo/cidade eclodiu violentamente em direção ao sul do país, centros urbanos e faixa litorânea, devido ao surgimento da indústria de bens de consumo. Essa indústria era formada por investimentos de comerciantes e banqueiros que, em sua maioria, se dedicavam a investir em obras de infraestrutura produtiva (energia elétrica e ferrovias), inclusive, na urbanização (avenidas e bondes), desde que o retorno do investimento se fizesse especialmente através da valorização imobiliária das áreas beneficiadas.

O interesse do capital privado na melhoria das cidades aos poucos foi se retraindo e voltou-se para o investimento na industrialização, já em ascensão. Em consequência, o aparelho do Estado passa, pouco a pouco, a assumir parcelas crescentes dos investimentos urbanos, buscando criar condições requeridas pela florescente produção industrial em seu processo de acumulação. O Estado assume tanto a infraestrutura urbana, quanto a infra-estrutura regional de serviços de transportes e comunicação. Essa estatização relaciona-se ao interesse do capital em aumentar seus lucros, que passa a investir em setores mais rentáveis, procurando manter achatados os salários dos trabalhadores. Assim, aos poucos, se formaria o quadro de problemas urbanos com que ainda hoje perduram: eis que ocorreria uma urbanização voltada para as classes sociais mais abastadas que, de forma desigual, remete a classe trabalhadora urbana para as periferias das cidades, local onde sua baixa capacidade aquisitiva lhe permitia pagar o aluguel ou comprar um terreno.

Na década de 1930, em face da chegada do capital estrangeiro no Brasil, as decisões passaram a ser tomadas de forma concentrada, beneficiando, apenas, determinados setores da economia e os empresários. O governo direciona o olhar para

outras questões, optando por investimentos de curto prazo, fazendo com que a urbanização das cidades não fosse considerada prioritária, o que viria a ocasionar os problemas urbanos que presenciamos na atualidade. A partir de 1940, novas condições políticas e organizacionais permitiram que a industrialização conhecesse uma nova dinâmica, vinda do poder público, que passou a investir em infraestrutura para o desenvolvimento industrial. O Estado assume o papel de agente motor do crescimento econômico e social, fato que acelera a urbanização nas grandes e médias cidades brasileiras.

Em 1940, a taxa de urbanização chega a 26,35%, alcançando, em quarenta anos 68,86%. Nos anos 40, o mercado imobiliário passa a se constituir em uma alternativa para os especuladores, o pequeno e o médio investidor começam a investir para onde as cidades crescem, passando a observar como os bairros se transformam, situando-se na lógica do desenvolvimento (SANTOS; SILVEIRA, 2002).

A partir de 1942, esses especuladores começam a investir em terra vazia, dentro das cidades ou nas zonas de expansão urbana, sem grandes investimentos apenas aguardando a cidade crescer, o governo investir e os demais proprietários construírem edificações para que as áreas de terra fossem valorizadas. O modelo desenvolvimentista gera um clientelismo que faz da especulação imobiliária um instrumento de ação dos poderosos. Os não proprietários de imóveis ficaram então subjugados ao seu próprio destino, os aluguéis sobem, e a pouca ação da lei do inquilinato concorre para a expulsão das famílias de baixa renda para as casas nas periferias urbanas, invasões, favelas, mocambos e palafitas, longe de serviços básicos, distantes do centro e de difícil acesso.

Nos anos de 1950[7], o presidente Juscelino Kubitschek, visando uma rápida industrialização, concentra capitais nos setores de infraestrutura regional, e em setores produtivos, em detrimento dos investimentos nos setores sociais e das cidades, o que provoca a concentração das receitas públicas nas mãos do governo federal, ficando as cidades dependentes dessa esfera para investir na melhoria urbana.

A industrialização emergente traz uma urbanização acelerada, acompanhada de uma série de fenômenos desencadeados pela intensa migração de um contingente populacional com baixa qualificação profissional, que não é totalmente absorvido no

7 De 1930 a 1960 a população urbana aumentou em 60% (SANTOS; SILVEIRA, 2002).

mercado de trabalho da cidade, fato que traz consequências diretas nas condições habitacionais de hoje.

No período que compreende os anos de 1940 a 1950, a industrialização no Brasil é responsável por um processo social complexo, formando um mercado nacional, expandindo o consumo, impulsionando as relações e ativando a urbanização que envolve todo o país acelerando a urbanização das médias e grandes cidades, no entanto, urbanização e industrialização nem sempre estão intimamente ligadas.

> A urbanização, entretanto, apresenta um padrão diferente da industrialização. A primeira se torna muitas vezes relativamente independente do desenvolvimento industrial regional. O crescimento das cidades menos industrializadas apresenta um ritmo quase tão intenso como o das cidades mais industrializadas. As cidades que crescem se espalham por todo o litoral brasileiro, não se observando uma macrocefalia urbana, nem uma concentração geográfica da industrialização semelhante à que ocorre na industrial. (OLIVEIRA, 2005, p. 40).

Em 1960, a população urbana representava 44,7% da população total, contra 55,3% da população rural. Em dez anos, essa situação inverteu-se, devido às transformações capitalistas no campo (mecanização e mudança de culturas), aliadas à atração ideológica exercida pelas cidades, que provocaram um fluxo migratório das populações rurais em direção aos centros urbanos. Entre 1960 e 1996, a população urbana passou de 31 milhões para 137 milhões. Essa urbanização coincide com o fim de um período de acelerada expansão econômica, que traz como consequência uma sociedade desigual e injusta (SANTOS; SILVEIRA, 2002).

Os anos 1950 e 1960 foram marcados pela intensificação da migração para os grandes centros, credita-se à industrialização e à urbanização a razão dessa mobilidade social. No entanto, logo o fenômeno da migração se depara com os processos de exclusão e marginalização a que são submetidos os migrantes das diversas regiões do Brasil que começam a revelar suas angústias e frustrações por não alcançarem uma melhor condição de vida e por depararem-se com culturas tão distantes de suas origens.

A partir dos anos de 1970, com a intensificação da mecanização da agricultura, um grande êxodo rural foi provocado em todas as regiões do país, sendo que a população passou a se dirigir aos grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Em 2000, 81,2% da população brasileira viviam em cidades, conforme demonstrado na tabela 1, a seguir.

Verifica-se ainda, a partir da observação dos dados da Tabela 1, que o crescente índice de urbanização, no período 1970-2000, também ocorreu a taxas decrescentes: entre 1970 e 1980, o crescimento foi da ordem de 21,23%; entre 1980 e 1991, da ordem de 12,01%; já no período 1991-2000 esse avanço foi da ordem de apenas 5,34 %.

Tabela 1 – Brasil: população absoluta, urbana e rural, e taxa de urbanização 1940-2000

Anos	População Total	População Urbana	População Rural	Índice de Urbanização
1940	41.326.000	10.891.000	30.435.000	26,35
1950	51.944.000	18783.000	33161.000	36,16
1960	70.191.000	31.956.000	38.235.000	45,52
1970	93.139.000	52.905.000	40.234.00	56,80
1980	119.099.000	82.013.000	37086.000	68,86
1991	150.400.000	115.700.000	34.700.000	77,13
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,25

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2006).

Um movimento que se percebe a partir da observação dos dados da tabela 1 é o "descolamento" entre o ritmo de crescimento e o de decréscimo, respectivamente, da população urbana e da população rural no Brasil.

O crescimento da população urbana, entre 1970 e os anos 2000, deu-se sempre a taxas decrescentes: entre 1970 e 1980, a população urbana cresceu à taxa de 55,02%; no período 1980 e 1991, esse crescimento foi da ordem de 41,08% e, no decurso dos dez anos seguintes, o avanço da população urbana, em termos relativos, foi da ordem de apenas 19,23%.

A redução da população rural atendeu, entretanto, conforme ressalto, a uma processualidade um tanto diversa: entre 1970 e 1980, essa população rural sofreu um decréscimo da ordem de 7,82%, mas, na década seguinte, esse recuo foi menor: apenas, 6,43%; entretanto, no período 1991-2000 a população rural, ainda seguindo sua trajetória de queda iniciada no início dos anos 1970, voltou a cair, mas, desta vez, de forma um pouco mais vigorosa: 8,23% foi a taxa de redução populacional nesse período.

A redução no crescimento populacional observado na tabela 2 difere entre regiões. Santos e Silveira (2002) assegura que as regiões Norte e Nordeste já foram responsáveis por 34,39% da população brasileira, isso em meados de 1800, face ao elevado índice de natalidade, caindo para 25,76% em 1960, com a migração para as

cidades do sul. A Região Nordeste, desde os anos 50, é a grande provedora de população para a Região Sudeste, o que fica evidenciado na tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Taxas Anuais de Crescimento Populacional, Brasil e Regiões 1940–2000

Brasil/ Regiões	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/90	1990/2000
BRASIL	**2,4**	**3,1**	**2,9**	**2,6**	**1,7**	**1,64**
NORTE	2,4	3,6	3,6	5,0	3,8	2,86
NORDESTE	**2,3**	**2,2**	**2,5**	**2,2**	**1,6**	**1,31**
SUDESTE	2,1	3,2	2,6	2,7	1,6	1,62
SUL	3,2	4,2	3,4	1,5	1,2	1,43
CENTRO-OESTE	3,5	5,1	6,2	4,3	2,7	2,39

Fonte: IBGE (2000).

O incremento absoluto da população no período de 1940 a 2000, na Região Nordeste, caiu de 33,1% para 29,28%, o que pode ser creditado às grandes secas ocorridas na área, as quais ocasionaram imigrações para o Sudeste.

A população brasileira apresentou, na década de 50, uma alta taxa de crescimento de 3,1% a.a., 45% desse crescimento localizaram-se na Região Sudeste. Em 60, houve uma desconcentração para as demais regiões e, em 1970, a Região Sudeste apresenta um grande crescimento populacional, com 46% do incremento nacional, todo na área urbana. Nos anos 80 e 90, verifica-se uma desaceleração do ritmo do crescimento populacional nas regiões Sul e Sudeste, ocorrida principalmente, pela queda da fecundidade da população.

A Região Nordeste, em 1940, possuía, em média, 75% de sua população vivendo em áreas rurais e contava com cidades de grande porte, a exemplo de Recife. No período de 40 a 70, há uma maior concentração da população nordestina nas cidades maiores, incluindo então Salvador e Fortaleza. De 1970 a 1996, verifica-se, na Região Nordeste, uma grande perda da população rural com o crescimento da população urbana e o surgimento de cidades com uma população razoavelmente aumentada. Santos e Silveira (2002, p.314) assinalam:

> As transformações capitalistas no campo (mecanização e mudança de culturas), aliadas à atração ideológica exercida pelas cidades, provocaram um fluxo migratório das populações rurais em direção aos centros urbanos. A partir dos anos 70, com a intensificação da mecanização da agricultura, um grande êxodo rural foi provocado em todas as regiões do país, sendo que a população passou a se dirigir aos grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

No modelo de desenvolvimento e expansão que comandou nossa urbanização acelerada, com elevadas taxas de crescimento demográfico, presenciam-se fatores significativos, tais como, alta velocidade – as taxas de crescimento populacional, pelo incremento da população urbana que cresce de forma exponencial; desigualdade na distribuição de renda – a população que vive nas periferias e nas favelas acaba ficando à margem do processo produtivo, e recaem sobre essa população diversas formas de exclusão; má distribuição de políticas públicas e de recursos públicos – os recursos financeiros existentes se voltam para o sistema produtivo, na tentativa de alavancar o crescimento econômico, na crença que o desenvolvimento, por si só, seja capaz de solucionar os problemas da urbanização; concentração demográfica – um maior grau de industrialização atrai um maior número de pessoas para as cidades, provocando assim um crescimento desigual da malha urbana, aumentando a ocupação da faixa litorânea e dando início à metropolização.

Essa forma de urbanização tem repercutido favoravelmente para uma classe social minoritária enquanto a grande massa populacional é expulsa para as periferias, para os subúrbios, morros ou para as várzeas, o que demonstra uma falta real de planejamento urbano e, em muitos casos, o desinteresse dos governantes. A acelerada urbanização brasileira produziu cidades marcadas por periferias e, posteriormente, por favelas, que abrigam milhões de brasileiros que não têm acesso ao solo urbano e à moradia senão via processos de ocupação ilegal do tecido urbano, que se reproduziram de forma assustadora, tomando proporções inesperadas. As cidades brasileiras presenciam rotineiramente a ocupação irregular das áreas públicas, privadas, encostas e mananciais por verdadeiros exércitos de ocupantes que não possuem acesso digno às formas de habitação e moradia.

Para essa população segregada, em espaços distintos, de forma espacial e social, restam apenas as áreas que supostamente ainda não despertaram o interesse do mercado imobiliário. Áreas que não dispõem dos serviços importantes, como, saneamento básico, transporte, lazer, enfim, condições mínimas de sobrevivência nas cidades. Essa divisão social e espacial caracteriza e rotula a população de baixa renda que historicamente, desde o período colonial, vive em condições precárias para o bem-estar dos ricos. No Capitalismo, essas diferenças se acentuam, e o sistema desigual não permite que todos tenham os mesmos direitos aos bens de consumo privilegiando, assim, uma minoria com boas condições econômicas.

Os investimentos públicos se concentram em áreas onde o valor imobiliário atrai o especulador de imóveis. São as chamadas áreas centrais, espaços das elites, diferentes das áreas periféricas cada vez mais esquecidas e abnegadas. Maricato (2002) lembra que o Estado é o responsável pelo planejamento urbano, que tende a concentrar atividades em um determinado local e termina por expressar o desejo das classes dominantes, terem um espaço particular para sua reprodução social.

Os aspectos aqui apresentados e discutidos acerca da urbanização brasileira retratam um modelo de urbanização praticado e seguido por todo o país que tende a homogeneizar-se. É um padrão de urbanização que traz a periferização, o déficit habitacional e, consequentemente, a favelização, como produtos da péssima composição social do capital. Desse modelo de urbanização, resultam cidades com alto grau de segregação onde a criminalidade se acentua, e é nítida a ausência de políticas que, de forma eficaz atenuem tal situação.

3.2 URBANIZAÇÃO BAIANA: UMA BREVE REFLEXÃO

O Estado da Bahia, com 564.692,7 km² e uma população de 13.825.883 (IBGE, 2005), é o maior estado do Nordeste, em tamanho e em população, ocupa o terceiro lugar em população dentro do contexto brasileiro com uma densidade demográfica de 24,27 hab/Km² (IBGE, 2004) e vem apresentando um comportamento diferenciado da dinâmica da população total, da população urbana e da rural. Estudos de Silva e Rocha publicados em (2002) analisam as principais características do comportamento do processo de urbanização da Bahia no período, de 1940 a 2000 e apontam um crescimento de 233,59% mesmo considerando os fluxos migratórios ocorridos nesse período da Bahia para estados do Sudeste. A Bahia tem a maior população rural, em termos absolutos, dentre os estados brasileiros, e ocupa a sexta posição em termos relativos. Essa população rural é maior que a população total de cinco estados do Nordeste.

As maiores taxas de crescimento populacional na Bahia ocorreram entre 1960 e 1980, período em que se dá a expansão da integração da Bahia ao contexto nacional e a industrialização baiana na região metropolitana de Salvador (RMS). Esse crescimento é bastante assimétrico em seu território. No período de 1991 a 2000, alguns municípios

baianos apresentam crescimento populacional enquanto há um decréscimo em outros. Esse crescimento não se associa à dinâmica do turismo, da metropolização nem às atividades econômicas diversas. Silva e Rocha (2002) afirmam que o processo de urbanização no Estado da Bahia tem hoje, destacadamente, duas principais características: a intensificação do processo no interior do estado, com o surgimento das cidades médias, inclusive nas extremidades do território, e a dinâmica da metropolização em torno da capital.

Analisando o processo de ocupação e povoamento do território baiano, foi observado que tal processo ocorreu a partir de sua faixa litorânea, seguindo o mesmo itinerário do povoamento do Brasil, que teve início no Nordeste, especificamente nos estados da Bahia e Pernambuco. Esse processo ocorre de forma gradativa, como afirma Borges (1993, p. 59) "o ritmo de urbanização da Bahia tem sido, portanto, mais lento do que o de outros estados nordestinos, mesmo se tratando do estado mais industrializado da região".

O Recôncavo Baiano constitui a área de ocupação mais antiga da Bahia, tendo Salvador como principal centro receptor e exportador de mercadorias, assim como centro administrativo e político da colônia. Os canaviais estenderam-se por toda a região do Recôncavo, nas margens da Baía de Todos os Santos. A penetração no interior do estado sucedeu de forma lenta. A comunicação entre a capital e o interior ocorria através do transporte fluvial, sendo o Rio Paraguaçu sua via mais importante. A circulação das mercadorias por via terrestre era feita em carros de bois e através de caminhos estreitos de trilhas por onde passavam os tropeiros que, posteriormente, formaram as principais vias para escoamento da produção de açúcar e fumo, para a pecuária e, posteriormente, para o escoamento das pedras e metais preciosos oriundos das regiões da mineração.

A Bahia do século XVIII era formada por uma sociedade de base agrária-escravocata, composta por senhores de terras e proprietários de engenhos de açúcar e da atividade pecuária. Compunham ainda essa sociedade os mercadores, clero e membros das forças armadas e os profissionais liberais. Nas áreas urbanas, as ocupações livres predominantes eram as mecânicas e artesãs, dentre outras. Nos engenhos de açúcar, estavam os escravos e os feitores. Assim tinha-se, de um lado, os escravos analfabetos e, do outro, os proprietários de terra. Com a crise internacional de 1929 e a Revolução de 1930, inicia-se um processo de industrialização na Região Sudeste, em face de vantagens oferecidas pela conjuntura econômica mundial. Nessa nova conjuntura

econômica, a Bahia vive a transição da economia com base agrária para uma economia industrial fornecendo matérias-primas exportáveis para outros países e para o Centro-Sul do Brasil, assim como mão-de-obra e capitais, fatores que contribuíram para o desenvolvimento industrial do Centro-Sul brasileiro.

Em 1950, o cacau representava um importante produto na pauta das exportações baianas solidificando a concentração econômica no litoral baiano, mantendo a posição de principal produto de exportação até a década de 80, período em que já se divisava um processo de industrialização iniciado desde 1950 com a implantação da Refinaria de Mataripe, que representa um marco no processo de desenvolvimento da Bahia. Nos anos 1960 e 1970, esse estado foi contemplado tardiamente com uma política desenvolvimentista, que possibilitou a implantação do Centro Industrial de Aratú (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari, que tinham por objetivo a produção de bens intermediários complementando a matriz de produção já desenvolvida na Região Sudeste do país.

O Estado da Bahia, segundo estudos de Spinola (2003) no período de 1950 e 1970, passou por um sistemático processo de planejamento, destacando-se o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), que projetou um setor industrial objetivando um equilíbrio entre a produção de bens de consumo e de capital, priorizando a especialização das grandes empresas produtoras de bens intermediários.

Até então, a industrialização baiana tinha concentração espacial na RMS. No final dos anos de 1970, amplia-se a fronteira agrícola com a inserção de novas áreas de modernização agroindustrial no Médio São Francisco, Oeste e Extremo Sul, contribuindo para a revitalização e modernização econômica em áreas que estavam geograficamente distantes da faixa litorânea. Nesse período, a migração campo-cidade se intensificou dentro do estado. O crescimento industrial atraiu grandes fluxos populacionais, produzindo uma nova composição social, uma classe média emergente e um operariado urbano que começam a demandar maior oferta de bens e serviços. Muitos desses trabalhadores sem qualificação ingressam na economia informal.

Segundo Souza (2001), a partir da década de 1950, começa a formação, na Bahia, de uma massa crescente de mão-de-obra empobrecida, nas periferias dos maiores centros urbanos, especialmente na capital. Constituía-se assim o que se qualifica de força de trabalho excedente, e já se observava uma grande desproporcionalidade entre o volume de trabalhadores proletarizados que os fluxos migratórios traziam para as

cidades e a expansão da demanda por força de trabalho nos segmentos mais capitalizados da economia.

Com a consolidação da industrialização na Bahia, ocorreram transformações na estrutura econômica do estado, houve uma redução do peso da agricultura e um aumento significativo da participação do setor secundário no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, principalmente no segmento químico e petroquímico e extrativo mineral. Esses setores da economia contribuíram fortemente para que a Bahia se transformasse em uma das principais fornecedoras nacionais de matérias-primas e bens intermediários.

No período de 1950/1999, conforme tabela 3, houve um declínio do setor primário e a expansão do setor secundário (80%). Em 1950, o setor secundário correspondia a 8,7% do PIB Baiano, em 1999, respondia pelo equivalente a 40,7% acréscimo também verificado no período para o setor terciário, os serviços. Credita-se esse incremento no setor terciário a uma forte demanda por serviços requeridos com o crescimento da população urbana.

Tabela 3 – Estrutura Setorial do PIB da Bahia 1950-1999

Setores % / Anos	Primário	Secundário	Terciário
1950	43,4	8,7	47,9
1960	39,7	12,3	48,0
1970	25,5	26,9	47,6
1980	17,5	30,9	51,6
1990	15,0	26,9	58,1
1998	9,7	37,7	40,5
1999	8,7	40,7	50,8

Fonte: Oliveira (2005).

A Bahia em meados dos anos 1950, contava com uma economia exclusivamente agrícola, baseada no cacau e outras culturas de exportação Nas décadas seguintes, a Bahia passa por um intenso processo de crescimento e transformações estruturais, voltado para industrialização que se inicia com a implantação da Refinaria Landulfo Alves, e se consolida com a instalação do CIA, posteriormente em 1970 com o Complexo Petroquímico de Camaçari. A partir dos anos 1980 quase 70% do PIB do Estado segundo a SEI (1997) provinha de cidades como Salvador, Feira de Santana, Camaçari, São Francisco do Conde, Ilhéus e Itabuna.

A industrialização no Centro-Sul promoveu a criação de vias de escoamento da produção que necessitava ser distribuída para a Região Nordeste, fato que exigiu a abertura de uma ampla rede viária concentrando os fluxos de mercadorias e serviços em pontos estratégicos, a exemplo das cidades de Feira de Santana e Vitória da Conquista. Enquanto isso acontecia, a população baiana crescia e passava por transformações no tocante à sua distribuição. A tabela 4 apresenta a evolução da população da Bahia, comparando-se com a população da Região Nordeste e a população brasileira no período de 1872 a 2000.

Tabela 4 – População da Bahia, do Nordeste e do Brasil 1872 - 2000

Anos	Bahia	Nordeste	Brasil
1872	1.379.616	4.638.560	9.930.478
1890	1.919.802	6.002.047	14.333.915
1900	2.117.956	6.749.507	17.438.434
1920	3.334.465	11.245.921	30.634.605
1940	3.918.112	14.434.080	51.944.397
1950	4.834.575	17.973.413	51.944.397
1960	5.920.447	22.181.880	70.070.457
1970	7.493.470	28.111.927	93.139.037
1980	9454.346	34.812.356	119.002.706
1991	11.867.991	42.497.540	146.825.475
2000	13.070250	47.741.711	169.799.170

Fonte: IBGE (1996, 2000).

Até 1960, período em que se implanta e consolida o desenvolvimento do Sudeste, com destaque para o estado de São Paulo, a Bahia cresce menos que a média nacional, fato que caracteriza sua função de provedora de mão-de-obra para a Região Sudeste, com a forte emigração de nordestinos. Com o fomento da economia baiana na década de 80, a Bahia cresce mais que o Nordeste e representa 7,70% da população brasileira, elevando-se para 8,07% em 1991. Em 1995, a participação da população baiana na população nacional chega a 8,12%, maior percentual registrado naquela década.

No período compreendido entre 1991 a 2000, vide tabela 5, a Bahia registrou uma taxa de crescimento demográfico urbano inferior à média nordestina, e superior à da Região Sudeste, com o total de 8.772.348 habitantes urbanos no final da década de 90. Nas áreas rurais, houve um decréscimo na população e a Bahia concentrava, em

1990, a maior população rural do Brasil (4.297.902 habitantes), o que chega a ser superior a toda população dos estados de Alagoas e Sergipe (IBGE, 2000). A partir daí, a taxa anual de incremento demográfico da Bahia vem caindo. Entre 1980 e 1991, era de 2,1% passando para 1,1% em 1991/2000. Nesse mesmo período, a população urbana cresceu a um ritmo duas vezes superior ao da população total, e as áreas rurais do estado já apresentam redução absoluta da população. Verifica-se uma concentração expressiva da população urbana na capital e a dispersão dessa população em centros urbanos de médio e pequeno porte que contribuem para fortalecer a rede urbana da Bahia, como afirmam Silva e Silva (1993, p. 50):

> Nos anos 90 começa a configurar, portanto, uma nova situação no Estado, qual seja a de ser espaço subdesenvolvido, crescentemente urbano, com fortes índices de metropolização, de urbanização pontualmente concentrada no interior e de despovoamento rural [...]

Tabela 5 – Grau de Urbanização: Brasil, Sudeste, Nordeste e Estados da Região Nordeste, 1991 - 2000

Brasil/Sudeste/Nordeste	1991	2000
Brasil	**75,59**	**81,25**
Região Sudeste	**88,02**	**90,25**
Região Nordeste	**60,65**	**69,07**
Maranhão	40,01	59,53
Piauí	52,95	62,91
Ceará	65,37	71,53
Rio Grande do norte	69,10	73,35
Paraíba	64,10	71,06
Pernambuco	70,87	76,51
Alagoas	58,95	68,01
Sergipe	67,22	71,35
Bahia	**59,12**	**67,12**

Fonte: Oliveira (2005).

Com efeito, há uma redução da participação relativa das pequenas cidades conforme estudo de Silva e Rocha (2002) e o aumento da participação de centros intermediários, a exemplo de Feira de Santana e Vitória da Conquista, isto ocorre quando a metrópole deixa de ser o local idealizado para se viver, e as cidades que comportam entre 100.001 a 500.000 habitantes começam a fazer esse papel. Feira de Santana confirma essa tendência destacando-se como uma das cidades mais importantes do estado e que abrigava, em 2006, aproximadamente 600.000 habitantes.

Considerando as taxas de crescimento urbano, é possível constatar na tabela 5, que mesmo crescendo em ritmo acelerado, as taxas de urbanização da Bahia no período de 1991/2000 são menores que as do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Em 2000, a Bahia tem um grau de urbanização menor que o das Regiões Nordeste e Sudeste, ficando abaixo da media brasileira aproximadamente 13% e abaixo da média da Região Nordeste em torno de 2,7%.

Verificou-se que a Bahia apresenta um comportamento diferenciado das taxas de crescimento da população total e urbana, e nesse processo geral de urbanização no total do estado, a cidade de Feira de Santana é referência devido ao seu dinamismo e acelerado crescimento, enquadrando-se na posição de cidade média. Essa condição implica para o Município uma crescente demanda por emprego, melhor distribuição de renda, habitação, infraestrutura, serviços sociais de caráter essencial e um moderno sistema de transportes. As consequências sociais de uma rápida urbanização se refletem nas altas taxas de desemprego, escassez de moradia, na desigualdade e na exclusão social, na periferização e na favelização de parte considerável da população residente, que oriunda do campo, e de outras cidades, sem opção de trabalho e renda termina por ocupar ilegalmente áreas dentro e fora do anel de contorno da cidade, desfigurando assim o tecido urbano, reafirmando uma imagem típica dos grandes centros urbanos do país – a favelização.

4 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DESIGUAL NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Neste capítulo apresento a cidade de Feira de Santana, seu histórico, sua localização e os fatores que contribuem para a rápida urbanização feirense. Trago argumentos que evidenciam a subnormalidade em Feira de Santana, uma localidade com forte espoliação urbana, que impede o acesso à moradia pelos segmentos de baixa renda.

4.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Feira de Santana é uma das cidades que mais se destaca no interior da Bahia, por desfrutar de uma localização privilegiada, de um comércio que é parte integrante de sua história e por contar com um contingente demográfico considerável em relação aos demais municípios do estado. Faz-se limítrofe com a região do Recôncavo Baiano e com a região do Agreste de Alagoinhas, situa-se numa região planáltica, com uma média de 257 metros de altitude, situada entre 12 graus de latitude sul e 38 graus de longitude oeste (OLIVEIRA, 2005).

Segundo Oliveira (2005), a cidade está situada em uma posição estratégica que permite a ligação do Norte/Nordeste do país com as regiões Sul e Sudeste, conectando-se com Salvador e com quase todo o interior. Distando aproximadamente 109 km da capital do estado, essa posição estratégica representa uma das características importantes para o desenvolvimento econômico do município, atraindo capitais e população que, num processo de industrialização e de urbanização periférica, assumem contornos específicos os quais são analisados neste estudo.

Feira de Santana possui marcos divisórios com os municípios de Santa Bárbara, Tanquinho, Candeal, Angüera, Ipecaetá, Serra Preta, Santo Amaro, São Gonçalo dos Campos, Santanópolis, Conceição do Jacuípe, Antônio Cardoso e Coração de Maria.

O município de Feira de Santana localiza-se a leste do estado da Bahia, entre a zona da mata e o sertão, numa área de transição denominada agreste baiano. Quase a totalidade dessa área (96%) está inserida no Polígono das Secas. Compõe-se de sete

distritos, além da sede: Humildes, Ipuaçú, Bonfim de Feira, Jaguara, Jaíba, Tiquaruçu e Maria Quitéria. Feira de Santana é o pólo urbano dominante de um complexo de regiões com mais de 200 municípios, abrangendo parte do Recôncavo, do Paraguaçu, do nordeste da Bahia, da Região de Irecê, do Piemonte de Diamantina, da Chapada Diamantina e parte do Litoral Norte (CARMO, 2009).

De acordo com a SEI (2006) e o IBGE (2008), o município pertence ao Território de Identidade "Portal do Sertão" e integra 17 municípios, com uma população estimada de 911.184 habitantes. Esse território, do qual Feira de Santana é o seu principal componente, delimita o Recôncavo e o Semi-Árido fazendo a convergência de perfis notoriamente bem delineados pelos costumes e tradições que estão presentes na vida de sua população. Entre esses municípios, ocorre um intenso fluxo de pessoas e mercadorias. Conforme a SEI (2006), Feira de Santana foi o quadragésimo sétimo município criado no Estado da Bahia e faz parte da Região Econômica do Paraguaçu que abrange 42 municípios, com uma população estimada em 2008 de 1.390.445 (IBGE, 2008), representando 9,6% da população do Estado

A figura 1 ilustra a localização da cidade de Feira de Santana:

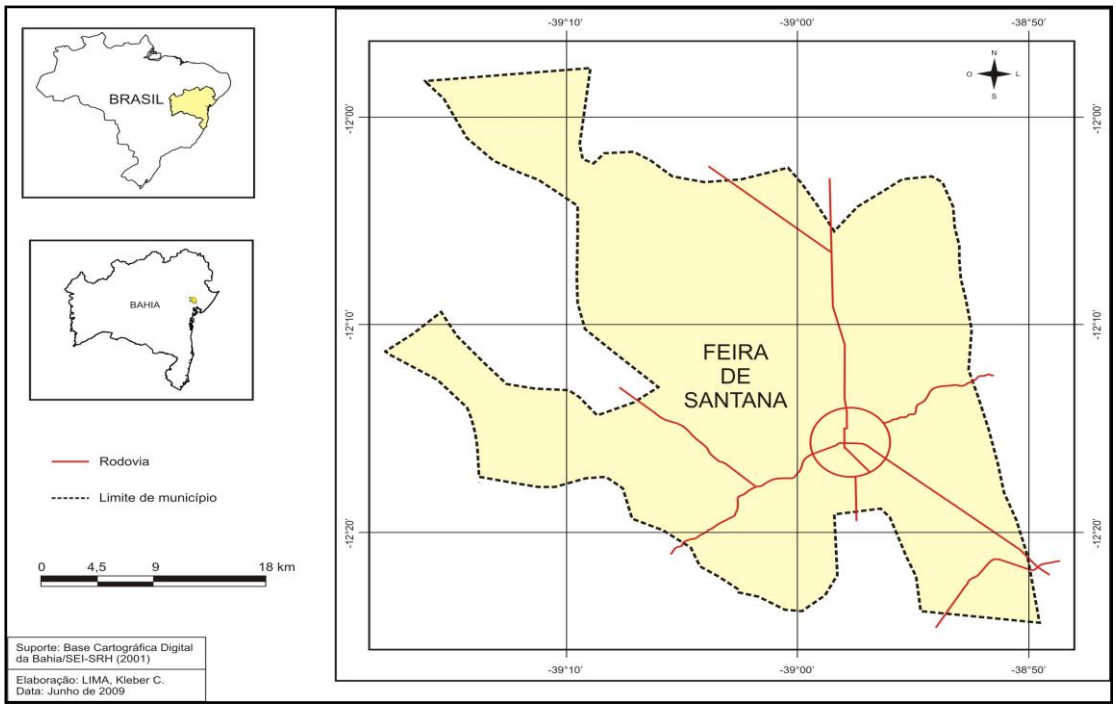

Figura 1 – Localização da cidade de Feira de Santana - Bahia
Fonte: Lima e Kleber C. (2009).

A cidade Feira de Santana, de acordo com a divisão espacial das Regiões de Influência das Cidades (Regic) adotada pelo IBGE (1987, 2003), foi classificada como

de porte médio não metropolitano e capital regional, abrangendo 96 municípios com uma população estimada pelo IBGE (2008) de 3.035.969 habitantes, ocupando 27,88% da área territorial do Estado da Bahia.

A figura 2, a seguir, representa as redes de lugares centrais e área de atuação de Feira de Santana:

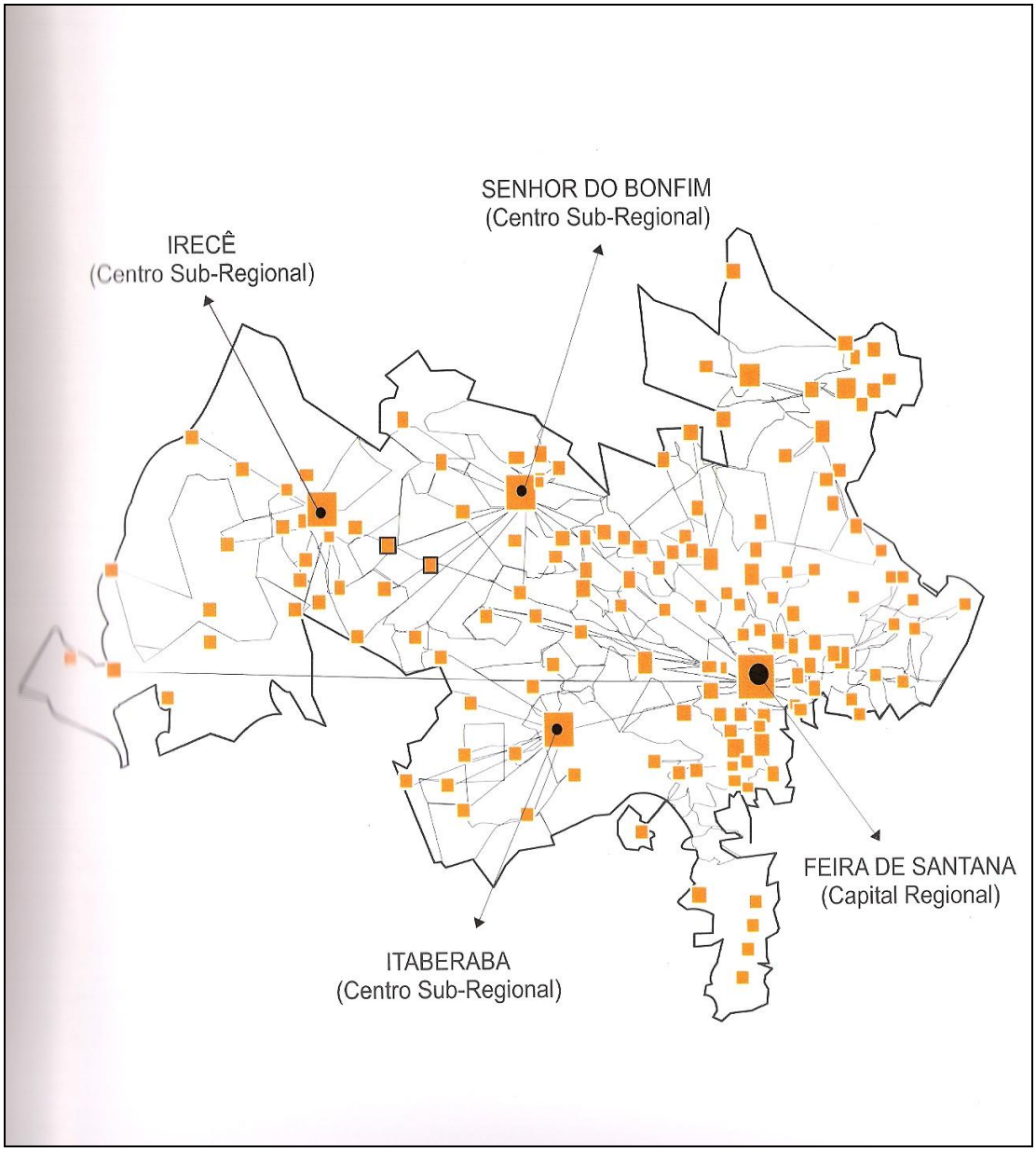

Figura 2 – Redes de lugares centrais e área de atuação de Feira de Santana
Fonte: Anuário Estatístico de Feira de Santana (2008).

Uma das regiões mais populosas do estado, em 1991, Feira de Santana era responsável por 10,1% da população estadual. Apresenta, também, uma das maiores densidades demográficas, 36,2 hab/km² e de maior índice de urbanização, 56,4% da

população urbana, em 1991, quando a média para a Bahia era 21,17 hab/km² e 59,11% de população urbana do mesmo ano (SEI, 1987). Sua posição geograficamente privilegiada facilitou, ao longo dos anos, o crescimento de atividades produtivas e terciárias no município, como também seu crescimento populacional, implicando reorganização dos espaços para usos produtivo, comercial e residencial, na sede e no campo.

Esse incremento populacional vem sendo atribuído, principalmente, ao dinamismo da economia feirense, à implantação e à reestruturação do Centro Industrial do Subaé (CIS), ao forte comércio local e ao crescimento do setor de serviços. No entanto, o desenvolvimento econômico não vem sendo acompanhado de melhorias em seus indicadores sociais, o que provoca o acúmulo da dívida social no município, como em toda sua região de influência, refletindo nas condições de vida das populações urbana e rural.

4.2 CONTEXTO HISTÓRICO

O município de Feira de Santana teve sua origem em meados do século XVII, com o Morgado de São José das Itapororocas, hoje distrito de Maria Quitéria. Os historiadores enfatizam que a fixação do homem nesse sítio deve-se à rede hidrográfica composta pelos rios Jacuípe, Pojuca e Subaé, além dos alagadiços que se estendiam na vastidão do tabuleiro que servia de pórtico para o sertão.

Poppino (1968), em obra publicada com a colaboração da Secretaria da Educação e Cultura do Governo do Estado da Bahia, aponta que, no século XVIII, por volta do ano de 1732, surgiu um povoado originado da Fazenda Santana dos Olhos d' Água, que pertencia à paróquia de São José das Itapororocas, local que dava passagem ao gado vindo do sertão, para ser vendido nas cidades de Cachoeira, Santo Amaro e Salvador. Formou-se no local uma feira de gado, onde também era efetuada a comercialização de outras mercadorias, dando origem ao povoado de Santana da Feira. Somente em 1873, o município foi considerado uma unidade política, pois anteriormente fazia parte da comarca de Cachoeira.

Em 1832, quase toda a produção agrícola e pastoril dessa região da Bahia passava pela feira, em Feira de Santana, a caminho para Salvador. Feira de Santana

pouco a pouco se tornava a porta do sertão, o seu entreposto comercial e seu canal de comunicação. A história de Feira de Santana pode ser considerada como a história da pecuária na Bahia, pois essa cidade era o ponto de convergência para o comércio do gado entre a capital e o interior. Naquele período, a produção baiana voltava-se para a monocultura canavieira no litoral, motivo que obrigava os criadores de gado a buscar pastagens no interior, em fazendas situadas na Estrada das Boiadas, proporcionando, assim, a origem de Feira de Santana e a diversificação de sua produção.

Em 1833, o povoado emancipou-se de Cachoeira, passaria, a ser conhecido como Cidade Comercial de Feira de Santana, passando a se interligar com Cachoeira/São Félix, através de estrada de ferro, especializando-se no comércio de fumo e de carne bovina, tornando-se um entreposto de matérias-primas para a emergente produção do Recôncavo.

Freitas (1998) ressalta que Feira de Santana desenvolveu-se sem a presença de um plano, com pequenas e tortuosas ruas e duas praças, sem qualquer infraestrutura básica, tendo na sua localização geográfico-econômica os principais fatores que propulsionaram o seu crescimento. A comercialização do gado deu vida econômica e dinamismo à cidade.

A formação, bem como a posição geográfica de Feira de Santana, entre o litoral e o interior, influenciou as condições econômicas, pois era passagem obrigatória para quem circulava para o norte ou para o sul do país. Posteriormente, o sistema de cruzamento de estradas de rodagem fez com que a cidade se transformasse num centro de comercialização de produtos.

A comercialização de gado mostrou-se como uma atividade importante, atingindo seu auge em 1950 e começando a diminuir na década de 1960, época em que a rodovia BR 324 (Feira-Salvador) foi asfaltada. De 1950 a 1980, houve uma grande alteração na estrutura da cidade, com o crescimento dos estabelecimentos comerciais e a elevação da oferta de empregos. Segundo Cruz (1999), as transformações ocorridas na vida política e econômica de Feira de Santana, entre 1860 e 1950, interferiram nas questões sociais do município. Teve lugar um notável crescimento populacional, que chega a 35% da população no período de 1860 a 1950.

O cenário dos anos 1950 para Feira de Santana é de transformações qualitativas. Verifica-se o melhoramento dos transportes, com a construção de algumas ferrovias e rodovias que ligavam com outras regiões próximas e mais distantes. O setor comercial ganha expansão notável, elevando-a à condição de principal centro comercial do interior

da Bahia. A população, por sua vez, cresce num ritmo vertiginoso. A cidade adquire o *status* de quarto maior município da Bahia e um dos de maior crescimento do estado.

A ascensão de Feira de Santana no cenário regional ocorre ao mesmo tempo em que os principais núcleos do interior entram em decadência e alguns outros emergem da marginalidade. Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré que exerceram por décadas a função de destaque, pois serviam como entreposto das mercadorias,[8,] bem como residências de comerciantes, agricultores, fazendeiros e senhores de engenho, diminuíram sensivelmente a sua área de influência e aos poucos mergulham em certo ostracismo. Informações valiosas sobre Cachoeira são encontradas em Silva, Silva e Leão (1989) e também sobre a importância desse sítio para a cidade de Salvador como posto de reembarque, quando as tropas recebiam as mercadorias européias, vindas pelo rio. Conhecida como uma das vilas mais ricas e populosas de todo o Brasil, no período colonial, perfazia em 1819, um total de 29.500 habitantes. Era ponto de parada e passagem das tropas que embarcavam para a capital com seus animais e mercadorias, realizando grande comércio com a Bahia.

Em 1930, com o declínio de Cachoeira, cidades que desfrutavam de uma localização privilegiada adquirem destaque, a exemplo de Feira de Santana, que passa a obter uma maior importância regional. Dentre as principais razões desse destaque, pode-se destacar a construção das estradas de rodagem e a chegada do automóvel. A revolução nos transportes assegurou a Feira de Santana o papel de entreposto e estabeleceu novas relações com a capital. A cidade passa a exercer uma função que outrora pertencia às cidades de Cachoeira, Nazaré e Santo Amaro, como se pode observar:

> Comercializando ela própria os produtos de sua zona de influência, passa a ser uma subcapital regional de novo tipo, o que se torna ainda mais evidente ao ser verificar que concorre, e até vantajosamente, com Salvador, na prestação de certos serviços [...] por essa razão esta localidade assume cada vez mais o papel de uma autêntica capital regional, o que é uma novidade desta na segunda metade do século vinte, às portas de Salvador. (SILVA; SILVA; LEÃO, 1989, p. 114).

8 A importância destas localidades advinha da grande expansão da agroindústria açucareira e da cultura fumageira em seus termos, além das localizações vantajosas, nos estuários dos rios Paraguaçu e Subaé, transformando-as em pontos de transbordo entre o interior e Salvado. (SILVA; SILVA; LEÃO, 1989).

No período de 1920 até 1950, Feira de Santana tornou-se o centro de um novo sistema de rodovias planejado pelo governo federal e estadual, colocando o Nordeste do Estado da Bahia numa posição estratégica entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste do país.

Na década de 1960, foi criado o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), o primeiro do país, elaborado pela Companhia de Planejamento (COPLAN) e financiado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). O PDLI estava ancorado em três pilares: dispor a cidade de uma infraestrutura mais moderna, proporcionando melhoria física e um maior aproveitamento do espaço urbano; desenvolver e integrar os três setores, primário secundário e o terciário e integrar a cidade nos caminhos da modernidade e da civilização. O PDLI contribuiu eficazmente para a organização e disciplina dos espaços da cidade, para a organização do sistema viário, melhorias na infraestrutura, na sistemática de arrecadação de impostos e no desenvolvimento do perfil industrial da cidade.

No final dos anos sessenta, a possibilidade de instalação de um centro industrial na cidade de Feira de Santana passa a ser uma realidade que seria projetada para a década seguinte. Assim, a década de 1970 assiste à febre visionária do progresso caracterizado pela euforia da industrialização com a instalação do CIS, através da Lei Municipal número 690, de 14 de dezembro de 1970. Com a chegada do CIS, elevou-se a crença de que a expansão econômica do município estaria assegurada pela industrialização, que começava a fazer parte da história da cidade e, seguramente, traria transformações no seu tecido urbano.

Figura 3 – Vista aérea de parte do Centro Industrial do Subaé, 1975
Fonte: Carmo (2009).

Ainda na década de 70, ocorre a fundação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), fato que representou um largo passo no desenvolvimento da cidade. Na década de oitenta, Feira de Santana amargurou uma forte recessão, que afetou os setores da economia responsáveis pelo seu desenvolvimento. A pecuária e o comércio se ressentiram profundamente. A seca dizimou todo o rebanho bovino do município, o que ocasionou desemprego no campo e na cidade, um forte êxodo rural e, conseqüentemente, um inchaço da cidade, principalmente nas vias periféricas. Ocorre, nesse período, uma desindustrialização no município, pois muitas empresas industriais ai instaladas fecham suas portas ou são transferidas para suas regiões de origem. Trabalhadores da indústria, que haviam chegado atraídos pelas promessas de emprego e de uma vida melhor se vêem diante de um cenário de desemprego ou subemprego, o que alavanca a economia informal e concorre para o aumento das desigualdades sociais.

Na década de 1990, Feira de Santana retoma muito lentamente o seu crescimento. Com a chegada do Shopping Iguatemi, atualmente denominado de Boulevard, surge a possibilidade de ampliação do comércio e de oferta de novos postos de trabalho. Crescem em importância as atividades de hospedagem, comunicações e de reparação e manutenção. O imenso tráfego nas vias que atravessam a cidade e o município justifica uma rede de serviços de hospedagem e alimentação. Nesse período

surgiram estabelecimentos requintados e também *self services* acompanhando a tendência nacional do setor nas grandes cidades (CRUZ, 1999).

Ao findar o século XX, mais precisamente em 2000, Feira de Santana começa a concentrar em si um pólo de educação superior privada, destacando-se em toda a região pela oferta de ensino superior de qualidade. A cidade distingue-se ainda pela oferta de serviços de saúde, funcionando como pólo central da região nessa especificidade.

No período de 2001 a 2008, Feira de Santana retoma o seu desenvolvimento. O comércio, gênese de sua formação, é reaquecido com a chegada de grandes redes varejistas e atacadistas. Ocorre um processo de revitalização do CIS com a chegada de novas fábricas atraídas por incentivos fiscais. Assim, presenciamos um processo de reindustrialização no município. O município começa a receber grande contingente populacional em busca de educação, emprego, saúde e moradia, enfim, em busca de melhores condições de vida. Em um período de dez anos, a cidade passou de aproximadamente 400.000 mil para 600.000 mil habitantes.

No entanto, apesar do seu contínuo crescimento, a cidade defronta-se com problemas de infraestrutura urbana, reduzida oferta de emprego e um grande *déficit* habitacional principalmente com relação às camadas menos abastadas da sociedade.

4.3 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Somente a partir de 1965 é que se constata uma preocupação por parte do poder público municipal, estadual e federal no sentido de integrar Feira de Santana nos rumos do desenvolvimento regional, como vinha ocorrendo na capital do estado. Essa preocupação é vista como uma resposta alentadora para as elites e para os empresários locais, que se encontravam em situação difícil, e também para a população, que ansiava por novas frentes de emprego.

Assim, a cidade de Feira de Santana conhecida como a Princesa do Sertão[9], historicamente identificada pela sua trajetória comercial, passaria a adquirir características industriais. Essa vocação industrial é descoberta no momento em que, em âmbito nacional, a industrialização do Nordeste se impõe como uma necessidade ímpar,

9 Expressão utilizada originalmente por Ruy Barbosa em 1919.

uma questão de sobrevivência. Estudos apontavam o município com amplo potencial de consumo.

As potencialidades locais asseguravam a instalação de pequenas e médias indústrias, no entanto, grandes empresas, pertencentes a grupos de outros estados se instalaram no CIS na década de 1970, atraídos pelas linhas de crédito, subsídios e facilidades oferecidos pelos órgãos estaduais e municipais. Em 14 de dezembro de 1970, através da Lei Municipal nº 690 é criado o CIS. Segundo estudiosos, essa época ficou marcada pela crença em que a expansão econômica do município seria assegurada pela industrialização que começava a fazer parte da história da cidade.

Posteriormente, no início dos anos 1990, com o fim dos incentivos vindos do poder público, a maioria das indústrias fechou suas portas, ocasionando desemprego e retração no mercado feirense. Segundo Cruz (1999), o crescimento da indústria feirense na década de 1970 e parte dos anos 1980, vem acompanhado da expansão de atividades terciárias e ampla valorização de terras rurais e urbanas. Nesse período, foram construídas novas avenidas, um anel rodoviário e diversos conjuntos habitacionais populares que atendiam aos interesses especulativos do capital imobiliário, em relação ao comércio de terrenos urbanos e rurais. Para esse autor, o processo de industrialização recente, promovido pelo CIS, interferiu positivamente no tamanho da economia feirense que já ultrapassava seus limites municipais, para além de sua microrregião, atraindo fluxos de mercadorias e pessoas, da capital, de cidades vizinhas e de outras regiões do estado e mesmo de outros estados da União. Embora com toda a pujança do CIS, o setor terciário continuaria sendo o setor mais importante da economia feirense. Em 1970, Feira respondia por quase 8,5% no PIB municipal e regional. A parte mais expressiva se encontrava no setor terciário (9,7% do PIB estadual baiano).

Com a instalação do CIS, segundo dados colhidos em Cruz (1999), Feira de Santana, ao longo de quinze anos, comandou o crescimento econômico microrregional, contando, na época, com mais de 66% dos estabelecimentos e mais de 82% do pessoal ocupado na produção de bens intermediários. No período pós 1985, aconteceram modificações substanciais no perfil produtivo do município, tanto em decorrência da crise geral vivida nos anos 80, quanto do novo papel do Estado e também no que se refere ao aproveitamento das potencialidades locais e regionais. Feira de Santana alcançou altas taxas de crescimento do PIB no período 1980-1986, fato que não mais ocorreria a partir de então, quando seu crescimento foi inferior ao do Brasil, do Nordeste e da Bahia. A economia feirense apresentava sinais de esgotamento entre 1991

e 1994, motivo que levou ao fechamento e à paralisação de diversas unidades produtivas no CIS. Aliado a essa questão tem-se o fim dos incentivos fiscais e a falta de uma política industrial e regional para o município.

Nesse sentido, Cruz (1999, p. 276) considera:

> apesar de trazer dinamismo para a economia feirense, a nova indústria e os investimentos privados e públicos que a secundaram não foram acompanhados de proporcionais transformações nos indicadores sociais. E isto tem provocado o acúmulo da dívida social no município e em sua região de influência, com deterioração das condições de vida das populações urbana e rural.

A industrialização no município de Feira de Santana promoveu diferentes significados para os diversos grupos sociais que por ela foram atingidos de forma direta ou indireta. No primeiro momento, as opiniões e perspectivas favoráveis eram unânimes, posteriormente, se tornaram conflitantes, com a âncora da economia feirense em um único setor, o setor industrial causava divergentes opiniões entre os comerciantes, pecuaristas e agricultores, pois os pequenos empresários sentiam-se excluídos dos benefícios ofertados às indústrias que aqui se instalavam. Para uma parcela da população, o CIS representou a saída do desemprego, apesar dos baixos serem inferiores aos pagos nos grandes centros (informação verbal)[10.] Uma outra parcela da população, que inicialmente encontrava-se vinculada ao CIS, perdeu seus postos de trabalho e foi levada à informalidade. Para os grupos de fora, a instalação do CIS significou a possibilidade concreta de ampliação de atuação e de altíssimos lucros.

4.4 RENDA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Estudos de Cruz (1999) mostram que Feira de Santana, no início dos anos 70, contava com uma população economicamente ativa (PEA) num percentual equivalente a 36,5% da população total do município. Aproximadamente 1/3 dessa PEA era absorvida pela agropecuária e percebia uma remuneração exígua. Até os anos 80, a PEA cresceu 31%, no entanto, sua participação sob o total da população reduziu de 36,5% em 70 para

10 As indústrias oriundas do Sul e Sudeste que aqui se instalaram praticavam salários inferiores aos pagos nas suas cidades de origem, algo em torno de 20% (Informações obtidas junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana, 2010).

31%. Esses dados atestam a incapacidade da cidade de criar empregos suficientes para a grande oferta de mão-de-obra. O crescimento da população ocorria de forma inversa à oferta de postos de trabalho, os empregos eram insuficientes para a demanda, e, assim, os problemas sociais avolumavam-se.

Em 1980, boa parte da PEA absorvida pela agropecuária passa a atuar no setor de serviços, isso em virtude da chegada e expansão do CIS, que exerceu fortes impactos, diretos e indiretos, no nível de emprego da região, induzindo as atividades terciárias. Nesta década, a população ocupada do município (POC) correspondia a 36% da população em idade ativa (PIA) total, enquanto 52% da população (PEA) não conseguiam qualquer tipo de rendimento. Segundo Cruz (1999, p. 286) "isto significava a desilusão de grandes contingentes imigrantes e o desespero de toda a população excedente". A concentração do pessoal ocupado nos diversos setores do município em 1995 aponta para a baixa remuneração de maior parte da população, algo em torno de 1 a 1,5 salários mínimos.

A crise dos anos 80, aliada ao fim do prazo dos incentivos fiscais, reestruturação produtiva na indústria e no comércio, foi responsável pelo fechamento de diversos postos de trabalho ao longo do período 1985-1993. Segundo Cruz (1999), em 1995, uma parcela considerável da PIA (26,8%) não possuía qualquer espécie de rendimento. O rendimento líquido mensal médio daqueles que estavam trabalhando alcançava 2,8 salários mínimos, sendo que 48% desse conjunto auferiam entre 1 a 3 salários mínimos. Para esse autor:

> o grau de desigualdade, na questão essencial do emprego e dos rendimentos a ele vinculados, no seio da população feirense pode ser comprovado pela participação de cada estrato de renda média na renda total da PIA: 4,3% da PIA concentravam 35% dos rendimentos totais; enquanto 57% dessa população (estratos de 0 a 3 s.m.) recebiam apenas 35,5% da renda total. (CRUZ, 1999, p.134).

Feira de Santana, nos anos de 1990, não foi poupada da transferência de parte considerável do emprego formal para o setor informal da economia, precarizando o mercado de trabalho e as condições de trabalho. Nesse período, surge em Feira o "Feiraguai", reduto da economia informal, formado por ex-trabalhadores da indústria e do comércio que buscavam naquela atividade formas de sobrevivência. A informalidade ou o trabalho "por conta própria" esconde formas dissimuladas de exploração e espoliação do trabalho, que se submete a jornadas mais longas, com menor remuneração

e uso do trabalho familiar. Eis que, uma parcela da população ocupada com baixos rendimentos, distante dos direitos trabalhistas, vive a se reproduzir em espaços urbanos cada vez mais segregados, onde as contradições sociais se avolumam e a pobreza é concentrada (CRUZ, 1999).

Feira de Santana apresenta um quadro socioeconômico caracterizado pela maioria carente de sua população. Apesar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,740 ser o quinto no estado, ocupa a 2.143ª colocação no *ranking* nacional. A renda média *per capita* em 2002 era de apenas 206,986 reais, menor que um salário mínimo; 10,11% da sua população não possuem nenhum grau de instrução, 23,21% da população ganham até 1 salário mínimo e 43,52% declararam não ter rendimento (IBGE, 2000). Isso leva a uma busca desenfreada por uma alternativa de fixação no espaço urbano, o que se vem notando com a expansão descontínua da cidade. Evidencia-se uma alta concentração de renda no município, onde 5% da população mais rica detêm 20% da renda.

Ao se tomar por base os indicadores médios de pobreza e desigualdade da Bahia e confrontá-los com os mesmos indicadores das cinco cidades mais populosas do estado, observa-se que a incidência da pobreza é elevada, o mesmo ocorrendo com as desigualdades sociais.

Os indicadores de pobreza e desigualdade social encontrados pelo IBGE (2000, 2003), para Feira de Santana são inferiores apenas aos de Salvador, sendo também elevados e refletem a baixa qualidade de vida dos seus moradores, os quais mesmo assim, comparativamente, se encontram em melhor situação em relação aos habitantes das três outras cidades, que têm um adensamento populacional bem menor, conforme registram a tabela 6.

Tabela 6 – Comparativo de pobreza e desigualdade na Bahia, Feira de Santana e cidades selecionadas (continua)

Indicadores	C1	C2	C3	C4	C5	C6
Incidência de pobreza	43,5	35,8	36,1	39,1	45,2	57,5
Limite inferior da incidência da pobreza	40,4	23,6	26,2	30,8	37,1	48,6
Limite superior da incidência da pobreza	46,5	47,9	46,1	47,3	53,4	66,4
Incidência da pobreza subjetiva	46,8	26,3	37,2	40,8	48,7	47,3
Limite inferior da incidência da pobreza subjetiva	43,9	21,5	32,3	36,4	43,5	42,4
Limite superior da incidência da pobreza subjetiva	49,7	31,1	42,2	45,3	53,9	52,2
Índice de Gini	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4

Indicadores	C1	C2	C3	C4	C5	C6
Limite inferior do índice de Gini	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4
Limite superior do índice de Gini	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4

Fonte - IBGE, Censo Demográfico (2000) e Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (2002, 2003).
Notas:
C1 – Bahia C3 – Feira de Santana C5 – Juazeiro
C2 – Salvador C4 – Vitória da Conquista C6 – Camaçari

Analisando os indicadores da tabela 6 verifiquei que Feira de Santana possui menor índice de incidência de pobreza quando comparada com cidades como Vitória da Conquista, Juazeiro e Camaçari. O índice superior de incidência da pobreza de Feira de Santana se aproxima do mesmo índice apresentado no estado da Bahia (46,1, 46,5).

4.5 URBANIZAÇÃO

O processo de urbanização do Estado da Bahia concentrou-se, principalmente, na capital, devido ao crescimento de sua base industrial e de serviços. A partir dos anos 1970, com a integração da Bahia ao território nacional via transporte rodoviário, houve crescente urbanização no interior. Nesse processo, consolidam-se as cidades de porte médio, com crescimento superior, em termos relativos ao crescimento de Salvador e de sua região metropolitana. Nesse contexto, a cidade de Feira de Santana destaca-se, concentrando um contingente populacional considerável.

Estudos de Poppino (1968) e de Freitas (1998) mostram que o processo de urbanização de Feira de Santana ocorreu do rural para o urbano, com o desenvolvimento da pecuária, posteriormente à comercialização do gado, aspectos que determinaram seu crescimento populacional durante décadas. Desde a origem de Feira de Santana, no início do século XVIII, o comércio e o núcleo populacional foram crescendo espontaneamente. De povoado, passaria para vila, em 1819, e de vila, para Cidade Comercial de Feira de Santana, em 1833. Em 1903, já possuía cerca de 10 mil habitantes e 1.418 prédios.

Feira de Santana, no início do século XIX, era um expressivo povoado elevando-se à categoria de cidade ainda no final desse século. Em 1876, é ligada, via ferrovia com Cachoeira. Esse terminal da estrada de ferro foi um dos agentes determinantes na evolução urbana da cidade. Estudos de Freitas (1998) apontam que a cidade possuía, em

1876, três ruas com mais de um quilômetro de extensão, com elevada movimentação comercial. Uma feira semanal reunia tropeiros, boiadeiros, viajantes e feirantes para comercializar gado e produtos agrícolas. As três ruas concentravam as residências dos habitantes mais importantes que refletiam o esplendor econômico de pecuaristas e comerciantes aqui instalados. Até final do século XVIII, a marcha urbana de Feira de Santana concentrou-se nesse núcleo central a partir do que formam-se os primeiros bairros, configuração mantida até o final do século XIX. Analisando esse processo, vimos que até a década de quarenta no século passado ocorre uma grande expansão desse núcleo, principalmente em direção ao norte, com a formação de bairros habitados pela população de baixa renda, processo que continua nos dias atuais. A classe média local direciona-se para a parte sul da cidade. A zona sul da cidade tem seu crescimento ainda mais fortalecido com a inauguração, em 1926, da rodovia Bahia-Feira. Com a inauguração da BR 324, que a ligaria a Salvador, tornou-se a mais importante via de acesso para a capital baiana.

Em 1940, Feira de Santana já apresentava sinais de grande aglomeração, era um centro urbano com uma progressiva concentração populacional, alimentada, principalmente, por fluxos migratórios. Possuía a quinta maior população do estado, a maioria rural (tabela 7). A esse crescimento populacional, são atribuídos fatores como a abertura e melhoria das estradas, aliada ao desenvolvimento dos transportes, o que a tornava o centro receptor, a chamada **parada**[11] dos fluxos migratórios rumo à capital, Salvador. Nesse período, Feira é reordenada, e com a transferência do Terminal Ferroviário da Praça da Matriz para a área conhecida como Ponto Central, a sua zona leste da cidade é expandida. A zona sul, que liga Feira de Santana ao município de São Gonçalo, também atraiu grande contingente populacional de baixa renda que ergueu suas moradias às margens da ferrovia.

Em 1950, Feira de Santana torna-se uma das mais importantes comunidades da Bahia. Em população, o município ocupava o quarto lugar do estado, e a cidade vinha em segundo lugar após a capital Salvador.

No final da década de 1960, surgem os bairros populares mais afastados do centro, fora do anel de contorno. Alguns são altamente valorizados pela especulação imobiliária e transformados em bairros de classe média, outros caminham para o adensamento populacional, principalmente devido ao encarecimento dos terrenos

[11] **Grifos da autora**.

situados no centro da cidade, e abrigam a população de baixa renda. Devido à posição geográfica do município, aliada à condição de forte centro comercial e pecuário do semi-árido e de sua industrialização, Feira atraiu imigrantes, oriundos de outros estados do Nordeste, mas principalmente vindos do interior da Bahia, das regiões do Paraguaçu, Nordeste, Recôncavo Sul e Metropolitana de Salvador (CRUZ, 1999). Essa dinâmica migratória acelera a ocupação urbana do município, que ocorre através de loteamentos populares e aglomerações subnormais, a exemplo da Favela da Rocinha, objeto deste estudo. Essa forma de ocupação é presenciada na maioria dos bairros, formando uma cidade ilegal que extrapola os limites do anel de contorno e invade antigos limites da zona urbana.

Entre os anos 1950 e 1960, houve um acréscimo populacional no município feirense de 32,33%; nos anos de 1960 a 1970, a população cresceu o equivalente a 34,09%, chegando a 53,36% entre 1970 a 1980, alcançando uma população de aproximadamente 292.000 habitantes. Credita-se esse incremento ao flagelo das secas que expulsavam levas de nordestinos para os grandes centros urbanos e ao processo de industrialização da RMS (tabela 7).

Estudos de Cruz (1999) atestam que, em 1970, havia em Feira de Santana 35.209 habitantes não naturais do município e que aí residiam há menos de 10 anos, o que significava 72% de acréscimo populacional ocorrido entre 1960 e 1970. Assim, 2/3 dos imigrantes haviam chegado entre 1966 e 1970. Nos anos 1970, chegariam mais 52.745 novos imigrantes, o que representava 52% de acréscimo populacional entre 1970 e 1980. Tratava-se de população em busca de melhores condições de vida e emprego. Para esse autor, fatores que conjugavam atração e expulsão aceleravam a urbanização do município, tais como: as oportunidades de emprego e negócios; a expansão comercial e dos serviços; e, posteriormente, o processo de industrialização; em vários momentos, o flagelo da seca e as dificuldades que dela provinham assim como a busca por formas alternativas de sobrevivência pessoal noutras cidade alavancavam o crescimento da população urbana a taxas anuais de quase 7% entre 1950 e 1960, ficando em torno de 6% nos anos 70.

Entre as décadas de 1960 e 1990, o município saltou de 141.757 habitantes para 405.808. Raros municípios baianos apresentaram, no decorrer deste período, um ritmo de crescimento populacional tão vigoroso. Com taxas de crescimento médio anual, sempre superiores a 2%, alcançou seu pico de crescimento entre 1970 e 1980, com uma taxa de 4,52% ao ano, diminuindo pouco a pouco a partir daí, apresentando, em 1996,

seu índice mais baixo, com 2,08% ao ano (IBGE, CENSO 1996). Na década de 80, observa-se um crescimento populacional considerável, associado à chegada das indústrias de maior porte para o CIS. Com o crescimento vegetativo, a sua densidade demográfica se elevou, chegando a 218 hab/km².

Feira de Santana cresceu, sobretudo, na área citadina, No campo, as taxas de crescimento apresentam-se muito baixas (0,4% a.a., entre 70/80) ou negativas (-0,16% e -0,12% a.a. entre 80/91 e 91/96, respectivamente), como atestam as tabela 07.

Tabela 7 – Feira de Santana: Evolução da População Urbana e Rural 1940-2008

Anos	População Total	População urbana	%	População rural	%
1940	83.268	19.660	23,6	63.608	76,4
1950	107.205	34.277	32,0	72.928	68,0
1960	141.757	69.884	49,3	71.873	50,7
1970	190.076	134.263	70,6	55.813	29,4
1980	291.504	233.905	80,2	57.599	19,8
1991	406.447	349.557	86,0	56.890	14,0
1996	450.487	393.943	87,5	56.544	12,5
2000	480.949	431.730	89,8	49.219	10,2
2008	584.497	538.614	92,2*	45.883	7,8

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1940 a 2000 e Contagens da População 1966 e 2008.
Nota: ***** Estimado a partir dos dados extraídos do censo do IBGE (2000).

A partir de 1950, os dados brutos de crescimento demográfico em feira de Santana evidenciam um crescimento bastante rápido (tabela 7). A distribuição da população apresenta-se bastante desequilibrada. A zona rural vem experimentando um acelerado decréscimo, não só em sua participação relativa, como em números absolutos, no decorrer dos períodos considerados.

Até 1960, a população rural contribuía com mais de 50% do contingente demográfico do município, sendo que a partir desse período até os anos 2000 o percentual da população rural cai vertiginosamente (o equivalente a 68,03% em 1950 para 1,23 em 2000). O crescimento populacional atingiu seu máximo nas décadas de 70/80, quando em termos relativos apresentou um crescimento liquido de 53,36%.

A população urbana de Feira de Santana cresce em um ritmo superior à média da população total do município. Em 1980, representava 80.14%, passando, em 1996, a 87,45%. Nos anos 80, grande contingente de mão-de-obra migra do campo para a

cidade, em busca de emprego e moradia. Nas décadas de 1970/1980, ocorreu uma elevada migração, período em que inicia a industrialização do município, com grandes perspectivas de desenvolvimento para a região.

A implantação do CIS amplia o setor terciário e diminui o espaço de produção agrícola, evidenciando-se forte tendência de urbanização. Estudos de Freitas (1998) evidenciam que os setores comercial e de serviços deram grande contribuição para o desenvolvimento da economia feirense, no que se refere à absorção de mão-de-obra. Esse fato está associado à própria história da cidade, ao seu pujante comércio, aliado ao papel de entreposto comercial e de serviços. Assim, segundo Castells (1979) presencia-se em Feira de Santana, uma urbanização terciária típica de regiões subdesenvolvidas.

No período de 1991 a 1996, a população rural decresceu na proporção de apenas 0,58%, enquanto a população urbana cresceu em 12,88% fato esse que demonstra que o acréscimo da população da zona urbana, não é proveniente totalmente do decréscimo verificado na zona rural do município, mas, que conta com um grande contingente de pessoas provenientes de outras cidades e regiões.

As taxas de crescimento populacional nos anos de 1980 e 1990 apontam um leve decréscimo em relação às décadas anteriores, porém, superam as taxas de crescimento populacional da capital. Cruz (1999, p. 281-282) argumenta: “Feira de Santana, como periferia mais distante do que o espaço metropolitano, porém fortemente vinculada a Salvador, continuaria sendo colchão amortecedor dos fluxos migratórios direcionados àquela metrópole [...]”.

No período de 1980 a 1996, as cidades médias foram as que mais cresceram em termos populacionais. As grandes cidades deixam de exercer forte atração, sobretudo, aos fluxos migratórios, que se (re) direcionam para os municípios com 100 a 500 mil habitantes. Há ainda um forte adensamento nas periferias metropolitanas. No referido período, a falta de oportunidades no campo e o desemprego estrutural deslocam para o espaço das cidades e regiões metropolitanas, a pobreza, formada principalmente por desempregados da crise recessiva dos anos 1980. Esse fenômeno é observado em Feira de Santana de forma acentuada, como consequência das razões anteriormente expostas.

A figura 4 traz a evolução da população urbana rural de Feira de Santana no período de 1940-2008.

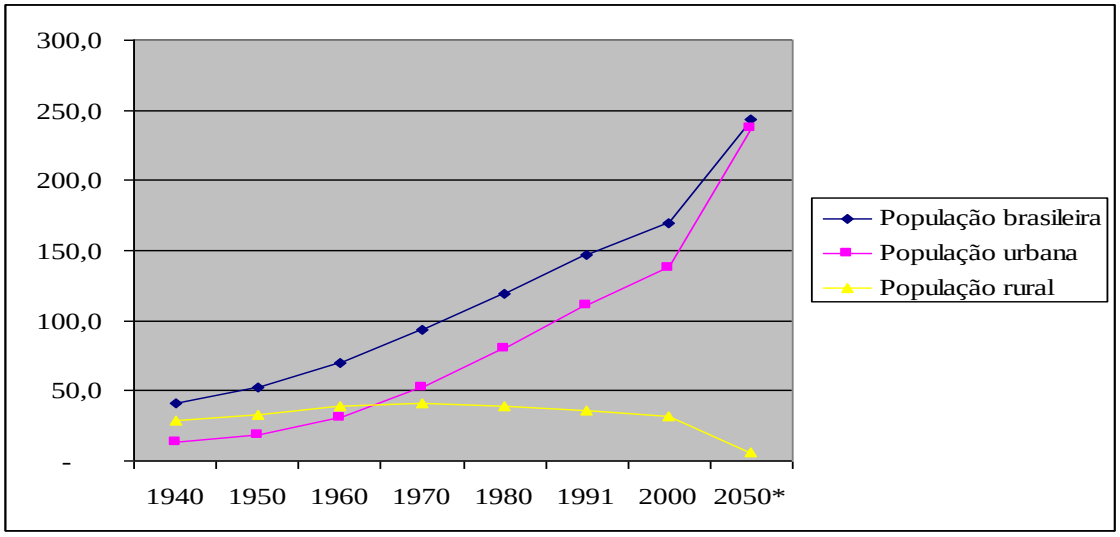

Figura 4 – Evolução da População Urbana e Rural de Feira de Santana no período de 1940-2008
Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1940 a 2000 e Contagens da População 1966 e 2008.
Nota: ***** Estimado a partir dos dados extraídos do censo do IBGE (2000).

A tabela 8 apresenta a taxa geométrica de crescimento anual no período de 1950-2000, superior à do Estado da Bahia e à do Brasil. O crescimento ocorreu, principalmente, face às migrações impulsionadas por fatores aqui já apresentados anteriormente.

Tabela 8 – Brasil-Bahia-Feira de Santana: Taxa Geométrica de Crescimento Anual 1950-2000

	1950/1960	1960/70	1970/80	1980/91	1991/1996	1996/2000
Feira	3,80	4,60	4,50	3,05	2,20	1,64
Bahia	2,04	2,41	2,35	2,06	1,14	1,08
Brasil	2,99	2,89	2,48	1,93	1,40	1,63

Fonte: IBGE (2000).

No período de 1991/1996, a despeito da provável retração do processo migratório, Feira de Santana sustentou uma taxa geométrica de crescimento de (2,20) contra (1,14) do Estado e (1,40) do País (tabela 8), o que demonstra sua a capacidade em absorver grande contingente populacional em virtude do seu posicionamento geográfico; surgimento do CIS e atualmente pelas diversas oportunidades ofertadas pelo mercado terciário local. Esse aumento diferenciado da população não deve ser explicado, tão somente, pelo crescimento vegetativo, controle de natalidade e baixa mortalidade. Concorrem as migrações rural-urbana e inter-regionais. No período de 1996/2000 a taxa de crescimento anual de Feira de Santana (1,64) é superior às taxas de crescimento anual da Bahia (1,08) e do Brasil (1,63).

Em 2001, Feira de Santana já concentrava um contingente populacional inferior apenas a Salvador, e possuía uma população de 480.949 habitantes, estimada em 519.174 habitantes para o ano de 2004, pelo IBGE (2000). A taxa de urbanização era bastante elevada, cerca de 87%, bem acima da média do estado. Também apresentava as mais altas densidades demográficas do estado, com aproximadamente 357,85 habitantes por km², abrigando 406.447 habitantes, o que indica uma taxa de crescimento geométrico anual de 1,89%.

Tabela 9 – Densidade demográfica do município de Feira de Santana no período de 1940-2008

Anos censitários	Densidade demográfica
1940	62,0
1950	79,8
1960	104,0
1970	139,4
1980	216,9
1991	302,4
1996	335,2
2000	357,8
2008	428,8

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1940 a 2000 e Contagens da População 1966 e 2008.

Nos anos de 1950/1960 a densidade demográfica do município é superior ao período imediatamente anterior, 1940/1950 em 13,59%. Tal crescimento é acentuado e nos anos 1970/1980 chega a 77,5%, alta verificada também no período de 1980/1990 quando a densidade demográfica atinge 86%. Nos anos 1990 a 2000 verifica-se que esse crescimento é reduzido ficando em torno de 33% chegando a 2008 com um crescimento próximo à 22%. A partir de 1960 até os dias atuais os indicadores demográficos apontam que a cidade de Feira de Santana vem passando por um crescimento acelerado de sua população. Ao longo desse período (tabela 9 e figura 5), a densidade demográfica que em 1960 era de 104 hab/km², passou para 428,8 hab/km² em 2008, ocorrendo uma evolução de 312,3%, ou seja: aproximadamente 3% ao ano.

A figura 5 traz a evolução da densidade demográfica do município de Feira de Santana no período de 1940 a 2008.

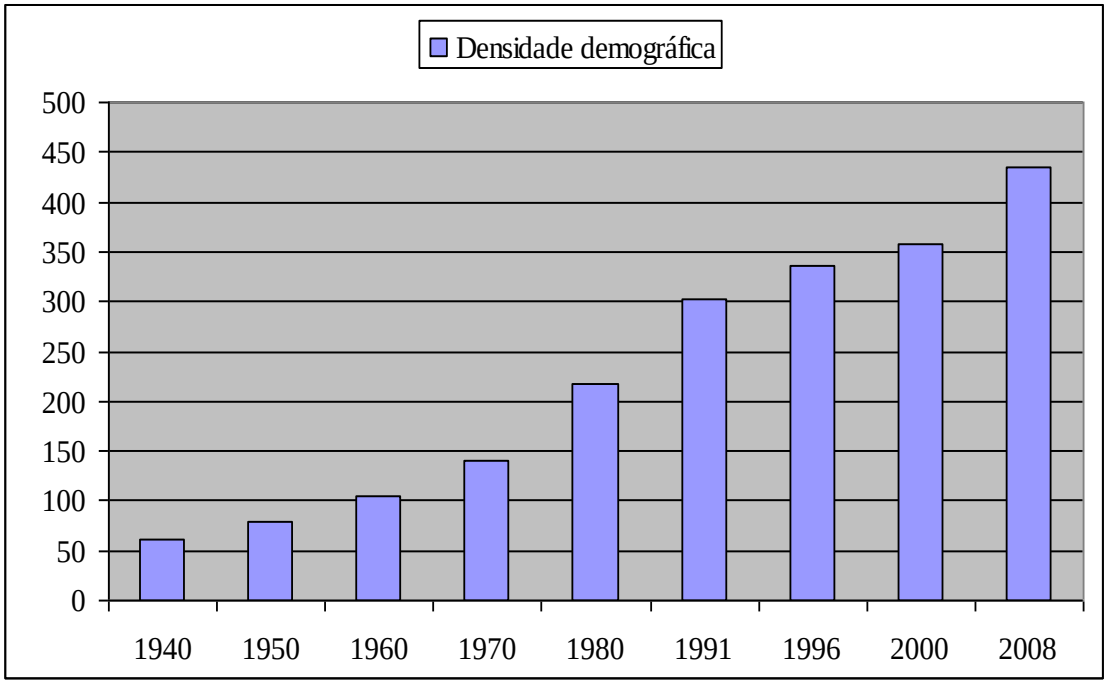

Figura 5 – Evolução da densidade demográfica do município de Feira de Santana no período de 1940 a 2008
Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1940 a 2000 e Contagens da População 1966 e 2008.

A rápida e crescente urbanização de Feira de Santana reflete as características das cidades médias em países subdesenvolvidos que, quando beneficiadas pelas melhorias das condições de vida e pelo transportes, têm o seu crescimento populacional acelerado. Vários fatores explicam esse fenômeno da urbanização. Entre eles, a localização espacial da cidade, principal entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste; o êxodo rural, resultado das péssimas condições vividas no campo; as migrações oriundas de dentro e de fora do estado, do tipo urbano-urbano; a construção de rodovias que compõem o seu sistema viário; a decadência de cidades anteriormente tidas como destaque, a exemplo de Cachoeira e Santo Amaro.

A chegada do CIS atrai um contingente populacional que chega à cidade em busca de emprego. Verifica-se que esta mão-de-obra não é totalmente absorvida pela indústria e um grande percentual de trabalhadores encontra colocação no ramo do comércio e dos serviços. Muitos, sem oferta de trabalho formal, buscam a informalidade como forma de sobrevivência e constituem um exército de reserva. À época, a cidade assume novos contornos, a malha urbana se expande - as áreas situadas fora do anel viário passam a ser ocupadas pelas moradias dos trabalhadores da indústria, o centro da cidade é revitalizado, o comércio, principal e histórica atividade do município, ganha

fôlego e revitalização. A cidade é projetada em nível regional e nacional e torna-se alvo de novas migrações.

Tabela 10 – Participação dos Municípios Baianos com população superior a 100.000 habitantes em relação ao Estado da Bahia em 2008

Município	População	Participação no Estado (%)
Salvador	2.948.733	20,3
Feira de Santana	**584.497**	**4,0**
Vitória da Conquista	313.898	2,2
Juazeiro	237.627	1,6
Camaçari	227.955	1,6
Ilhéus	219.710	1,5
Itabuna	212.245	1,5
Lauro de Freitas	153.016	1,1
Jequié	150.351	1,0
Alagoinhas	137.202	0,9
Barreiras	135.650	0,9
Teixeira de Freitas	123.858	0,8
Porto Seguro	120.460	0,8
Simões Filho	114.649	0,8
Paulo Afonso	105.837	0,7
Municípios selecionados	**5.785.688**	**39,9**
Estado da Bahia	**14.502.575**	**100,00**

Fonte: IBGE - Estimativa da população (2008).

Segundo o IBGE (2008), o município de Feira de Santana contribuía com a 4,0% da população do estado da Bahia em 2008. Segunda maior cidade do estado possui uma população superior a Vitória da Conquista em 18,62%, ficando à frente de Juazeiro com um percentual de 24,59%. Feira de Santana destaca-se como cidade média que concentra maior contingente populacional do interior do estado da Bahia.

Os movimentos migratórios são os responsáveis pela acelerada ocupação das áreas em torno dos anéis viários de Feira de Santana e das margens das rodovias, através de invasões, loteamentos populares, e aglomerados habitacionais de comércio, que formam hoje os 44 bairros da cidade[12,] em sua maioria, constituídos por população de baixa e média renda. De acordo com o IBGE (2000), no período compreendido entre 1991 e 2000, oriundos de outros municípios, em Feira de Santana fixam residências 33,4 mil pessoas, o equivalente a 7,9% do contingente urbano de 431,7 mil habitantes.

12 A Lei Complementar n° 018, de 08 de julho de 2004, definiu o perímetro urbano e delimitou os bairros do distrito sede de Feira de Santana.

Nesse fluxo migratório há, consequentemente, distorções sociais que crescem na medida em que muitas famílias de retirantes fixam moradia na periferia de Feira de Santana habitando em condições adversas e possibilitando a concentração de grandes bolsões de miséria e de pobreza.

Analisando o contexto desse desenvolvimento numa relação disforme entre crescimento e desenvolvimento, pode-se afirmar que o crescimento urbano e populacional de Feira de Santana não vem acompanhado de uma política habitacional de alcance para as classes menos abastadas. O que se divisa é um encarecimento do solo urbano devido à expansão da cidade e forte especulação imobiliária, que afasta a população pobre das áreas centrais, indo a caminho das periferias, ou ocupando áreas tidas como fora da normalidade urbana, como lagoas, córregos e espaços vazios dentro e fora do anel de contorno. E assim vai surgindo uma nova face da cidade, e vão se incorporando ao espaço legal, as sub-moradias, construídas sem qualquer ordenamento ou preocupação com o meio ambiente. O descaso do poder público acaba por criar esses espaços ilegais contribuindo para que uma parcela da população desassistida e sem perspectivas de obter uma moradia por meios legais de financiamentos ou similares ali se instale.

Feira de Santana é parte integrante de um sistema urbano regional que lhe concede o status de segunda maior cidade do estado da Bahia. Portanto, a sua urbanização não poderia ocorrer ao acaso, já que existe uma relação sistêmica com sua microrregião e com a capital, Salvador. O crescimento desordenado de Feira de Santana precede o crescimento de estruturas urbanas que possibilitem a fixação da população e a oferta de melhores condições de vida e sobrevivência da mesma.

4.6 A FORMAÇÃO DE FAVELAS NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Feira de Santana ocupa a segunda posição entre as cidades mais populosas do estado, com um total de 538.614 habitantes em 2008, segundo estimativas do IBGE (2008), com densidade demográfica de 428,8 hab/km². Em razão de seus contrastes de ocupação e desenvolvimento, representa, para muitos, uma porta de entrada para o progresso e a oportunidade para uma vida melhor. Presencia-se no município o avanço da ocupação desordenada do seu território urbano e o surgimento de aglomerados em

grave situação de subnormalidade, principalmente pela população de baixa renda, formados por habitações em situação de penúria, instaladas em locais com elevado nível de insalubridade e implicações ambientais decorrentes.

Nas décadas de 1970 e 1980, com a instalação do CIS, a cidade recebeu grande contingente populacional em busca de emprego na indústria. Neste contexto, o investimento público estava voltado para a infraestrutura básica, para a instalação das indústrias, dando suporte habitacional, em forma de conjuntos para a população de baixa renda, e provável mão-de-obra. A população desassistida foi se fixando em novas áreas habitacionais espontâneas, e a ocupação começou a acontecer de forma irregular e desordenada.

O *défici*t habitacional do município vem se agravando nos últimos anos com a retração das ações do governo federal no setor habitacional. Por iniciativa própria, as famílias carentes, na tentativa de resolver o problema de moradia, ocupam terrenos, tanto públicos quanto de propriedade privada, localizados quase sempre em áreas remanescentes de conjuntos habitacionais. Essas áreas, de modo geral, são inadequadas para moradia por localizarem-se próximas a mananciais hídricos (rios, lagoas, córregos e fontes), sem infraestrutura básica e contaminadas pela poluição de esgotos e pelo acúmulo de lixo.

Nesse panorama habitacional, os tipos de domicílios variam de acordo com os diversos segmentos populacionais. A infraestrutura de serviços públicos essenciais prestados com o apoio governamental situa-se, basicamente, nos espaços habitados pela classe abastada.

Em 2001, já existiam em Feira de Santana cerca de 40 invasões espontâneas e mais de 60 loteamentos para moradores carentes, em sua maioria, irregulares. As principais modalidades de ocupação, de acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana (PDDU, 2000) têm sido as invasões e os loteamentos clandestinos. Em 2004, havia um total de 27 favelas irregulares e clandestinas, alojando uma parcela considerável da população (26%) conforme dados da (SEPLAN, 2004).

Algumas favelas encontram-se fora da área de risco, mas a grande maioria inclui-se em áreas que podem sofrer inundações em períodos de chuvas intensas. Outras, próximas de mananciais como rio, lagoa, riacho, e outras, em áreas de preservação ambiental.

Os loteamentos chamados clandestinos são formados por empreendedores imobiliários e loteadores que, em desacordo com as normas estabelecidas pelo PDDU, fracionam o terreno e comercializam lotes sem propiciar as condições mínimas de infraestrutura: água, energia, esgotamento sanitário, entre outras. Essas condições são transferidas para o governo municipal.

É visível que Feira de Santana não possui um controle efetivo das áreas reconhecidas como subnormais, apesar de dispor de um aparato legal para disciplinar a ocupação do solo, a exemplo da Lei 1615/92 de Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo, que, dentro do Código de Obras, propõe parâmetros específicos para a população de baixa renda (seção II do Código de Urbanismo e Obras do Município de Feira de Santana), sem, no entanto, instituir as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Além da Lei 1615/92, existe a Lei Complementar 1612/92 do Código do Meio Ambiente, que elenca normas que deverão ser obedecidas na construção de qualquer obra; quando tal não acontece, essa será objeto de intervenção. Essas normas visam à proteção e à segurança das construções e da população. No entanto, a fiscalização ineficiente e a carência habitacional elevada facilitam o surgimento das invasões e ocupações irregulares em várias áreas da cidade.

Em Feira de Santana, entre as décadas de 70 e 80, foram empreendidos 649 loteamentos, todos de iniciativa privada. Desses, 171 (26,34%) eram legalizados, contra a maior parte, 478 (73,66%), ilegais e localizados na periferia da cidade, em áreas próximas de mananciais hídricos e de preservação ambiental e em áreas remanescentes de conjuntos habitacionais. Até final da década de 80, as áreas ocupadas pelos loteamentos representavam 21,85% da área total da cidade, o equivalente a 111km².

A crescente carência habitacional da cidade provoca forte pressão de demanda por serviços de infraestrutura, uma vez que novas ocupações de áreas ocorreram em locais mais distantes do centro da cidade, muitas vezes incorporando áreas até então consideradas rurais.

A tabela 11, a seguir, ilustra o aspecto quantitativo do fenômeno da subnormalidade no município de Feira de Santana.

Tabela 11 – Número de áreas e domicílios em assentamentos subnormais

TIPO	QUANTIDADE	N° DE DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO	% TOTAL DE DOMICÍLIOS
Favelas	27	13.610	67.097	14,89
Loteamentos irregulares e clandestinos	23	9.914	48.876	10,85
Total	**49**	**23.524**	**115.973**	**25,74**

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento – PMFS (2001).

Os dados dessa tabela demonstram que em 2001, 25,74% do estoque de domicílios município de cidade de Feira de Santana estavam situados em assentamentos subnormais (favelas e assemelhados). Relevante o total da população que em 2001 residia em assentamentos subnormais, 115.973 mil habitantes quando a população urbana da cidade era de 431.739 mil habitantes (26,86%). Esse quantitativo de moradores em subcondições de moradia aproxima-se do total da população de alguns municípios baianos como Simões Filho com 114.649 mil habitantes e Porto Seguro com 120.649 mil habitantes.

É importante frisar que, aproximadamente 11% desse estoque situavam-se em áreas públicas municipais, sem qualquer ordenamento e infraestrutura básica. A tabela 12 traz o quantitativo de moradias situadas em áreas de risco e proteção ambiental e respectiva população conforme levantamento realizado em 2001:

Tabela 12 – Moradias em área de risco e proteção ambiental

Subnormalidade	Qtde. de assentamentos	Nº de domicílios	População
Insalubres (lixões e alagados)	17	7.421	36.585
Proteção de mananciais	2	1.200	5.916
Área de Preservação Ambiental	4	3.800	18.734
Total	**23**	**12.421**	**61.235**

Fonte: SEPLAN – PMFS (2001).

O número de domicílios situados em áreas insalubres (lixões e alagados) é considerável (7.421). A Favela da Rocinha, com 3.696 moradias, situa-se em um local insalubre e de preservação ambiental. O número de domicílios situados em áreas de preservação ambiental é elevado e compromete tanto o meio ambiente como o manancial de água doce que existe na cidade. Feira de Santana possui inúmeras lagoas que são afluentes do Rio Pojuca.

Essas áreas, por serem pouco acidentadas e não representarem risco de desabamentos e desmoronamentos, têm sido alvo constante de ocupação desordenada pela população que não possui moradia própria e não tem acesso aos programas oficiais de financiamentos da casa própria, pois situam-se na faixa de renda de até 1 salário mínimo. Ressalte-se aqui o fato de serem áreas que possuem lagoas, nascentes e riachos, onde não existe infraestrutura básica mínima para moradia, tornando-se insalubres, com elevado grau de adensamento e poluição desses mananciais de água pura.

De acordo com o PEMAS (2001, p. 10), "a população inserida na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos, não tem em geral, condições de ter acesso a moradia pelos mecanismos normais de mercado, seja pelo alto custo unitário da casa, seja pelo baixo nível de salário [...], sendo a subhabitação um aspecto estrutural da formação social de Feira de Santana [...], situação que se estende por todo o País".

O município não possui uma política habitacional de interesse social para a habitação de baixa renda institucionalizada. Algumas iniciativas isoladas foram empreendidas pelo poder público municipal, porém, com pouca abrangência e efetividade. Feira de Santana, a exemplo da maioria das grandes cidades brasileiras, apresenta um grande *déficit* habitacional, principalmente entre a população de baixa renda. A tabela 15 apresenta um estudo realizado em 1992 pela extinta Companhia de Habitação (COHAB), da então Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, indicando um déficit total de 14.793 moradias, o que representava cerca de 20% do total de domicílios existentes no ano anterior (1991).

Tabela 13 – Faixa de renda e demanda total por habitação em Feira de Santana/1992

FAIXA DE RENDA	DEMANDA TOTAL (DEMANDA QUANTITATIVA + QUALITATIVA)
0 A 2 SM	**10.949**
2 A 5 SM	3.006
5 A 10 SM	517
Mais de 10 SM	321
Total	**14.793**

Fonte: Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação (1992 apud LIMA, 1994).

Os dados apresentados na tabela 13, elaborada em 1992, já demonstrava a carência de moradia por uma faixa de renda (0 a 2 salários mínimos) que não tinha aceso aos programas formais de habitação. Em 1990 Feira de Santana contava com 349.557 mil moradores urbanos, desses 10.949 inseridos na faixa de renda em destaque

demandavam por habitação. Esse número cresceu assustadoramente e a cidade chega em 2008 com 115.973 mil pessoas ocupando favelas e assemelhados.

O estudo da COHAB indica, ainda, o *déficit* habitacional total calculado na demanda qualitativa (92,4%.), ou seja, o *déficit* formado pelas famílias que se encontram em situação de cohabitação, e o déficit quantitativo refere-se aos domicílios em estado de subhabitação, fato observado entre famílias com renda de até dois salários mínimos (74,0%).

Em Feira de Santana, a primeira Cooperativa Habitacional (INOCOOP) foi criada em 1969 e, em 1970, iniciou a construção do primeiro conjunto habitacional. Após 25 anos, foram construídos seis conjuntos de casas, com 1.692 unidades e sete conjuntos de apartamentos, com 1.854 unidades, perfazendo, em 18 anos, um total de 3.546 unidades. O Plano Estadual de Habitação estimou para Feira de Santana, em 1983, uma demanda habitacional de 10.703 unidades para a população com renda inferior a 05 salários mínimos e, em 1989, existiam 21.000 famílias cadastradas no programa de habitação popular da Secretaria Municipal de Habitação Popular (LIMA, 1994).

Posteriormente, a Habitação e Urbanização da Bahia S/A (URBIS), principal agente responsável pelas políticas de habitação popular para a população pertencente à faixa de 0 a 3 salários mínimos no Estado da Bahia, defronta-se, em Feira de Santana, com sérias dificuldades para o desenvolvimento de suas atividades e consecução de seus objetivos. Na raiz dessas dificuldades, está o alto preço da terra urbana, o custo de implantação de infra-estrutura e equipamentos comunitários, aliados a uma política equivocada de comercialização referente à clientela.

Na década de 60, Feira de Santana recebe o primeiro conjunto habitacional construído pela URBIS, conhecido como Cidade Nova, situado fora do anel de contorno. Logo após, nas décadas de 70 e 80, com um crescimento populacional considerável, a cidade de Feira de Santana se vê diante da necessidade de moradias que atendessem a população de baixa renda. Assim, URBIS, INOCOOP e a Caixa Econômica Federal (CEF) constroem vários conjuntos residenciais, como pode ser observado no quadro 1 adiante. Essas construções obedeciam às normas definidas pela política habitacional brasileira definida pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do BNH, que objetivava reduzir os problemas habitacionais ocasionados pelas altas taxas de crescimento urbano.

URBIS	INOCOOP	CEF
1-FEIRA X	7-COND. VALE DOS RIOS	20-VIVEIROS
2-FEIRA III	8-COND. PARQUE DAS ACÁCIAS	21-ARCO ÍRIS
3-FEIRA V	9-CONJ MORADA DAS ÁRVORES	22-ALVORADA
4-CIDADE NOVA	10-CONJ J J LOPES DE BRITO	23-FEIRA VII
5-FEIRA VI	11-CONJ CENTENÁRIO	24-FEIRA IX
6-FEIRA IV	12-CONJ MILTON GOMES	25-CONJ. OYAMA FIGUEIREDO
	13-CONJ JOSÉ FALCÃO	26-CONJ HOMERO FIGUEIREDO
	14-CONJ LAGOA GRANDE	27-CONJ FRANCISCO PINTO
	15-CONJ MORADA DO SOL	28-LUCIANO BARRETO
	16-ACM	29-CONJ CHÁCARA MANGABEIRA
	17-PARQUE CAJUEIRO	30-CONJ TERRA DO BOSQUE
	18-CONJ JOÃO PAULO II	
	19-CONJ PRISCO VIANA	

Quadro 1 – Conjuntos Habitacionais Construídos para Baixa Renda em Feira de Santana – décadas de 70, 80 e 90
Fonte: Freitas (1998).

Alguns desses conjuntos destinavam-se aos servidores públicos como o Parque Cajueiro e o Lagoa Grande. Para a população com renda inferior a 3 salários mínimos a URBIS construiu vários conjuntos habitacionais, sempre nos arredores da cidade e próximos ao anel de contorno, esses conjuntos assumiram, ao longo do tempo, características de bairros proletários. Muitos deles foram construídos ao redor do CIS. Para a população que não tinha como comprovar renda, ou estava desempregada, a única saída era buscar ela própria resolver a questão da moradia. Assim, nesse período, começam as invasões de grandes áreas em Feira de Santana, como a área do Campo de Aviação, atual sub-bairro George Américo, a área da Lagoa Grande, onde se localiza a favela da Rocinha, objeto desta pesquisa.

A atuação da CEF no município é a grande reveladora de como a política habitacional por ela gerida não responde às necessidades das classes menos favorecidas, uma vez que se trata de um banco que atua em três vertentes, a saber: uma como um Banco Comercial; outra, como Agente Delegado do Governo Federal (transferência de benefícios: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Seguro Desemprego, Programa de Integração Social (PIS), dentre outros); e a outra dirigida ao Desenvolvimento Urbano.

Para os que buscam uma moradia e não conseguem comprovar renda, é vetado qualquer tipo de financiamento com a CEF. Pretendendo minorar essa dependência, o Governo federal instituiu o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). Conforme esse plano, a CEF entra apenas como repassadora dos recursos, com a

contrapartida dos três níveis de governo o federal, o estadual e o municipal. As moradias são erguidas geralmente em regime de mutirão[13], e a Prefeitura contribui com o terreno e a infraestrutura básica. Em Feira de Santana, o PSH construiu 240 unidades no Aviário, bairro localizado na periferia da cidade. Esse número está longe de atender a demanda de habitação para essa parcela de baixa ou quase nenhuma renda. O PSH também vem acompanhado de um programa social voltado para a aferição de renda para os moradores.

A tabela 14 apresenta a distribuição da renda mensal dos chefes de domicílios por classes de renda – Feira de Santana-Bahia

Tabela 14 – Distribuição da renda mensal dos chefes de domicílios por classes de renda

Rendimento em (SM)	**Classe de rendimento mensal**						
	Até 1 SM	Entre 1 a 3 SM	Entre 3 a 5 SM	Entre 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Sem rendimento	Sem declaração
1991	68,0	19,5	3,5	2,1	0,1	3,6	2,5
2000	54,8	25,7	6,2,	3,7	1,8	7,5	0,3

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000.

A tabela 14 demonstra que em 1991 68% dos chefes de domicílios em Feira de Santana possuíam rendimentos de até 1 salário mínimo, e, 19,5% se encaixavam na faixa de 3 a 5 salários mínimos. Em 1991, 87,5% dos chefes de domicílios percebiam até 3 salários mínimos, esse percentual cai para 80,5% em 2000. Apenas 2,1% em 1991, situavam na faixa entre 5 a 10 salários mínimos. Em 2000 o quadro sofre uma pequena alteração quando 25,7% desses chefes de domicílios passam a percebem entre 1 a 3 salários mínimos. Ocorre assim uma melhoria na distribuição de renda desse extrato da população, cuja condição solvável é um fator impeditivo para adquirir ou alugar uma casa, ou comprar um terreno em área adequada para moradia, por não atender as exigências impostas pelo mercado imobiliário (proprietários fundiários e promotores imobiliários), que em decorrência de economia de escala, maior margem de lucro e menor risco, faz uma clara opção por operar com a classe de maior poder aquisitivo.

A figura 6 traz a distribuição da renda mensal dos chefes de domicílios por classes de renda.

13 Regime de autoconstrução já tratado anteriormente.

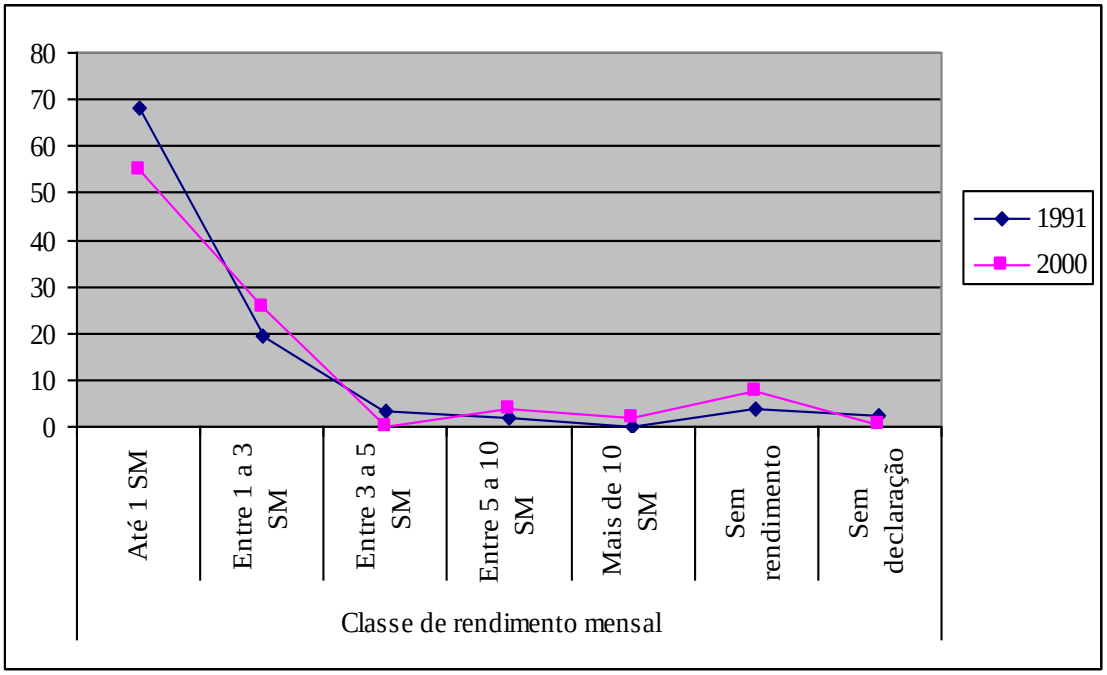

Figura 6 – Distribuição da renda mensal dos chefes de domicílios por classes de renda
Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Uma melhoria verificada na distribuição da renda não resolve o problema da moradia da classe menos favorecida. As restrições impostas pelos operadores do mercado imobiliário, que retém em níveis consideráveis, nas áreas mais valorizadas da cidade, estoques de terrenos e de casas, cujos preços os tornam inacessíveis a esse extrato da população, determinam o impasse. A busca de apoio do governo municipal não tem o efeito desejado diante das limitações orçamentárias que o impossibilitam de atender a essa demanda, a cada dia mais crescente.

A premente necessidade de um teto para se abrigar leva esse extrato da população a recorrer aos governos estadual e federal cujo apoio, às vezes, não é de imediato concretizado.

A população excluída da possibilidade de obter o beneficiamento através do apoio nas três esferas governamentais, oriundo dos recursos subsidiados para o financiamento da construção ou aquisição da casa própria, sem outra solução, passa a residir em áreas cada vez mais afastadas do centro da cidade ou distantes dos locais de trabalho em situação de precariedade.

A extensão do espaço territorial de Feira de Santana, que avança horizontalmente, dificulta a ação de fiscalização das secretarias responsáveis por acompanhar, controlar a construção de moradias em áreas de risco e de proteção

ambiental, devido à forma organizada e eficaz como ocorre a posse de áreas públicas ou privadas no município.

4.7 A ATUAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL – O PLANOLAR

Visando suprir as carências habitacionais e de infraestrutura urbana, que não são atendidas no âmbito federal e estadual, a Prefeitura Municipal buscou, através de convênios, oferecer às populações que não podem entrar no mercado formal da habitação, meios de minimizar o problema. Uma dessas tentativas isoladas foi o Plano Municipal de Habitação Popular (PLANOLAR), criado mediante a Lei 825/77. O Ex-Secretário Municipal de Habitação do Governo Colbert Martins, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 11 de julho de 2008 declarou que o então Prefeito havia criado o PLANOLAR com a intenção de que esse instrumento viesse amenizar, em parte, as questões habitacionais para a população de baixa renda em Feira de Santana. O PLANOLAR, segundo o entrevistado, contava apenas com recursos do município e era um programa bastante elogiado na esfera pública. "A Feira de Santana de hoje recebe verbas, naquela época tinha repasse de 4% ou 5% da arrecadação do Estado".

O Plano do município doou lotes e instalou água, energia e viabilizou transporte para vários loteamentos. As famílias construiriam as casas. Entre os núcleos, incluem-se a Rocinha, o Aviário, o Panorama, o Jussara, enfim, foram mais de doze loteamentos implantados seguindo as regras do PLANOLAR. Essa ação do governo municipal, segundo o Secretário, funcionou como porta para a chegada de mais e mais famílias em busca de moradia no município.

Os lotes, que se estendiam por uma área de aproximadamente 120m², eram doados justamente com materiais para construção de uma unidade básica, um embrião com 32m², erguida pelos adquirentes nas horas livres. As despesas com a compra do material eram ressarcidas aos cofres da Prefeitura pelo beneficiário, em prestações mensais.

Segundo o Ex-Secretário de Habitação na década de 1970 e 1980, o PLANOLAR surge em Feira de Santana em vista de uma série de reivindicações e do surgimento dos movimentos sociais. A esse respeito do assunto complementa:

> Brasil, final dos anos 1970 e início da década de 1980, com a perspectiva de uma nova Constituinte concentravam-se mobilizações em torno dos mais necessitados. Era um momento de crises, econômica e política e o Estado não conseguia atender as demandas sociais, o que força uma reorganização da sociedade civil que passa a exigir do Estado uma posição. Em Feira de Santana não aconteceu diferente. Um dos fortes itens de reivindicações populares e objeto de mobilizações era a moradia popular. Com a chegada do CIS, a população oriunda de outras localidades chegava a Feira e se deparava com uma cidade com elevado valor de aluguéis e quase nenhuma oferta de moradia para os pobres e trabalhadores de baixa renda. Ocupações desordenadas em terrenos públicos e sem propriedade definida surgiam a todo o momento. Passeatas encabeçadas por líderes a exemplo do George Américo, surgem desafiando a Lei e as áreas invadidas se transformam em palco de confronto entre a polícia e os desassistidos. (informação verbal) [14]

Sobre o assunto, Caldas traz no seu trabalho intitulado Espaços Urbanos, 1987 a 1998: uma produção popular, que tem como objeto de estudo o sub-bairro George Américo em Feira de Santana, as seguintes informações:

> [...] foi numa conjuntura de crise prolongada, de redirecionamento constante da ação e do papel do Estado, do agravamento das condições de vida urbana e da possibilidade de organização da sociedade que, nos anos oitenta, surgiu o movimento urbano por moradia em Feira, liderado por George Américo Mascarenhas dos Santos. "... a luta por habitação em Feira, uma carência comum a muitas cidades, não satisfeita e transformada em direito, foi responsável pelo movimento dos anos oitenta. O *déficit* habitacional foi criado a partir de uma demanda não resolvida pelo Estado, provocando a incidência de inúmeras ocupações aleatórias de espaços urbanos, onde as pessoas de baixa renda, em busca de alternativas de moradia, ocuparam espaços vazios na cidade. (CALDAS, 1998, p. 33).

Os fatos apontados pelo então Secretário reforçam a afirmação de Caldas:

> O *déficit* habitacional de Feira de Santana nos anos oitenta era de 16.000 moradias para o pessoal de baixa renda. A invasão do George Américo, onde foram erguidos 1.700 barracos, a Prefeitura transformou em 1.700 casas projetadas naquela época por um arquiteto do Movimento de Organização Comunitária – MOC, órgão apoiador do manifesto. (informação verbal) [15]

O programa enfrentou grandes problemas, como a escassez de recursos; o clientelismo histórico instituído no poder público, com a falta de critérios rígidos para a prática; o fato de o trabalhador situar-se numa faixa miserável da população, o que o levava a vender o lote e o material de construção, e a elevada valorização dos terrenos mais ao centro da cidade, fatores que determinaram o fim do PLANOLAR.

---

14 Entrevista concedida pelo Ex-Secretário de Habitação do Governo Colbert Filho em 11 de julho de 2008.
15 Idem.

O PLANOLAR construiu, no período de 1977 a 1982, 600 unidades habitacionais, distribuídas em 7 núcleos populares. De 1983 a 1987, foram construídas 496 unidades, graças ao Projeto Mutirão em bairros e em distritos, a saber: Aviário, Santo Antônio dos Prazeres, Rocinha, Campo Limpo, Campo do Gado Novo e nos distritos de Maria Quitéria, Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro (Estrada do Feijão), Jaíba (Sede e Mantiba), Humildes (Sede e Limoeiro), Tiquaruçu e Jaguara, com área construída de 15m² cada embrião. No período de 1988 e 1992, foram distribuídos 4.286 lotes (LIMA, 1994), conforme registrado na tabela 15 adiante. Situados na periferia, esses lotes estavam em muitas áreas inadequadas para moradia[16,] em terrenos pantanosos, acidentados, próximos a redutos contaminados pela poluição de esgotos e sem nenhuma infraestrutura básica mínima necessária à reprodução da força de trabalho. Em muitos casos, o aspecto passado era de uma favela desenvolvida pelo poder público, e não o de um loteamento de casas destinado para moradia. Essas ações da Prefeitura contribuíram de forma direta para que ocorresse o processo de favelização das áreas doadas para moradia popular. Sem renda, o morador erguia sua moradia com componentes inadequados, sem preocupar-se com as questões sanitárias, enfim, idealizando um imaginário que logo seria transformado em favela.

Tabela 15 – Lotes Distribuídos pelo PLANOLAR em Feira de Santana-1988/1992

LOCALIZAÇÃO DOS LOTES	**QUANTIDADE**
Aviário	359
Tomba	82
São João do Cazumbá	48
Alto do Papagaio	318
Jussara	309
Gabriela	195
Baraúna/Galiléia	198
Mangabeira I. VI	193
Agrovila	336
Queimadinha	82
SIM	15
Rocinha[17]	**217**
Novo Horizonte	96
Santo Antonio dos Prazeres II	123

16 De acordo com a UN-Habitat (Programas das Nações Unidas para Assentamentos Humanos), foram identificados cinco componentes que asseguram que uma família está vivendo numa moradia adequada. Esses cinco componentes (ou indicadores) também são utilizados para medir o progresso realizado pelos países na consecução das Metas de Desenvolvimento para o Milênio nas favelas: acesso adequado à água potável; acesso adequado ao saneamento básico; boa qualidade estrutural dos materiais da moradia (material utilizado para as paredes, chão e cobertura); espaço suficiente para cada membro da família (menos de duas pessoas por quarto); situação segura da moradia (segurança da posse).

17 Área objeto deste estudo.

LOCALIZAÇÃO DOS LOTES	QUANTIDADE
Campo Limpo I, II, III	53
Jardim Acácia	50
Rua Nova	57
Conj. Morada das Águas	19
Morada das Árvores	10
Conceição	18
Conjunto Amazonas	176
Alto de Santana	63
Campo do Gado Novo	38
Arco-Íris	683
Distritos	263
Lotes Avulsos	285

Fonte: Lima (1994).

A autoconstrução foi o processo desenvolvido nesses loteamentos. Os materiais necessários eram doados ou adquiridos pelo recebedor do terreno e ele próprio deveria providenciar a construção do imóvel, que se dava sempre por meio da ajuda de familiares e amigos sem seguir qualquer padrão técnico construtivo.

Questionado sobre essa estratégia adotada pelo PLANOLAR e o processo de mutirão, o Ex-Secretário de Habitação do município de Feira de Santana argumenta: “éramos conscientes mesmo assim hoje, repetiria o programa”. Sobre a autoconstrução, Francisco de Oliveira, em conferência no seminário de pesquisa "Políticas Habitacionais, Produção de Moradia por Mutirão e Processos Autogestionários: Balanço Crítico de Experiências em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza", realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) em outubro de 2004, enfatiza:

> O mutirão é uma espécie de dialética negativa em operação. A dialética negativa age assim: ao invés de elevar o nível da contradição, ela o rebaixa. Elevar o nível da contradição significaria atacar o problema da habitação pelos meios do capital. Rebaixar o nível da contradição significa atacar o problema da habitação por meio dos pobres trabalhadores. (OLIVEIRA, 2006, p. 12).

João Whitaker do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB) da FAU-USP, durante essa Conferência contrapõe Francisco de Oliveira:

> O mutirão evoluiu ao longo dos anos para responder a diferentes necessidades. Foi uma solução às vezes paliativa, às vezes encaminhada como política pública. Hoje esse pressuposto não existe mais. Grande parte das pessoas envolvidas nesse processo não entende o mutirão como política que deva se generalizar. A política habitacional é mais ampla e tem que responder a demandas complexas e variáveis. Não se resolvem problemas de cortiço obrigatoriamente com mutirão, nem problemas de regularização fundiária em favela (OLIVEIRA, 2006, p 12).

Segundo o Ex-Secretário a maior preocupação do município, naquele momento, era resolver a questão da falta de moradia, independente do processo pelo qual essa moradia fosse construída "não pensamos a partir de visão de acumulação do capital e rebaixamento dos ganhos dos trabalhadores, talvez tenha sido uma visão estreita, mas repito, diante do quadro habitacional caótico que o município apresentava, e mediante tantas invasões, sem políticas públicas definidas e adequadas para a população de baixa renda, o município fez o que pode". O entrevistado complementa:

> A Prefeitura doava o material e o morador buscava um meio de construção. O mais rápido e próximo da realidade destes moradores era o mutirão. O mutirão se constituía na única alternativa do proprietário do terreno. Para surpresa, naquele momento este modelo apresentou aspectos positivos. (informação verbal)[18]

A postura reativa da Prefeitura perante as pequenas invasões, ao lado de diversos outros problemas, acabou por decretar o fim do PLANOLAR, que havia desenvolvido sua ação de 1977 a 1994, com o objetivo de atender as demandas da questão habitacional no município. O Secretário Ildes Ferreira reconhece que o PLANOLAR não resolveu a questão habitacional, mas amenizou o caos que vivia Feira nos anos oitenta e sobre a extinção do PLANOLAR, afirma:

> Os gestores que sucederam extinguiram o Programa, foi um gesto mesquinho, de birra política. Nenhuma outra política veio a substituí-lo... o descaso público propiciou as invasões das áreas de convivência e do entorno. A Rocinha, até final dos anos oitenta, estava protegida. O próprio poder público fechou os olhos para a invasão da Lagoa. E continua: Feira sempre apresentou uma característica peculiar, bairros nobres anexados ás favelas. A classe A e B explorando a mão-de-obra dos mais carentes. (informação verbal)[19]

Extinto o PLANOLAR o poder público municipal se limitou a desenvolver ações pontuais que consistiam na doação de lotes a famílias carentes que solicitassem tal benefício. Essa prática fez com que surgissem, ao longo do tempo, os mais diversos tipos de novas áreas de moradia, em locais longínquos, ou próximos das áreas melhor servidas, numa ocupação desordenada do solo urbano.

---

18 Entrevista concedida pelo Ex-Secretário de Habitação do Governo Colbert Filho em 11 de julho de 2008.
19 Idem.

Feira de Santana não estabeleceu uma política habitacional, nem tampouco foram aplicados, pelo município, instrumentos importantes relativos a uma política habitacional. Cita-se, nesse contexto, o Fundo e Conselho Habitacional, ou, ainda, plano ou programa voltado para a melhoria das condições de habitabilidade da população, diante da grave situação habitacional do município. A Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM) – Lei nº 1.614/92 – dispõe sobre a criação de um fundo de urbanização, no seu artigo 46, destinado, exclusivamente, à execução de programas habitacionais para a população de baixa renda, instrumento esse nunca aplicado no município.

A histórica e inexpressiva atuação do município no setor habitacional é verificada no período de 1997 a 2000, quando apenas 11,7% da soma das despesas anuais do período foram destinadas à área de habitação e urbanismo (R$38,06 milhões), e cerca de 0,8% das despesas anuais do período foram aplicados especificamente em habitação. Nesse espaço de tempo, o que se fez no município em torno da questão esteve a cargo dos governos estadual e federal.

O quadro 2, a seguir, apresenta os programas habitacionais e de infraestrutura urbana implementados no município entre 1996 e 2000, executados, em sua maioria, pelo governo estadual através da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), com os respectivos valores de investimento e população beneficiada.

PROPONENTE/ TOMADOR	PROGRAMA	ANO	OBJETO/MODALIDADE	POP. BENEF.	VALOR DE INVEST. (EM R$ MIL)
MUNICÍPIO	Habitar Brasil	1996	Urbanização de área degradada	98	139,21
	Pró-Infra	1996	Implantação de rede de esgoto	3.413	756,76
	PASS	1997	Obras de esgotamento sanitário nos bairros Gabriela e Queimadinha	2.255	500,00
	PASS	1998	Implantação de rede de esgoto	3.518	780,00
	PASS	1998	Rede de esgoto, estação de tratamento, estação elevatória e ligações domiciliares	4.059	900,00
ESTADO	Resolução 211	1996	Infra-estrutura do Conj. Feira X – 2ª etapa	1.834	2.588,83
	Pró-Infra	1996	Infra-estrutura do Conj. Feira X – 2ª etapa	462	652,83
	Resolução 211	1996	Infra-estrutura do Conj. Feira X – 2ª etapa	1.412	1.993,63
	Pró-Infra	1998	Obras de infra-estrutura urbana, pavimentação e drenagem do SIM – Av. Centenário	1.613	360,00
	Habitar Brasil	1998	Urbanização de área degradada	3.159	4.458,84
	Pró-Saneamento	1998	Projeto de saneamento integrado da Bacia Subaé	49.945	11.071,56
	Pró-Saneamento	1998	Implantação do Sistema de esgotamento sanitário do Conj. George Américo	23.382	5.183,40
	Pró-Infra	1999	Obras de drenagem e pavimentação no bairro Campo Limpo	541	120,00
Total					**29.505,06**

Quadro 2 - Programas habitacionais e de infra-estrutura urbana implementados no município de Feira de Santana – 1996 a 2000

Fonte: Oliveira (2005).

Analisando o quadro 2, verifiquei que, do total de investimentos incorridos no período, apenas R$3.075,97, referem-se à participação do município em programas habitacionais e de infraestrutura urbana. Em áreas degradadas, a participação chega a ser irrisória, com apenas 90 beneficiários e um investimento aproximado de R$139.000,00. O Estado figura como maior agente provedor dos programas habitacionais no município na fase em questão.

Apesar dos investimentos em infraestrutura e obras de esgotamento sanitário, a cidade não está dotada de uma rede de esgotamento sanitário que atenda às suas demandas, tampouco esta rede atende às camadas da população que vivem em bairros periféricos e em localidades pouco valorizadas pelo mercado imobiliário.

Em 2001, a Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS) fez um diagnóstico para detectar a subnormalidade habitacional do município e assim hierarquizou esses assentamentos, utilizando critérios técnicos que envolvem questões como a localização, grau de risco, grau de adensamento, quantitativo populacional, dentre outros. Das áreas diagnosticadas, a Favela da Rocinha, localizada no Bairro Lagoa Grande, obteve pontuação relevante (74 pontos) conforme os critérios anteriormente citados. Com grau de adensamento e grau de risco alto, a Rocinha ocupa um extenso manancial (área de lagoa) que vem sendo ocupado de forma desordenada há mais de quinze anos, sem nunca ter sido contemplada por qualquer tipo de programa de revitalização e reurbanização de favelas (OLIVEIRA, 2005).

A hierarquização realizada pela Prefeitura objetivava conhecer a realidade habitacional da cidade, e, assim, fazer frente ao problema por meio de ações integradas, mobilizando recursos próprios, parcerias e financiamentos das demais esferas governamentais.

A área com maior pontuação na hierarquização a Favela Fonte de Lili, foi, imediatamente após o citado Diagnóstico, atendida pelo programa de reurbanização de favelas em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Outras áreas também foram beneficiadas através de parcerias do governo municipal com a CEF a exemplo do PSH implantado no bairro Aviário (OLIVEIRA, 2005).

A Rocinha, apesar de figurar entre as três localidades hierarquizadas com maior pontuação em 2001, não havia sido favorecida por qualquer programa até o início de 2008. O único projeto elaborado pelo governo feirense que obteve aprovação em 2004, do Ministério das Cidades, foi o da Reurbanização da Fonte de Lili. O Projeto encaminhado para a reurbanização da Rocinha não foi aprovado pelo Ministério das

Cidades, mesmo sendo constatada sua urgência e qualidade técnica. Os interesses políticos do município não eram os mesmos do governo federal. Sozinho, o município não poderia fazer frente a tão alto investimento e, assim, providenciou enquadrar a Rocinha no projeto de revitalização das Lagoas de Feira, que foi encaminhado para parecer e apoio do governo federal.

Em 2008, iniciaram-se as ações preliminares para a implantação do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Ambiental no município de Feira de Santana, Bairro Lagoa Grande. Trata-se de uma parceria entre o Governo Estadual e Governo Federal, via Ministério das Cidades, com base no PAC, que objetiva promover projetos de infraestrutura social e urbana, com destaque para intervenção em favelas, com a finalidade de implementar ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social, visando a recuperação de áreas degradadas (PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-AMBIENTAL - LAGOA GRANDE, 2008) que se encontra na sua segunda fase, isto é, da construção das moradias, para onde serão relocadas 696 famílias que ergueram suas casas dentro da lagoa, (parte aterrada e sobre o lençol d'água, neste estudo denominada de Rocinha III), isto é, para uma área distante 5Km do local onde residem atualmente. Essa parte da lagoa será totalmente revitalizada. Os demais moradores que ocupam áreas fora da lagoa permanecerão onde se encontram[20].

4.8 O *LÓCUS* DA PESQUISA

Localizada no bairro da Lagoa Grande, a leste do centro da cidade, a invasão da Rocinha é um dos maiores assentamentos subnormais[21] do município de Feira de Santana, tanto em termos de população, como no que se refere à sua extensão. Encontra-se dentro do Anel de Contorno, em seu entorno, estão os bairros do Caseb, Santo Antônio dos Prazeres, Parque Getúlio Vargas e Ponto Central, com fácil acesso a três das grandes vias de circulação da cidade: Avenida Getúlio Vargas, Avenida João Durval e Avenida Eduardo Fróes da Mota.

---

20 Total de moradores 11.362. Conforme o projeto 696 moradias serão relocados (CONDER, 2008).
21 Tipologia de favelas e assemelhados, mocambos, palafitas.

Figura 7 – Fotografia Aérea da Rocinha – Lagoa Grande
Fonte: SEPLAN (2008).

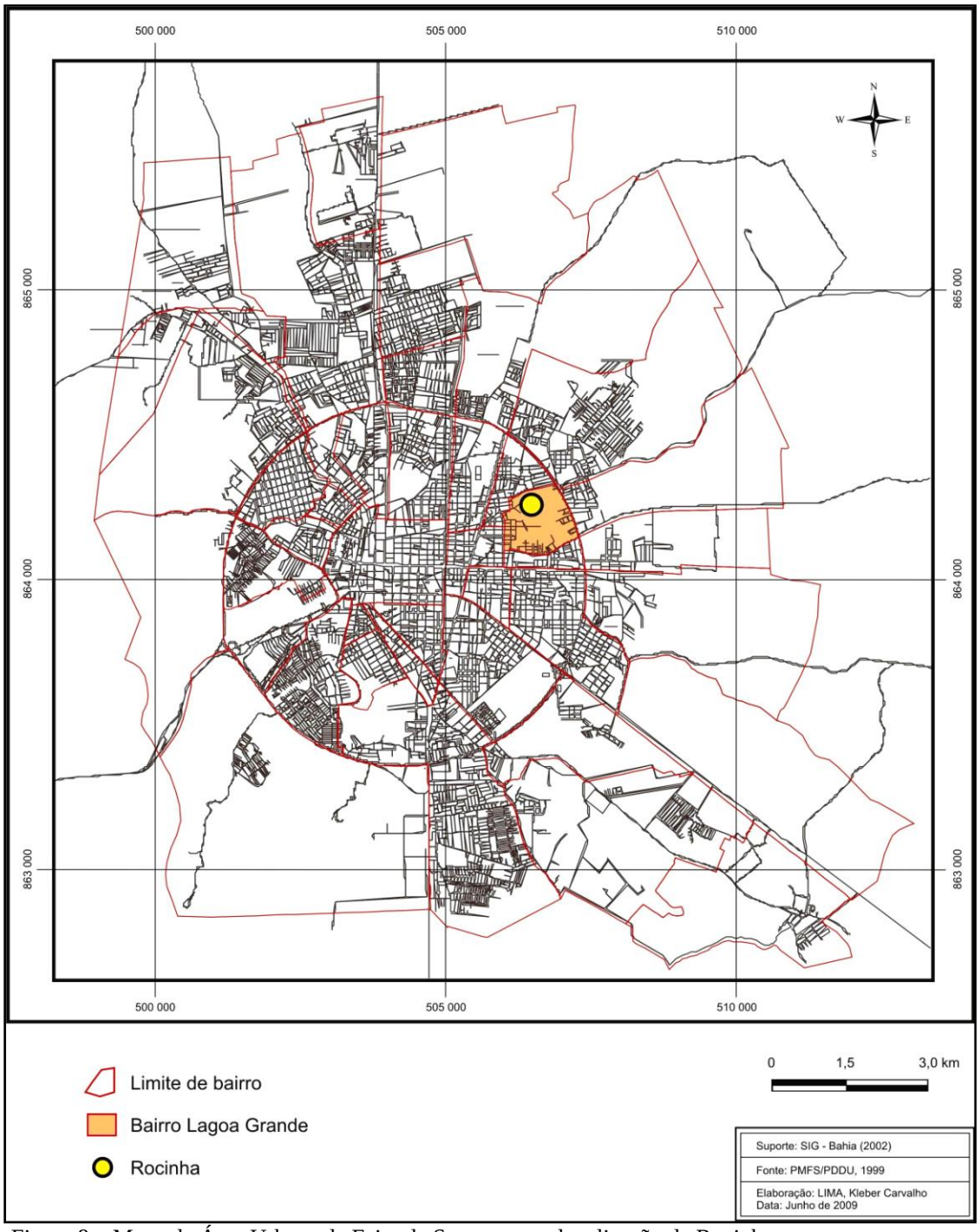

Figura 8 – Mapa da Área Urbana de Feira de Santana com localização da Rocinha
Fonte: PMFS/PDDU (1999).

A área do Bairro Lagoa Grande é de aproximadamente 83,59Km² dos quais a lagoa, que compõe a Bacia do Rio Pojuca e mantém lâmina d'água durante todo o ano ocupa 39,45Km. Atualmente, encontra-se poluída por esgoto doméstico e lixo lançados clandestinamente, fatos esses aliados às precárias condições de saneamento que tendem a agravar os problemas socioambientais da região, além de comprometer os mananciais hídricos. No período de 1950 a 1972, era utilizada como sistema de abastecimento de

água, através de poços, para toda a área urbana de Feira de Santana. Com o desenvolvimento da cidade, esse sistema, por mostrar-se obsoleto foi desativado. Em consequencia restaria um espaço abandonado e sem utilidade.

Atualmente, o bairro Lagoa Grande abriga um contingente populacional relevante, aproximadamente 3.696 moradias com 11.362 moradores (CONDER, 2008). Dessas moradias, 696 estão em área de risco ambiental, parte aterrada da lagoa, e deverão ser removidas conforme o Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental, que tem como um dos objetivos a revitalização do manancial e a construção de novas moradias para os invasores. Boa parte da população ocupa uma área doada pelo PLANOLAR nos anos 80 e 90. A outra parcela é formada pelos que ocuparam gradativamente a área onde estava instalado o sistema de abastecimento de água de Feira de Santana até a década de 70. Os terrenos no entorno também foram invadidos. Nenhum morador tem a posse da terra.

O que se vê na Rocinha é a **periferia da periferia**[22]. Existem diferentes espaços segregados, dentro do próprio espaço segregado, que expressam formas variadas de segregação habitacional e exclusão social. Entre os elementos que caracterizam essa segregação, destaco: o padrão da moradia-casas em um estado razoável de conservação: rebocadas e cobertas com telhas de amianto; outras em estado precário: sem reboco, cobertas com restos de telhas; e moradias erguidas sobre a lâmina d'água, que não obedecem qualquer padrão de construção, são de piso batido, produzidas com restos de madeira, papelão, zinco, alumínio e cobertas com palhas e restos de telhas. A rua onde a casa está localizada também é um fator de diferenciação. Existem dentro da Rocinha as melhores ruas, considerando limpeza, ordenamento, vizinhança, como também, as piores para se viver, onde não há calçamento, a violência é grande, as crianças perambulam nuas e sujas. As famílias não têm emprego, vivem, em sua maioria, de doações. A forma de ocupação do espaço – se essa ocupação se deu via invasão ou doação de lotes pela Prefeitura Municipal via PLANOLAR também é um fator de diferenciação.

Segundo estudo realizado pela CONDER (2008)[23], existem, duas áreas com características distintas na localidade. Na parte mais afastada da lagoa, onde a ocupação encontra-se consolidada, a maioria das ruas apresenta traçado ordenado e com

22 **Grifos da autora**. Refere-se aos espaços segregados que diferem entre si conforme descrito acima.
23 Ação desenvolvida na localidade em atendimento ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Projeto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Ambiental.

pavimentação. Os serviços e equipamentos de uso coletivo atendem parcialmente aos anseios de seus habitantes. Enquanto na segunda área, mais próxima da lagoa, as vias de circulação são irregulares, sem pavimentação, com grande carência de áreas para lazer e equipamentos comunitários. Os índices de violência, criminalidade, tráfico de drogas são elevados.

A atuação das lideranças comunitárias existentes na Rocinha tem contribuído para a melhoria do local. O trabalho realizado pela líder comunitária da Rocinha II, moradora antiga que incentivou a ocupação da área pertencente à Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA), se destaca. Essa liderança é articulada com os representantes do poder público local e tem conseguido junto a essas lideranças benefícios para a comunidade. Nessa parte da Rocinha, as ruas principais são demarcadas, quase todas possuem calçamento, há coleta regular de lixo, as moradias encontram-se em estado razoável, a maioria das casas são rebocadas e pintadas.

4.8.1 As Formas de Ocupação

O processo de ocupação da Favela da Rocinha iniciou-se ainda na década de 1970, de forma planejada, com a implantação de um núcleo habitacional popular numa área de uso institucional do Loteamento Parque Arnold Silva, por iniciativa do PLANOLAR, com a distribuição de lotes e material de construção. Entre 1977 e 1982, foram construídas por essa entidade 600 unidades, distribuídas, na cidade, em sete núcleos habitacionais populares na cidade. A Rocinha foi um desses núcleos.

As primeiras unidades habitacionais foram construídas pelo sistema de mutirão. A Prefeitura Municipal doou o terreno e deveria oferecer, em tese, a infraestrutura necessária para o funcionamento adequado da localidade, fato que não ocorreu. A mão-de-obra para a construção das casas seria de responsabilidade dos futuros proprietários, que se valeram do sistema de autoconstrução.

A proposta do PLANOLAR objetivava atender famílias mais numerosas, oriundas de invasões, com renda familiar mínima, comprovada. O que parecia solucionar, em parte, o problema habitacional para a baixa renda no município de Feira de Santana se caracterizou como mais uma opção de invasão para quem buscava sair do aluguel e encontrar um espaço para erguer sua tão sonhada moradia. As áreas no

entorno dos núcleos habitacionais populares tornaram-se um grande atrativo para resolver o problema. O que fora um espaço inicialmente planejado, em terrenos públicos, tornou-se uma invasão desordenada e com forte adensamento.

Segundo a líder comunitária da Rocinha II, a invasão da área da EMBASA iniciou no final dos anos 80, quando a população sem renda e desempregada buscava moradia:

> O local era usado como desova de cadáveres, e também para atos libidinosos e abuso sexual. Juntos, sob a minha direção, fomos ao prefeito e pedimos a ele que liberasse a área para nós... ele liberou. Aí o Estado disse que a área era da EMBASA, teve até Polícia Militar, depoimento em Salvador, mas nada... nada, deteve este povo carente. Junto com um arquiteto do MOC, desenhamos cada casinha e delimitamos os terrenos, todos fora da Lagoa Grande. A lagoa somente passou a ser invadida depois, já em meados dos anos 90. Não houve venda de lotes, apenas as pessoas me procuravam para delimitar a área e ajudar na construção. Todas (casas) foram feitas com ajuda de amigos e da família. Não queríamos casas de papelão para não parecer favela.

Devido à grande procura por terrenos, e não mais havendo espaço nas áreas secas ao redor da lagoa, o invasor passa a aterrá-la e, dia após dia, uma moradia nova é erguida sobre os aterros. A área aterrada compromete a maior parte do manancial, que tem sua vegetação nativa (taboa) arrancada para dar lugar ás construções. O que se observa nessa área é uma disputa pelo espaço entre o homem e a lagoa, aquele insiste em aterrá-la, e esta, em voltar para sua área de origem, ocasionando assim, nos períodos chuvosos, o encharcamento de muitas das moradias instaladas no lugar.

Face à realidade por mim observada, dividi a Rocinha em três subespaços: **Rocinha I,** representada pela área doada pelo PLANOLAR e suas derivações; **Rocinha II,** que corresponde à área que era supostamente da EMBASA e foi invadida. Denomino de **Rocinha III** a parte molhada da lagoa, ocupada pelas moradias erguidas sobre a lâmina d'água, a ser revitalizada pelo Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental, e os moradores removidos para um outro espaço, fora do Anel de Contorno da cidade, a 5km de distância do local atual. Trata-se de um projeto com financiamento do PAC, que objetiva a revitalização da Lagoa Grande, reurbanização da área ao entorno e a construção de novas moradias para os ocupantes dos imóveis construídos sobre parte da lagoa.

Parte da favela, onde a ocupação encontra-se consolidada, **Rocinha I e II**, algumas ruas são pavimentadas; as casas, na sua maioria de alvenaria, em um estado

regular de conservação, possuem iluminação pública; abastecimento de água pela rede da EMBASA e coleta de lixo regular. Não tem rede de esgotamento sanitário, e os dejetos são lançados a céu aberto ou canalizados para a lagoa.

Próxima à lagoa, a **Rocinha III,** apresenta uma situação crítica de infraestrutura, e o tecido urbano é composto por vias de circulação irregulares, sem pavimentação, onde, em períodos de chuva, ocorre alagamento e dificuldade de acesso. Não dispõe de sistema de drenagem, tampouco de rede de esgotamento sanitário, os esgotos são lançados na superfície, ou através de fossas e sumidouros, a maioria entupida, ou diretamente na lagoa, principalmente os desejos sanitários. Grande parte dos moradores não tem acesso à água tratada. As famílias utilizam-se da água disponível em bicas, fontes e poços artesianos existentes no local. A energia elétrica chega para muitos em forma de gatos[24].

As moradias erguidas na lagoa, sobre a lâmina d'água, retratam a exclusão social ali concentrada. São feitas com restos de construção, madeira, papelão e alumínio. O piso é de chão batido, com telhado de amianto. Os cômodos são divididos por pedaços de panos chamados de cortinas, em um único quarto dorme toda a família, pais e filhos, a cozinha fica quase sempre do lado de fora da casa. Não existem banheiros nem tampouco sanitários. O banho é sempre à noite. As necessidades fisiológicas são feitas em pequenos sacos plásticos depois lançados na lagoa. A presença de materiais inflamáveis na construção da moradia, e a proximidade de botijões e o uso de fogão a lenha contribuem para o risco eminente de um incêndio. Há lixo por toda parte, crianças, animais, cavalos, cachorros, todos ocupam o mesmo espaço sem mínima preocupação com as condições de higiene, crianças inocentes brincam com animais doentes e famintos. É visível o descaso do poder público, assim como a pobreza e a miséria que acompanha boa parte dos moradores.

Existe na **Rocinha III** um depósito de sucatas. Boa parte dos moradores são catadores de sucatas e sobrevivem da reciclagem. A liderança local reside na área há quase vinte anos e faz todo o trabalho de separação das sucatas e intermedia a venda para os sucateiros da cidade.

24 Ligações clandestinas de energia.

Figura 9 – Rocinha III – Depósito de sucatas a céu aberto
Fonte: Pesquisa de campo – abril de 2008.

A divisão da área é feita pelo líder comunitário, assim como a doação dos espaços onde são construídas as moradias. Todo o material recolhido pelos catadores fica arrumado em uma área aberta, no meio da rua. A separação procede conforme sua espécie: plástico, pneus, papelão, zinco, enfim, os resíduos sólidos são amontoados por toda a área, à espera do comprador, normalmente comerciantes da cidade de Feira de Santana, que revendem sucatas para grandes empresas. Esse material acumulado exala odores que infestam o local, além de contribuírem para a proliferação de ratos e demais bichos e insetos. A desordem e a sujeira completam a paisagem da **Rocinha III**.

A Rocinha, desde a sua gênese, aderiu ao processo de mutirão o qual permanece até hoje, conforme pude, *in loco*, constatar. Por se tratar de uma população de baixíssima renda, essa modalidade de construção fica sendo a única forma de erguer a tão sonhada moradia. Segundo os moradores, o material necessário é coletado em obras (restos de material), e o trabalho se realiza com ajuda de amigos, vizinhos e parentes, quase sempre aos sábados e domingos. Boa parcela da ajuda vem de pessoas desempregadas, que recebem, como pagamento, um prato de *feijoada*[25.] É o mutirão como política oficial para uma população desassistida pelas políticas públicas que ignoram seus direitos e desconhecem as consequências de suas práticas.

25 Comida típica brasileira preparada pelo proprietário e distribuída entre as pessoas que ajudam na construção. É prática comum no local.

4.8.2 Infraestrutura e Equipamentos

Levantamento da CONDER, em 2008, informava que apenas 23,29% dos imóveis da Rocinha possuíam ligação domiciliar; 40,25% estavam utilizando ligações clandestinas para ter acesso à água tratada. A bica é utilizada por todos os moradores, até por quem tem água regular da EMBASA, pois funciona como uma economia para a conta de água.

Quanto ao esgotamento sanitário, 42,78% das residências lançam na superfície, correndo a céu aberto, 28,86% lançam na lagoa e 28,36% utilizam fossas e sumidouros. Algo contestável num local onde o aterro é feito sobre as águas da lagoa.

Em relação à coleta de resíduos sólidos, apenas 9,86% dos imóveis têm coleta de lixo na porta. Em 51%, a coleta é feita em pontos específicos em ruas por onde passa o carro coletor, 20% são jogados na lagoa e cerca de 15% em terrenos baldios.

Dentro da área a que chamo **Rocinha II**, existia uma Creche, a única da favela, a Creche Sociedade Beneficente Getsêmane, que em 2008, atendia cerca de cinquenta crianças carentes da invasão, na faixa etária de 2 a 5 anos, funcionando das 8 da manhã às 17 horas. Em 2009, quando retornei ao bairro, fui informada havia sido fechada. Faltaram recursos para mantê-la funcionando. Segundo moradores, a situação das mães que trabalham ficou bastante difícil. Com o fechamento da creche, sem ter onde deixar os filhos, a saída e deixa-los sozinhos ou em companhia de vizinhos. Várias delas desistiram de trabalhar e passaram a viver da ajuda de poucos.

Uma lavanderia comunitária que, embora degradada, ainda está em uso, e de utilidade para um grupo de mulheres que aí trabalham lavando roupa de “ganho” para famílias das redondezas.

Figura 10 – Lavanderia Comunitária
Fonte: Pesquisa de campo – abril de 2008.

No entorno, encontramos a Escola Municipal Professora Maria José Dantas Carneiro que oferece o ensino fundamental de 1ª à 4ª série, com capacidade para 600 alunos. Não há escolas de complementação do ensino fundamental e de ensino médio. O Colégio Estadual Odorico Tavares, que oferece o ensino médio, o mais próximo da localidade, situa-se a cinco quadras da Rocinha.

Existe na localidade um Posto de Saúde que presta atendimento médico e odontológico, conta com 14 agentes de saúde, e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Ainda duas Associações de Moradores: na Rua Joaquim Nabuco, a Associação de Moradores da Rocinha I, na Rua Visconde de Mauá, 563, a sede da Associação dos Moradores Vitória, (**Rocinha II)**. Na **Rocinha III,** apesar de não existir uma organização formal (Associação), a liderança local representa e congrega os interesses dos moradores da área.

5 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

5.1 TIPO DE ESTUDO

Para a realização desta pesquisa, que objetiva analisar o significado sobre o lugar e o modo de vida no espaço urbano na Favela da Rocinha em Feira de Santana na perspectiva dos moradores, optei pela metodologia de pesquisa qualitativa de cunho etnográfico. Opção feita por acreditar ser essa a forma de abordagem capaz de se aproximar de uma realidade social carregada de significados, sentidos e subjetividade, existentes no íntimo de cada sujeito social.

Entendo que este estudo se consolida a partir das interações sujeito-objeto, pesquisador-pesquisado numa relação dialética, trabalhando na perspectiva de apreender as relações sociais dos indivíduos em sociedade a partir do processo histórico, do dinamismo e da transformação. Minayo (2007) afirma que a metodologia qualitativa se aproxima da Dialética, pois busca a apreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade e esforça-se para entender o processo histórico em seu dinamismo, provisoriedade e transformação.

Para a operacionalização, apoei-me nos ensinamentos de Malinowski (1978), fruto de suas incursões às Ilhas do Pacífico Ocidental. Segundo esse autor, a etnografia, enquanto prática metodológica de pesquisa, apreende uma série de fenômenos de grande importância, relacionados à vida real. Esses fenômenos são registrados por meio da observação direta e através de entrevistas semielaboradas.

Para que uma pesquisa seja reconhecida como do tipo etnográfico, deve preencher os requisitos da etnografia que tem como premissas a observação das ações humanas e sua interpretação, a partir do ponto de vista das pessoas que praticam as ações. O uso da etnografia proporciona uma maior qualidade das informações sobre o grupo estudado, além de proporcionar uma interpretação dos dados com maior autonomia (MALINOWSKI, 1978).

Agindo conforme os princípios da abordagem qualitativa, pretendi construir o conhecimento mediante os questionamentos feitos aos sujeitos do estudo, a fim de compreender a realidade, associada aos conhecimentos teóricos já existentes sobre a problemática em questão. A abordagem qualitativa possibilita entender-se o

comportamento dos sujeitos envolvidos, incorporando a questão do significado e da intencionalidade como inerente aos atos, às relações e às estruturas sociais.

Quanto à relevância desse tipo de abordagem, Flick (2004, p. 17) destaca a sua adequação para o estudo das relações sociais pelo fato da pluralização das esferas da vida, afirmando que essa nova pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões. Sobre a pluralização de estilos de vida e de padrões de interpretação nas sociedades moderna e pós-moderna, a afirmação de Blumer (1969) apud Flick (2004, p.20) ganha relevância "postura inicial do cientista social e do psicólogo quase sempre carece de familiaridade com o que de fato ocorre na esfera da vida que ele se propõe a estudar".

Malinowski (1978) afirma que o objetivo da pesquisa etnográfica é de apreender o ponto de vista dos entrevistados, seu relacionamento com a vida, sua visão de **seu** mundo. E, nessa tarefa de estudar o homem devemos estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele.

5.2 FUNDAMENTOS DA ABORDAGEM QUALITATIVA DO TIPO ETNOGRÁFICA

A Etnometodologia refere-se ao campo de investigação. É o estudo de como os indivíduos compreendem e estruturam o seu dia-a-dia. Conforme Haguette (2007, p. 49):

> a Etnometodologia estuda e analisa as atividades cotidianas dos membros de uma comunidade ou organização, procurando descobrir a forma como elas se tornam visíveis, racionais e reportáveis [...] a etnometodologia se baseia no fato relatado... [...].

No sentido amplo, a pesquisa etnográfica pode ser definida como um processo sistemático de observar, detalhar, descrever, documentar e analisar o estilo de vida ou padrões específicos de uma cultura ou de uma subcultura para apreender o seu modo de viver em seu ambiente natural. Para ser classificada como etnográfica, é preciso que a pesquisa preencha requisitos da Etnografia e as suas premissas, a saber: observação das ações humanas e sua interpretação a partir do ponto de vista das pessoas que praticam as

ações. A Etnografia preocupa-se com o significado que tem, para as pessoas, as ações e os eventos e os grupos estudados.

Na abordagem etnográfica, o trabalho de campo é exaustivo e fundamental para revelar o objeto estudado. Flick (2004) refere à importância da observação e da participação de longo prazo no trabalho etnográfico, quando o pesquisador aproxima-se do sistema de representação, classificação e organização do universo estudado. O grande desafio da abordagem etnográfica é trabalhar o envolvimento e a subjetividade presentes nos sujeitos e no campo da pesquisa.

Eis aí as razões que explicam o uso da abordagem etnográfica no campo das pesquisas qualitativas, principalmente pelo que se interessam pelo estudo das desigualdades sociais.

5.3 CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

O campo de investigação na pesquisa qualitativa refere-se ao recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, ao recorte teórico correspondente ao objeto da investigação. Pode ser considerado como o **campo cirúrgico**[26], ou ainda o *lócus* da pesquisa.

O campo de investigação deste estudo é a Favela da Rocinha, inserida no Bairro Lagoa Grande, no município de Feira de Santana, localizada ao leste da cidade. A Rocinha é considerada um dos maiores assentamentos subnormais[27] do município, tanto em termos de população, como no que se refere à sua extensão.

A Rocinha conta, atualmente, com uma população de 11.362 habitantes, em sua maioria, jovens (53,11%); apresenta um quadro de baixa escolaridade (analfabetos 13,71%, com 1º grau incompleto 20,54%,), conforme dados do Relatório CONDER (2008).

O processo de ocupação da área iniciou ainda na década de 1970, de forma planejada, com a implantação de um núcleo habitacional popular numa área de uso institucional do Loteamento Parque Arnold Silva, a partir de uma iniciativa do PLANOLAR, com a distribuição de lotes e/ou material de construção. Entre 1977 e

26 **Grifos da autora a partir das considerações do Professor Fernando Pedrão.**
27 Tipologia de favelas e assemelhados, mocambos, palafitas.

1982, construíram-se 600 unidades, distribuídas em sete núcleos habitacionais populares na cidade. A Lagoa Grande constitui um desses núcleos.

Uma parte significativa da ocupação encontra-se numa área aterrada da lagoa, denominada Lagoa Grande, manancial que compõe a bacia do Rio Pojuca. Atualmente, a área apresenta como característica principal a subnormalidade devido à qualidade e à quantidade de habitações nessa situação. O elevado nível de insalubridade, além das implicações ambientais, coloca em risco a integridade física dos moradores e de seu patrimônio.

Trata-se de um espaço segregado em sua forma e tipo de moradia. São visíveis os contrastes que demarcam a Rocinha. Após várias visitas à localidade constatei que existe segregação dentro do próprio espaço segregado, o que denomino de **a periferia da periferia**. Considerando as disparidades e as desigualdades dentro de espaços distintos e ao mesmo tempo similares, dividi a Rocinha em três áreas que chamei de **subespaços**. Nessa divisão, levei em conta a **tipologia das moradias**, **formas de ocupação**, **infraestrutura** (calçamento, traçado das ruas sem demarcação), **índices de violência**, **organização do ambiente e a ação do Projeto de Intervenção Integrada dos governos federal e estadual (reurbanização com relocação de moradores) com recursos do PAC**. Cada subespaço compõe áreas fragmentadas e divididas, quer seja pela caracterização das moradias, e condições de infraestrutura, quer pelas relações de poder, violência, e estilos de vida dos moradores.

A **Rocinha I**, formada a partir da doação de terrenos pelo poder público municipal no início dos anos oitenta para a construção de moradias pelo processo de autoconstrução, na sua expansão, assumiu características de uma favela. **A Rocinha II** refere-se à área que pertencia à EMBASA e foi ocupada (invadida) há aproximadamente vinte anos por famílias que fugiam do aluguel e buscavam resolver a questão da moradia. Essa parte da favela possui moradias de alvenaria com reboco, e boa parte das ruas tem pavimentação. E, por fim, a área que chamo de **Rocinha III**, (objeto de Intervenção Federal – PAC) compreende a parte aterrada e praticamente a totalidade da extensão da Lagoa Grande, o que resta da Lagoa (lâmina d'água). Nesse espaço, a favela se (re) produz, a cada dia novas moradias são erguidas, sem qualquer controle ou fiscalização. A maioria dessas moradias está sobre a lâmina d'água e são fabricadas utilizando-se restos de construções, papelão, alumínio e plástico. A miséria e a exclusão econômica e social desse espaço refletem uma subnormalidade habitacional, com elevados níveis de violência e de segregação humana.

Essa parte da Lagoa Grande integra o Projeto de Intervenção que, através de parceria governo do Estado da Bahia e governo federal via Ministério das Cidades, com recursos do PAC, objetiva recuperar áreas degradadas com ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social. Essas moradias serão relocadas para uma área distante sete quilômetros do local onde atualmente estão construídas. Consta no projeto que os moradores receberão novas casas em uma área com infraestrutura de calçamento, rede de esgotamento sanitário, áreas de lazer, e equipamentos públicos necessários para o início de uma nova vida. Na sequência desta explanação, apresentarei dados socioeconômicos dos moradores da **Rocinha III.**

A figura 11 a seguir apresenta a divisão da Rocinha em subespaços I, II e III.

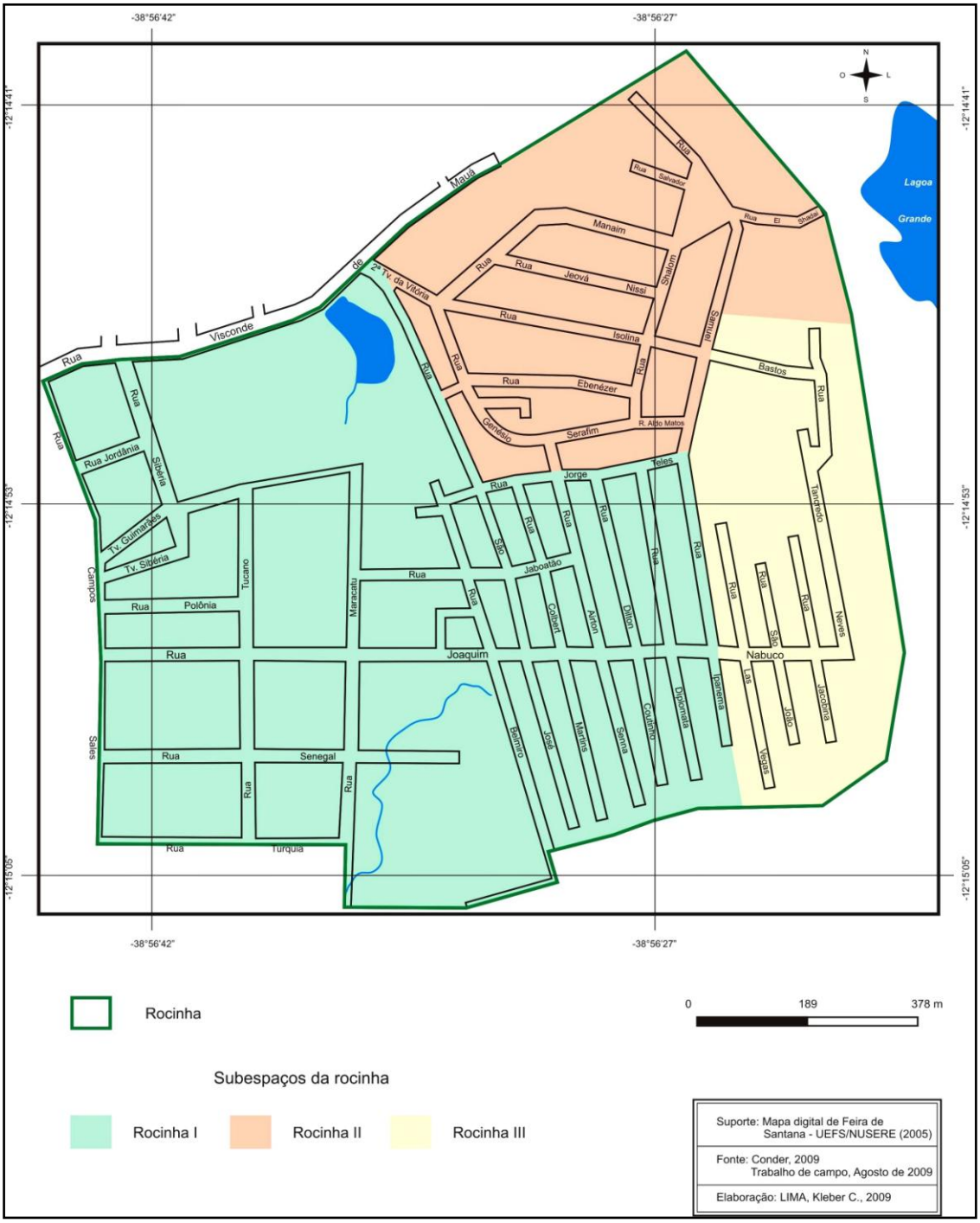

Figura 11 – Mapa da Divisão da Rocinha
Fonte: CONDER (2009).

Na **Rocinha I,** a tipologia das moradias é de padrão **precário**, o calçamento atende, apenas, a rua principal, os esgotos estão por todos os lados, o mau cheio, a sujeira e a lama fazem parte da paisagem, que denota abandono e precariedade. Essa é a parte mais violenta da favela, segundo depoimento dos moradores. Não há a predominância de uma religião. Verifica-se grande movimentação de pessoas

desocupadas, crianças sujas e nuas andando pelas ruas. Na área existe um comércio regular de drogas que se intensifica ao entardecer.

As moradias na **Rocinha II** são de alvenaria, na sua grande maioria com reboco, classificadas, segundo a tipologia da CONDER (1993) como **BOA**. Nesse local também encontramos moradias em estado **precário**, uma minoria, é verdade. Metade das ruas possui calçamento, o esgoto é canalizado das residências para a lagoa, as ruas são varridas, há coleta de lixo regular.

Na **Rocinha III,** o ambiente está totalmente degradado, as moradias encontram-se em **péssimas** condições. Produzidas com papelão, alumínio e restos de construção, erguem-se sobre a lagoa. São compostas, por, no máximo, dois vãos, sem cozinha e sem banheiro, com piso de terra batida. A água consumida vem da lagoa, sem qualquer tratamento, e a energia, de "gatos" feitos pelos moradores na rede oficial da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. (COELBA). As ruas, de traçado irregular, acumulam o lixo e a sujeira, com esgotos por todo lado. Nelas, verifica-se a presença de animais utilizados pelos carroceiros que habitam aquele local. A principal ocupação dos moradores é a reciclagem de materiais catados no centro da cidade.

5.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Especificamente para este estudo, optei pela **entrevista semiestruturada** por se tratar de um instrumento aberto que proporciona, ao entrevistador, amplo campo de interrogativas, decorrentes de novas hipóteses que vão surgindo, à medida que os informantes vão respondendo as questões propostas. A entrevista semiestruturada parte de um roteiro que deverá orientar a conversa com os entrevistados e, aos poucos, o pesquisador vai conhecendo o ponto de vista dos pesquisados sobre a problemática em questão.

Haguette (2007, p. 86) define a entrevista como um processo de interação social entre duas pessoas, na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações prestadas pelo outro, o entrevistado. E complementa: "as informações devem ser obtidas através de um roteiro de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com a problemática central e que deve ser seguida".

Através da entrevista, o pesquisador colhe informações contidas na fala dos atores sociais, logo, não deve ser encarada como uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que funciona como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa, que vivencia uma determinada realidade que está sendo focalizada.

Pretendendo um direcionamento, elaborei quatro roteiros de entrevistas. Com a perspectiva de conhecer mais profundamente o modo de vida dos moradores da Favela da Rocinha, utilizei o **APÊNDICE A** para realizar entrevistas com **moradores**[28] das áreas subdivididas, **Rocinha I**, **Rocinha II** e **Rocinha III**, buscando assim estabelecer relações de convergência, divergências, diferenças e similaridades acerca da compreensão dessas pessoas sobre o seu *habitar*, seus limites e possibilidades de vivência e sobrevivência naqueles subespaços, tentando encontrar respostas que determinem um modo de vida na favela.

Para as entrevistas com moradores, selecionados obedecendo aos critérios de representatividade[29] utilizei o **APÊNDICE A, B, C e D** dependendo da posição ou da função do entrevistado.

O **APÊNDICE B,** destinado aos líderes comunitários[30], abordou questões sobre o processo de formação e produção da Favela da Rocinha, os principais problemas, perspectivas, limites e possibilidades daquele sítio.

O **APÊNDICE C**, aplicado aos comerciantes, objetivou conhecer a visão dos comerciantes locais no que se referem as oportunidades e fragilidades existentes na Rocinha.

O **APÊNDICE D,** aplicado aos representantes religiosos[31], buscou conhecer a realidade do local a partir da reflexão desses representantes sobre as questões sociais, políticas, individuais e coletivas que permeiam as relações na Rocinha, as suas subjetividades, seus medos, seus anseios, desejos e sentimentos mais profundos. Os dados obtidos mediante as entrevistas referem-se diretamente à conduta e às representações sociais dos sujeitos entrevistados, isto é, suas atitudes e também seus valores e opiniões.

---

28 Pessoas comuns, que vivem o dia-a-dia da Rocinha.
29 Professora; funcionária de uma Escola; pastor evangélico; comerciante; morador mais antigo que participou do processo inicial de ocupação; agente de saúde.
30 São três as lideranças comunitárias: D. Sulamita, D. Alda e Sr. Edson.
31 Pastor.

Obtido o consentimento dos pesquisados as entrevistas, cada uma com duração de aproximadamente uma hora, foram gravadas e acompanhadas sistematicamente, conforme o roteiro. Além da gravação as falas dos respondentes foram cuidadosamente anotadas.

A outra técnica utilizada, como fonte primária foi a **Observação participante**[32], pois representa um processo de interação entre a teoria e os métodos dirigidos pelo pesquisador na sua busca de conhecimento não só da "perspectiva humana" como da própria sociedade. Durante três meses, fui à Rocinha três vezes por semana, inclusive, em feriados, sábados e domingos. Estive presente em reuniões da Associação, visitei moradias, enfim, vivi o cotidiano dos moradores, o que me possibilitou amplo conhecimento da realidade do local.

A técnica de coleta de dados me proporcionou condições de observar a Favela da Rocinha e seus moradores a partir de um roteiro livre. Como pressuposto, a observação participante exige do pesquisador um olhar constante sobre o objeto estudado. Malinowski (1978, p. 34) considera a observação como um dos elementos fundamentais da pesquisa etnográfica. Portanto, chama a atenção para a necessidade de se observar os imponderáveis da vida social "toda a estrutura da sociedade está incorporada no mais evasivo de todos os materiais, o ser humano". E acrescenta:

> o trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente , de um lado os resultados da observação direta e das declarações e interpretações dos entrevistados e, de outro as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso. (MALINOWSKI, 1978, p. 18).

A observação participante funciona como técnica em busca do sentido das coisas, objetivando a compreensão do funcionamento de um grupo. Para a sociologia, a observação funciona como um processo de interação simbólica[33] do dia-a-dia.

Os dados da observação foram registrados em um diário de campo. Pude então observar hábitos dos moradores, comportamentos, crenças, costumes, temores. O diário etnográfico, feito sistematicamente no curso da pesquisa, é o instrumento ideal para registrar os acontecimentos no decorrer do estudo. Segundo Malinowski (1978, p. 31),

---

32 Observação Participante. MINAYO, Maria Cecília de S. O Desafio do Conhecimento. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

33 Entendido como sentidos, definições e ações que indivíduos e grupos elaboram ao longo de um processo de interação. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento. 10 ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

nesse diário registramos “os aspectos imponderáveis da vida real e do comportamento típico” e acrescenta “devemos deixar que os fatos falem por si mesmos”.

Neste diário fiz registros importantes sobre a rotina diária dos moradores da Rocinha, sobre o espaço físico, das moradias, registrei falas e comportamentos dos entrevistados e os mais diversos modos de vida.

5.4.1 A Entrevista com o Grupo Focal

Na perspectiva de aprofundar questões que não tinham vindo à tona no momento das entrevistas, ainda, na busca pela confirmação de certas tendências das respostas elaboradas nas entrevistas, organizei um **GRUPO FOCAL** composto por sete mulheres, voluntárias, moradoras da Rocinha. Participaram desse conjunto três moradoras que haviam sido entrevistadas individualmente. As demais não haviam participado das entrevistas.

A decisão de compor o GRUPO FOCAL apenas por mulheres deve-se, principalmente, à disponibilidade dessas em participar de tal modalidade de pesquisa e à solicitação feita pelas mesmas, isto é, que no grupo não houvesse homens, pois assim elas se sentiriam mais à vontade para falar sobre determinadas questões. Como critério, estabeleci a participação nesse grupo de alguns informantes que fizeram parte do grupo II (moradores comuns).

A partir de uma pergunta central, suscitei a participação do grupo escolhido e coletei informações a respeito da minha investigação empírica. Servo (2001) assegura que o GRUPO FOCAL é uma técnica de pesquisa que permite a obtenção de dados de natureza qualitativa em sessões grupais nas quais indivíduos compartilham um traço comum e discutem vários aspectos de um tema específico, constituindo-se como um dos foros facilitadores da expressão de características psicológicas e culturais. Pichon-Rivière (2005, p. 159) define GRUPO FOCAL como

> um conjunto restrito de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe explicita ou implicitamente uma tarefa, e que constitui seu objetivo ou finalidade.

Formado o grupo, escolhi, para local de reunião, a Associação dos Moradores da **Rocinha II**, e, sob o olhar "curioso" da Líder Comunitária, conduzi os trabalhos com a ajuda de uma Assistente Social que gravava as falas e fazia as observações escritas à medida que eu conduzia as perguntas, redirecionado-as quando necessário.

Relativo ao GRUPO FOCAL, elaborei as seguintes questões norteadoras:

1. Como é a sua vida na Rocinha? Quais sentimentos tem pelo local? Por que veio parar aqui? Como sobrevive? Do que mais sente falta?

5.5 SUJEITOS DO ESTUDO

Figuram como sujeitos deste estudo: **a)** nove moradores da Rocinha escolhidos conforme critérios de representatividade na comunidade: **Comerciante** (um); **Líderes Comunitários** (três); **Agente de saúde** (um); **Pastor de Igreja Evangélica** (um); **Professor de ensino fundamental** (um); **Funcionária da escola** (uma) **e o morador mais antigo do local.** Na escolha desses indivíduos, levei em consideração o fato de serem moradores e membros de um grupo representativo perante a maioria dos habitantes da localidade. **b) Mulheres componentes do Grupo Focal** (sete). E mais **dezoito moradores** que denominei de sujeitos comuns, os quais, durante o processo de **observação participante** demonstraram interesse em contribuir com a pesquisa, encaixavam-se nas condições de moradores das áreas subdivididas da Rocinha e suas falas traduziam em maioria depoimentos coletados nas entrevistas realizadas no inicio da pesquisa quando entrevistei aproximadamente cem moradores. A escolha dos participantes aconteceu de forma intencional. Acredito que o importante, na pesquisa qualitativa não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm em função do que busquei com a pesquisa.

A pesquisa etnográfica não requer a priori determinar o tamanho da amostra, pois o princípio que a norteia é o da qualidade dos dados, ou seja, a precisão que se retrata o contexto como um todo. Minayo (2007) considera aplicáveis à pesquisa etnográfica:

a) a inclusão de informantes que possuem conhecimentos sobre o que o pesquisador pretende explorar;

b) abrangência do número de informantes, de forma a permitir reincidência de informações, sem desprezar os que trazem informações ímpares, cujo potencial deve ser considerado;
c) diversificação dos informantes com a finalidade de apreender semelhanças e divergências;
d) inclusão de locais e grupos de observação e informação, que possibilitem informações e retrato do conjunto das experiências e expressões que se pretende explorar na pesquisa.

Resumindo, os envolvidos nesta pesquisa formam um total de trinta e quatro sujeitos, distribuídos em grupos:

Grupo I: Moradores da Rocinha segundo, critério de representatividade (nove);

Grupo II: Moradores (sujeitos comuns), conforme área pesquisada (dezoito);

Grupo III: Participantes do Grupo Focal, mulheres (sete);

Os respondentes estão identificados como Entrevistado 1...2...3. No momento da entrevista e designação de como seriam identificados, percebi todo um universo simbólico que rodeava cada um dos entrevistados. Pensamos, inicialmente, na construção de arquétipos, nomes fictícios que fossem além da imaginação de cada um. Por fim, ficou decidido que a identificação se daria conforme esclarecido.

O quadro 3 apresenta a caracterização dos sujeitos pertencentes ao **Grupo I,** quanto à identificação, origem, escolaridade, tempo de moradia, ocupação, tipologia da habitação, área de moradia, número de filhos e condição conjugal.

Nos quadros 4 e 5, encontra-se a caracterização dos demais sujeitos envolvidos na pesquisa de campo (moradores da Rocinha que classifiquei de sujeitos comuns, e, os componentes do GRUPO FOCAL).

Identificação	Origem/ Procedência	Tempo de moradia na Rocinha	Escolaridade	Representação na Comunidade	Tipologia da Habitação	Identificação do local	Número de filhos/estado civil
Ent. 01	Feira de Santana	25 anos	Primeiro grau incompleto	**Líder Comunitária**	Boa (alvenaria com reboco)	Rocinha II	06 filhos / separada
Ent. 02	Feira de Santana	30 anos	Primeiro grau incompleto	**Líder Comunitário**	Boa (alvenaria sem reboco)	Rocinha III	13 filhos / casado
Ent 03	Feira de Santana	30 anos	Primeiro grau incompleto	**Líder Comunitária**	Precária (alvenaria com reboco)	Rocinha I	07 filhos / casada
Ent. 04	Feira de Santana	12 anos	Segundo grau completo	**Agente de Saúde**	Alvenaria com reboco, pintada com piso de cerâmica	Rocinha II	02 filhas / casada
Ent. 05	Feira de Santana	10 anos	Primeiro grau completo	**Pastor**	Alvenaria com reboco	Rocinha II	Sem filhos / casado
Ent 06	Feira de Santana	10 anos	Primeiro grau incompleto	**Comerciante**	Alvenaria com reboco	Rocinha I	Solteiro/sem filhos
Ent 07	Feira de Santana	06 anos	Superior Completo	**Professora da Escola Helena Assis**	Alvenaria com reboco	Rocinha I	02 filhos / casada
Ent 08	Feira de Santana	03 anos	Segundo Grau completo	**Secretaria da Escola Helena Assis**	Alvenaria com reboco	Rocinha I	03 filhos/casada
Ent 09	Conceição de Coité	35 anos	Primeiro grau incompleto	**Morador mais antigo**	Alvenaria com reboco	Rocinha II	04 filhos/casado

Quadro 3 – Grupo I: Caracterização dos sujeitos segundo representatividade: comerciantes, agente de saúde, professor, morador mais antigo e as lideranças comunitária e religiosa, participantes do estudo. Feira de Santana-Ba, junho a agosto de 2008
Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de fevereiro a março de 2009.

Identificação	Origem/ Procedência	Tempo de moradia na Rocinha	Escolaridade	Ocupação	Tipologia da habitação	Número de filhos/estado civil
Local: Rocinha III (área alagada)						
Ent 10	Ipirá-Ba	04 anos	Primeiro grau incompleto	Catadora de material para reciclagem	Precária (alvenaria sem reboco)	04 filhos / separada
Ent 11	Senhor do Bonfim	04 meses	Primeiro grau incompleto	Dona de casa	Precária (alvenaria sem reboco)	10 filhos / viúva
Ent. 12	Feira de Santana	14 anos	Primeiro grau incompleto	Pedreiro/Desempregado	Precária (alvenaria sem reboco)	06 filhos / casado
Ent. 13	Amargosa	20 anos	Primeiro grau incompleto	Dona de Casa	Precária (alvenaria sem reboco)	06 filhos / casada (04 netos)
Ent. 14	Feira de Santana (outra favela)	15 anos	Primeiro grau incompleto	Biscateiro	Precária (alvenaria sem reboco)	06 filhos / casado
Ent. 15	Terra Nova	06 anos	Primeiro grau incompleto	Carpinteiro	Péssimo (restos de madeira, isopor e papelão)	Sem filhos / viúvo
Local: Rocinha II						
Ent. 16	Ceará	12 anos	Segundo grau incompleto	Lavadeira	Alvenaria com reboco, pintada, com piso de cerâmica	03 filhos / casada
Ent. 17	Coração de Maria	15 anos	Primeiro grau incompleto	Desempregada	Alvenaria sem reboco	02 filhos / separada
Ent. 18	FSA	15 anos	Segundo grau completo	Dona de casa	Alvenaria com reboco	04 filhos / casada
Ent 19	Feira de Santana	10 anos	Segundo Grau incompleto	Cozinheira	Alvenaria com reboco	03 filhos / separada
Ent 20	Feira de Santana	31 anos	Primeiro grau incompleto	Pensionista	Alvenaria com reboco, pintada, com piso de cerâmica	06 filhos / viúva
Ent 21	Feira de Santana	18 anos	Primeiro grau completo	desempregada	Alvenaria com reboco, pintada, com piso	03 filhos / casada
Local: Rocinha I						
Ent 22	Feira de Santana	30 anos	Analfabeta	Dona de casa	Alvenaria com reboco	06 filhos / casada
Ent 23	F. de Santana	20 anos	Primeiro grau incompleto	Informal	Alvenaria sem reboco	05 filhos /separado

Identificação	Origem/ Procedência	Tempo de moradia na Rocinha	Escolaridade	Ocupação	Tipologia da habitação	Número de filhos/estado civil
Ent. 24	Feira de Santana	15 anos	Primeiro grau incompleto	Mercado Informal	Alvenaria sem reboco	Solteiro/05 filhos
Ent. 25	Amargosa	15 anos	Primeiro grau incompleto	Feirante	Alvenaria sem reboco	05 filhos / viúva
Ent. 26	Serra Preta	18 anos	Primeiro grau incompleto	Diarista	Alvenaria com reboco	Solteira/sem filhos
Ent. 27	Feira de Santana	03 anos	Primeiro grau incompleto	desempregada	Alvenaria sem reboco	10 filhos / companheiro

Quadro 4 – Grupo II: Caracterização dos moradores da Rocinha (sujeitos comuns), participantes do estudo. Feira de Santana-Ba, junho a agosto de 2008
Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de junho a agosto de 2008.

Nome	Origem/ Procedência	Tempo de moradia na Rocinha	Escolaridade	Ocupação	Tipologia da habitação	Identificação do local	Número de filhos/estado civil
Ent. 28	Ipirá-Ba	04 anos	Segundo grau incompleto	Estudante	Precária (alvenaria com reboco)	**Rocinha II**	Solteira
Ent. 29	Feira de Santana	14 anos	Analfabeta	Pensionista	Precária (alvenaria sem reboco)	**Rocinha II**	03 filhos/casada
Ent. 30	Itaberaba	03 anos	Primeiro grau incompleto	Cozinheira (sem carteira assinada)	Precária (alvenaria sem reboco)	**Rocinha II**	03 filhos/casada
Ent. 31	Feira de Santana	10 anos	Segundo grau incompleto	Cozinheira	Precária (alvenaria cem reboco)	**Rocinha II**	03 filhos / separada
Ent. 32	Ceará	12 anos	segundo grau incompleto	Lavadeira	Péssimo (restos de madeira, isopor e papelão)	**Rocinha III**	03 filhos adolescentes /separada
Ent. 33	Feira de Santana	13 anos	Analfabeta	Empregada doméstica (sem carteira assinada)	Precária (Alvenaria com reboco)	**Rocinha II**	03 filhos / casada
Ent. 34	Feira de Santana	10 anos	Segundo grau incompleto	Empregada doméstica (sem carteira assinada)	Precária (alvenaria com reboco)	**Rocinha I**	Solteira

Quadro 5 – Grupo III: Caracterização dos componentes do grupo focal, participantes do estudo. Feira de Santana-Ba, junho a agosto de 2008
Fonte: pesquisa de campo realizada no período de maio a agosto de 2008.

5.6 O CAMINHO PERCORRIDO PARA COLETAR OS DADOS

Após os primeiros contatos com as lideranças da Rocinha em fevereiro de 2008, estabeleci um cronograma de visitas, visando conhecer todo o espaço da favela e assim realizar a observação direta (participante). No período de março a agosto de 2008, estive na localidade três vezes por semana, dias alternados, inclusive sábados, domingos e feriados. O processo de observação durou três meses, período em que pude apreender muito do cotidiano dos seus moradores e, assim, delinear de forma mais concreta meu objeto de estudo. Posterior aos três primeiros meses da observação, iniciei as entrevistas com os sujeitos selecionados para a pesquisa. De início, realizei uma média de cem entrevistas seguindo o critério de ouvir moradores de cada subespaço que eu havia definido. Ao analisá-las, constatei que o conteúdo das mesmas em muito pouco se diferenciava, razão por que decidi selecionar dezoito cujo autores classifiquei como sujeitos comuns.

Parte das entrevistas ocorreu no período de junho a agosto de 2008 **(Grupo II e Grupo III)**. Todas foram feitas por esta pesquisadora, conforme calendário estabelecido conjuntamente com as lideranças da favela. Em 2009, retornei, precisamente nos meses de fevereiro e março, para entrevistar os sujeitos do **Grupo I.** Em agosto de 2009 um novo retorno, dessa vez, acompanhada por um geógrafo para colher dados que subsidiariam a confecção dos mapas apresentados neste estudo.

O meu acesso à Rocinha dava-se sempre com a cobertura de líderes comunitários de cada subespaço. O histórico de violência e o forte comércio de drogas fazem daquela área um espaço violento que requer cuidados da parte de quem nele adentra. Muitas vezes fui acompanhada, de longe, por representantes do tráfico de drogas, que chegavam a me abordar com questionamentos a respeito do que estava ali realizando.

As entrevistas eram realizadas nos turnos da manhã e da tarde, durante a semana. Aos sábados e domingos, a minha permanência nunca excedia às 16 horas, a partir de quando a movimentação naquele sítio sofre alterações em função do comércio de drogas que começa a se estabelecer. No momento das entrevistas, ficávamos apenas o entrevistado e eu, o que não impedia que vizinhos e curiosos chegassem até a moradia, local onde acontecia a entrevista procurando obter informações acerca do que estava acontecendo, e muitos queriam dar opiniões sobre o viver na Rocinha. Quando isso

acontecia, eu explicava que as entrevistas eram individuais e chegaria o momento em que eles, “os visitantes”, poderiam falar.

As entrevistas seguiram o roteiro estabelecido e foram gravadas, após permissão dos participantes, para posterior transcrição no momento da análise. A cada um dos envolvidos, explicava a razão da entrevista antes de realizá-la. Muitas vezes éramos interrompidos por membros da família que queriam opinar a respeito dos questionamentos. Cada entrevista durava, no máximo, uma hora, o que tornava possível realizar quatro a cada turno. A transcrição das falas permitiu-me obter um conjunto de informações a serem apresentadas nos resultados da pesquisa após cuidadosamente analisadas.

A composição do GRUPO FOCAL somente foi pensada após a realização das entrevistas, quando eu já conhecia a história dos moradores, seus desejos, sentimentos e aspirações. A reunião com os componentes do referido grupo aconteceu no dia 23 de agosto de 2008, à tarde, sábado e se entendeu por aproximadamente três horas.

Meu retorno à Rocinha em 2009 deveu-se, principalmente, à necessidade de aprofundar o conhecimento quanto à compreensão do cotidiano daqueles moradores a partir da visão de sujeitos cuja resposta fosse representativa considerando a totalidade da população investigada. Assim, voltei a fazer contato com a líder comunitária da Rocinha II, e marcamos as entrevistas para os dias 21 e 28 de março. Realizei novas entrevistas com informantes, escolhidos segundo os critérios de representatividade: 1) morador mais antigo 2) comerciantes do local; 3) representação religiosa; 4)agente de saúde; 5) representantes da escola: professor e funcionário.

5.7 MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados empíricos utilizei o método da Análise de Conteúdo assim definida por Bardin:

> Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos ás condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1979, p. 42).

Segundo Minayo (2007), a Análise de Conteúdo diz respeito a técnicas que tornam replicáveis e válidas inferências sobre dados de um referido contexto, isto por meio do processo de inferência. Do ponto de vista operacional a análise de conteúdo parte das falas e depoimentos dos entrevistados atingindo um nível de maior profundidade que ultrapassam os sentidos manifestos no material recolhido nas entrevistas.

Dentre as modalidades de Análise de Conteúdo utilizei a Análise Temática ou Categorial. Para Bardin (1977, p. 36):

> A análise das categorias pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a freqüência de presença (ou ausência) de itens de sentido. [...] É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas constitutivas da mensagem.

Tema visto como uma unidade de significação que se liberta naturalmente do texto analisado segundo critérios relativos à teoria que servirão de guia tanto para a leitura quanto para a análise dos dados empíricos. Para Minayo (2007) fazer uma analise temática/categorial é descobrir os núcleos dos sentidos que compõem uma comunicação, cuja presença ou freqüência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado.

A técnica de análise de conteúdo pressupõe algumas etapas, definidas por Bardin (1977) como: pré-análise; exploração do material ou codificação; tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

O primeiro passo é a pré-análise que tem o objetivo de sistematizar as idéias e organizar o material coletado, com a missão de escolher os documentos a serem analisados e escolhidos através de uma leitura dinâmica e seletiva para a interpretação dos dados. Bardin (1977) ressalta a importância da transcrição do material coletado, que deve ser de forma fidedigna transcrito.

É um momento crucial para o pesquisador, pois é uma fase de organização do material coletado e a sua posterior sistematização para a construção do quadro de análise. É através de uma leitura flutuante e repetida que vão ser verificadas as falas convergentes e diferentes.

O segundo passo é a fase de exploração do material, é o momento em que o pesquisador administra de forma sistemática as decisões a serem tomadas para a análise.

E a terceira fase é o tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos dados, o pesquisador não deve ficar preso a modelos prontos e acabados o inesperado vindo à tona deve ser levado em consideração se for relevante para a pesquisa. De acordo com Bardin (1979, p. 101) "[...] o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas [...]".

5.7.1 Ordenação, Classificação e Análise dos Dados

O **primeiro passo** constitui uma (re) leitura do meu diário de campo, instrumento utilizado durante a observação direta. Durante todo tempo em que estive na Rocinha, fiz anotações a respeito do ambiente, da movimentação das pessoas, seus ritmos e ritos. Porquanto optei por uma metodologia qualitativa, essas anotações serviram como fonte de dados para descrever meu objeto de estudo, compreender o cotidiano dos moradores buscando apreender os sentidos das coisas. Essa etapa serviu de apoio para a análise dos dados a partir das entrevistas realizadas.

O **segundo passo** consistiu da transcrição das falas dos moradores durante as **entrevistas** gravadas no período de junho a agosto de 2008, como também, das entrevistas realizadas em um segundo momento, durante dois meses de fevereiro e março de 2009. Após a transcrição e digitação das entrevistas, fiz uma leitura e análise dos seus conteúdos buscando identificar os **núcleos de sentidos**[34] e as categorias, a saber: O espaço e a moradia (*habitar*) e o cotidiano na Rocinha.

No **terceiro passo**, já definidos os **núcleos de sentido,** fiz a filtragem dos temas mais relevantes inerentes ao objeto de estudo, ao problema de pesquisa, ao objetivo geral e aos pressupostos teóricos. Os dados que estavam fora do material de estudo foram descartados.

A partir da frequência das falas lancei mão das convergências, das divergências e do que era "diferente e complementar". Após a triangulação dos dados, elegi as seguintes **categorias de análise: O Viver na Rocinha: (Des) Encantos de um lugar fora das ideias**; **O Imaginário dos Moradores da Rocinha: sonhos, desejos e**

34 "o que dá sentido as representações das falas ou outras formas de expressão, relacionadas ao objeto de estudo." (MINAYO, 2007).

aspirações em um cotidiano cheio de (in) certezas. Estabelecidas às categorias busquei nos depoimentos dos entrevistados palavras ou temas que se repetissem e assim dividi essas categorias de analise em temas que são discutidos a partir da interpretação das falas dos moradores.

Nesse momento da análise, empenhei-me em desvendar o conteúdo latente dos textos, numa tentativa de compreender o objeto de estudo. Articulei a observação participante com os depoimentos dos sujeitos entrevistados buscando a mediação e a compreensão como o referencial teórico, destacando as falas dos entrevistados, que estão inseridas no corpo do trabalho e transcritas *ipsi literis*, identificando o grupo e o número de cada entrevistado. As anotações que fiz no meu diário de campo durante as minhas idas à Rocinha serviram como observatório para que eu pudesse apreender realidades do cotidiano daqueles moradores e, portanto, no momento da análise dos dados fosse possível me inserir, enquanto sujeito deste estudo, no contexto da realidade estudada.

6 O QUADRO DESCRITO PELA PESQUISA DE CAMPO: AS VOZES DOS MORADORES DA FAVELA DA ROCINHA

Neste Capítulo, procedo a análise e a discussão dos dados empíricos a partir das categorias e subcategorias de análise estabelecidas. O objetivo é discutir a moradia na Rocinha a partir da realidade local onde estão imersos os sujeitos da pesquisa, buscando compreender esse espaço à luz observação participante e dos depoimentos dos entrevistados.

6.1 O VIVER NA ROCINHA: (DES) ENCANTOS DE UM LUGAR FORA DAS IDEIAS

A fala inicial dos moradores deixa ver um histórico de luta pela sobrevivência diária e pela busca da moradia própria. A pobreza e o desemprego configuram-se em sombras angustiantes que os seguem cotidianamente. Histórias de vida, saudade da terra natal, o sonho da moradia própria, a preocupação com os filhos, a precariedade do local onde vivem assim como as condições da moradia são os temores presentes em cada relato

a) O Habitar: O Espaço e a Moradia - violência e preconceito

A moradia representa uma necessidade básica do homem desde os primórdios da civilização, quando os primatas recorriam às cavernas e às árvores em busca de proteção, de abrigo. Quando o homem passa a viver em sociedade, surgem novas formas de convivência humana que caracterizam um novo espaço habitado, as cidades. Nesse novo ambiente, a habitação continua a ter função de abrigo, porém, já acrescida da função econômica de propiciar a reprodução da força de trabalho.

A Agência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (HABITAT) define a habitação adequada como sendo aquela que apresenta requisitos mínimos de estrutura física apropriada, devendo oferecer segurança física para seus ocupantes, conter serviços essenciais voltados para o conforto, saúde e nutrição sem desconsiderar

abastecimento de água, serviços de esgoto. A acessibilidade representa, também, um critério indispensável à boa moradia (ABIKO, 1995), ou seja, a localização deverá permitir acesso aos serviços públicos, tais como, escola, segurança, serviços de saúde e proximidade ao emprego. Abiko (1995) atribui, ainda, à habitação, a função de espaço ocupado pela população depois e antes do enfrentamento de uma nova jornada de trabalho. A moradia a partir das concepções de abrigo, local seguro para o retorno do trabalho, um espaço apropriado, o "*habitar*". A beleza do habitar vista por Heidegger[35] "ocupação muito simples e que, no entanto, praticada em sua verdade, dá acesso ao ser autentico. [...] o habitar fundamenta o homem". Pensando moradia dentro de um conceito de lugar como visto em Certeau (1994, p. 124).

> a moradia é justamente a casa, memória silenciosa e determinante que se estabelece na teoria sob a metáfora do *habitus* e que, além disso, aporta à suposição de um referencial, uma aparência de realidade A casa dá ao *habitus* a sua forma, não, porém o seu conteúdo.

Habitus por mim compreendido como um modo de vida do morador da favela da Rocinha, e a este modo de vida é possível qualificá-lo com uma série de atributos e práticas especificas recheadas por símbolos e de representações subjetivas. *Habitus* como "[...] expressão de uma realidade suposta" [...] (CERTEAU, 1990, p. 26).

A casa é o espaço onde o sujeito se cria, se inventa e reinventa. O espaço onde o sujeito se sente seguro acolhido e assim o sujeito se constrói e se sustenta. A moradia para o habitante da Rocinha tem significados e linguagens próprias que ora se consolidam como um modo de vida ora se traduzem em vida e dignidade humana. Bachelard (2008, p. 24-25) afirma que: "a imagem da nossa casa também é a nossa imagem" [...] "estas imagens estão em nós assim como nos estamos nelas". A casa abriga o homem e, também as lembranças da vida. "A casa integra os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem, através do devaneio". "A casa sustenta o homem na vida, nas intempéries e nos sonhos" [...] "ela é corpo e alma... é o primeiro mundo do ser humano".

Os moradores da Rocinha consideram uma grande vitória o fato de possuírem uma casa própria, mesmo que esta esteja em condições caóticas. Não pagar aluguel ou não viver de favor significa a realização de um dos seus maiores sonhos, uma conquista que lhes custou muitas lutas e privações. Segundo relatos, para erguer a moradia muitos

35 Citado em Feltmann (2002). Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós- graduação da Fundação Osvaldo Cruz.

reduziam o número de refeições diárias, ou apenas comiam para sobreviver[36]. Ter uma casa própria significa alcançar um desejo íntimo e adquirir segurança para toda a família.

Os moradores da Rocinha vivem um cotidiano de dificuldades, estas dificuldades muitas vezes fazem com que eles reflitam sobre o verdadeiro significado de viver em um ambiente hostil, onde quase sempre falta tudo, longe de sua terra natal, numa vida de sacrifícios em busca da casa própria. Nestes momentos, a posse da casa ainda é um elemento que os traz à realidade e que os faz sentirem-se acolhidos e numa situação diferente daqueles que não têm moradia própria.

Os depoimentos dos sujeitos entrevistados ratificam a afirmação. É o caso, por exemplo, da Entrevistada número 10, Grupo II, 28 anos, nascida em Ipirá, separada do marido que veio para Feira de Santana na esperança de dias melhores. Mãe de sete filhos cuida apenas de quatro, os outros, segundo ela, estão pelo mundo, desde que chegou foi viver na Rocinha em uma outra rua, separou-se do marido e então construiu a atual moradia na área da lagoa (**Rocinha III**) com ajuda do ex-marido, em um terreno doado, utilizando restos de construção. Em apenas um vão construído e residem ela e os quatro filhos. Não há divisão de cômodos, o piso é de terra batida. Não há banheiro nem tampouco sanitário.

> A casa que construí foi com ajuda do meu ex-marido, lá em Ipirá não estava bom. Faltava o que comer. A roça não vingava... morria tudo que plantava. Vim para Feira com meus quatro filhos... os outros três deixei com parentes, conhecidos e até desconhecidos.. não tinha como criá-los. Aqui fui viver de aluguel com meu marido. Não deu certo morar mais com ele, separamos e ele me ajudou a fazer esta casa. É tudo que tenho, mas aqui tem rato dos grandes, nas panelas, nos colchões, roem os pés das crianças. Tem até cobras. Não pago aluguel a casa é minha, mas falta tudo.
> Minha vida aqui é muito ruim, gostaria de voltar para minha terra, aqui trabalho de sol a chuva e o ganho é pouco, mal dá para comer, ganho R$50,00 por semana, quando dá isso. Meus filhos vão comigo para catar material nas ruas, ficam comigo quatro horas por dia trabalhando, comem pouco e o resto do dia ficam na escola. Não deixo sozinhos em casa, tenho medo da violência. Em Ipirá tenho família, mas não tinha ganho, nem moradia, vivia de favor. Não podia pagar aluguel. Vim pra cá na tentativa de melhorar, ter uma casa própria, mas agora quero voltar, não agüento mais essa vida de sacrifícios, falta de tudo. Quero uma vida melhor para meus filhos. (Ent. 10/Grupo II).

Quando indagada sobre o que mais gosta na casa e o que gostaria de mudar na sua casa, a entrevistada é enfática:

---

36 Uma refeição por dia.

> Moça, hoje não tenho muito, falta mais cômodos, água, luz, piso, queria ter uma cama para meus filhos, dormimos juntos todos, também queria uma geladeira, a comida perde, fica ruim. Tudo é salgado, as crianças passam mal. Também queria ver minha casa rebocada e pintada. (Ent.10/Grupo II).

Situação semelhante é verificada na história da Entrevistada de número 2, pertencente Grupo II, uma senhora com 54 anos, viúva, nascida em Senhor do Bonfim-BA, ocupou recentemente a área da Lagoa, precisamente há quatro meses, quando finalmente conseguiu a casa própria. Vivia em uma outra favela (Gabriela), de aluguel, teve dez filhos, apenas uma filha e uma neta moram com ela. Comprou o terreno e foi aos poucos construindo. O estado da moradia é precário, o chão é de terra batida, sem reboco, são três vãos construídos de forma desordenada. Quando perguntada sobre a moradia e o viver na Rocinha a entrevistada revela:

> Quando cheguei aqui neste local era água e lama, muito mato e taboa, os vizinhos ajudaram a roçar o matagal, aterramos e com a ajuda de colegas ergui a casa, é de pobre, mas é um teto que tenho, não preciso pagar todo mês, minha renda é pouquinha, não sobrava nada depois do aluguel. Ganho para comprar o alimento e já passei muita fome. Com a casa própria sobra para o remédio. Na minha casa gosto de tudo, queria ter portas de madeira, e móveis. O pior daqui é este esgoto que é uma praga, traz bichos e muriçocas. Aqui só não é melhor porque quando chove inunda tudo, a gente não pode passar, a água chega ao joelho e entra nas casas. (Ent. 2/Grupo II).

Componente do Grupo Focal, a entrevistada de número 29, 50 anos, cursou até a 4ª série do primeiro grau. Tem um companheiro que trabalha no mercado informal e atualmente, apresenta problemas de saúde. Com três filhos adolescentes, é beneficiária da Bolsa Família, uma filha é portadora de deficiência; recebe o Benefício de Prestação Comunitária (BPC) afirmou:

> Tenho orgulho de morar aqui. Gosto da minha casa, só falta terminar de construir. Antes era tudo lama e sujeira, melhorou muito. Hoje não quero sair daqui. Não tenho dificuldades para viver, o ganho dá para sustentar a minha família. Gostaria de ter uma casa mais arrumada. Mas só de não pagar aluguel compensa. Não quero sair daqui para ir viver muito longe. (Ent. 29/Grupo III).

Os depoimentos das entrevistadas do Grupo Focal apresentam similaridades no que se refere à importância da moradia e ao viver na Rocinha. Há um indicativo de que as perspectivas de uma moradia própria levariam essas pessoas a mudarem para a

favela. Associado a essa razão tem-se um histórico de desemprego e o problema do custo do aluguel.

Sobre as razões pelas quais as pessoas teriam mudado para a favela, o depoimento da entrevistada de número 31 é contundente:

> A maioria não tinha moradia, viviam de favor ou de aluguel. Muitas ficaram sem emprego. Outros vieram de fora. A maioria daqui mesmo de Feira. Um vem traz o amigo, e os familiares também. Para construir a casinha a gente se vale da ajuda dos colegas que dão uma mãozinha na hora de colocar levantar. (Ent. 31/Grupo III).

O depoimento da entrevista de número 20, componente do Grupo II (Rocinha II), revela decepções e desencantos com o lugar. Residente na Rua Maracatu, 58 anos, cursou até a 5ª série, tem seis filhos, mora na Rocinha há trinta anos, natural de Cansanção interior da Bahia, atesta a sua insatisfação com a casa por terminar e com o local onde reside. A fala da moradora alterna resignação e fatalismo:

> Morava no bairro Ponto Central, vim pra cá porque morava de aluguel, Escolhi aqui porque o terreno era barato para comprar. Fiz minha casa com ajuda dos vizinhos. Quando chequei era só mato e água. Se pudesse iria embora. Não gosto da minha casa, falta piso, falta tudo. Não consegui nada do que queria para a minha vida. Aqui perdi meu bem mais precioso, a minha filha foi morta. (Ent. 20/Grupo II).

Os depoimentos a seguir são elucidativos quanto ao processo de apropriação do espaço, da construção da moradia e sentimentos sobre o viver na Rocinha:

> Quando casei meu marido morava aqui. Ele já tinha a casa, aumentou para o casamento, os cômodos foram construídos aos poucos. Quando cheguei era tudo feio. Até hoje falta piso. Se pudesse mudaria. Queria uma casa com forro. Aqui quando chove molha tudo. O lugar é sujo e tem muita lama. (Ent. 17/Grupo II, natural de Coração de Maria, há trinta anos vive na Rocinha II).

> Vim de Amargosa com a minha família. Vim para Rocinha para sair do aluguel. Escolhi aqui por que era invasão, o terreno é mais barato e perto do trabalho. Comprei minha casa de outra pessoa, ainda em construção. Se eu pudesse voltaria para Amargosa. Tenho saudades dos meus parentes. Me sinto mal por morar aqui. É violento. Parece que vamos mudar para outro lugar (PAC). Não quero ir, aqui não pago ônibus. (Ent. 13/Grupo II, 53 anos, antes morava no bairro CASEB em Feira de Santana, feirante (Feira da Estação Nova), reside no local há quinze anos).

Os depoimentos dos entrevistados 17 e 13 revelam o desejo de sair da Rocinha em busca de uma moradia melhor num espaço mais limpo e sem violência. No entanto

se resignam em permanecer no local, pois, têm consciência que ao saírem de onde estão voltarão para o aluguel. Ambas vieram de cidades do interior da Bahia em busca da casa própria, fato comum na Rocinha o que confirma a atração que Feira de Santana exerce sobre os migrantes aqui chegam a busca uma vida melhor.

> Lá onde eu morava era melhor. Mas pagava aluguel, Vim morar aqui através de Liderança Comunitária. Não escolhi o lugar achei e pronto, fui construindo aos poucos, o terreno foi cedido. Quando cheguei era mato e água. Aterrei e fiz o alicerce da casa. Se pudesse não ficaria aqui. Me orgulho da minha casa, falta a laje. Acostumei a viver aqui, não gosto muito, mas é o jeito né moça? Aqui falta tudo – escola, segurança, pavimentação, creches, rede de esgoto. Quando digo que moro na Rocinha sou discriminado. Falam: É perigoso. (Ent. 2/Grupo I, morador da Rocinha III há quatorze anos, pedreiro, antes morava no Bairro Jardim Cruzeiro).

> Foi doação moça, não tinha condições de comprar em outro local. Fiz minha casinha com muita dificuldade com a ajuda de muita gente (autoconstrução). Me orgulho de ter o meu barraco (diz se referindo a casa onde mora). Tenho banheiro, falta o sanitário. Não pago aluguel. Quando falo que moro na Rocinha as pessoas dizem que é violento. Aqui falta tudo: escola, transporte, limpeza, rede de esgoto, pavimentação. Mas não quero mudar – meus amigos moram aqui. Meu sonho é morar na Getúlio Vargas (grande Avenida da cidade). (Ent. 14/Grupo II, 44 anos, natural de Feira de Santana, é biscateiro, mora na Rocinha há 15 anos, antes morava no bairro Estação Nova).

Durante o período de observação participante pude perceber que o viver na Rocinha para alguns dos seus moradores alterna, satisfação pela casa própria e, a decepção devido aos problemas relatados por eles, em viver num espaço segregado onde falta o mínimo; as condições de habitabilidade são precárias e, o preconceito contra esses moradores é fato. As falas dos entrevistados 14 e 22 confirmam o que foi por mim observado, quando revelam sentimentos que oscilam entre satisfação e orgulho da moradia própria e o desejo de deixar a Rocinha em busca de um bairro que ofereça melhores condições de sobrevivência.

> Lá era melhor do que aqui. Vim morar aqui através de uma amiga, para sair do aluguel, não tinha escolha, ou era aqui ou era a rua. Recebi o terreno de doação e com ajuda dos meus irmãos comprei o material e fiz aos pouquinhos. Gosto do meu cantinho (casa) tem banheiro, piso. Gostaria de ter um quintal sem lama e uma varanda. Não gostaria de mudar daqui. Falta rede de esgoto, segurança, mesmo assim gosto da Rocinha. Fui discriminada, pois aqui é violento e as pessoas confundem, pensa que todo mundo que mora aqui é ruim, isto não é verdade. Não quero mudar, quero que o lugar mude para melhor (Ent. 22/Grupo II, natural de Serra Preta, 47 anos, mora na Rocinha II há 18 anos, antes residia no Parque Getulio Vargas - Bairro).

Os depoimentos dos componentes do Grupo I atestam diferenças, divergências e algumas semelhanças relativamente às entrevistas anteriores. Para o entrevistado de número 5, casado, curso médio incompleto, vive há dez anos na Rocinha assim descreve o local:

> Eu gosto de morar aqui, não sairia nem pelo melhor bairro, aqui conheço todos, sou reconhecido e visto como gente. Não trocaria a minha vizinhança por nada. Há cooperação entre as pessoas. Todos se ajudam. Nesta parte da Rocinha, **(Rocinha II)** buscamos melhorar pela fé. O viver aqui não é ruim. Falta sim é força popular. Congregação das pessoas para exigir seus direitos. Os moradores desconhecem seus direitos e deixam se enganar por políticos mentirosos (Ent. 5/Grupo I).

Interrompendo-o, indago acerca dos problemas do local, e ele responde:

> São muitos, não temos educação, os jovens estão fora da escola, falta diálogo nas famílias, há uma grande discriminação em toda a cidade em torno do morador da Rocinha. Estamos até mudando o nome do Local. Veja isto.... (Exclama indignado) e continua - nosso maior medo é a insegurança, a violência, a falta de emprego leva os jovens para o tráfico. Mentes vazias são ocupadas pelo discurso do traficante. O jovem sem emprego vendo os pais e irmãos em dificuldades são levados para o caminho do mal (Ent. 5/Grupo I).

O entrevistado de número 5 pertencente ao Grupo I foi um dos primeiros a falar sobre o poder do tráfico na Rocinha. Nas entrevistas, sempre que esse assunto era abordado, os moradores se calavam, não davam lugar a que o diálogo prosseguisse, acredito que por medo de possibilitar inferências sobre o mesmo.

Para o entrevistado de número 6, 29 anos, segundo grau completo, vive na Rocinha desde que nasceu, morou em São Paulo, onde trabalhou e guardou dinheiro para montar o seu negócio próprio:

> O local é bom para o comércio, pois vem crescendo muito. Tenho esperanças de que tudo melhore. Estou satisfeito aqui, Não pretendo mudar, minha família mora aqui. Aqui tenho um projeto de vida. Quero ampliar meu comércio. O risco é pequeno, pois vendo em pequenas quantidades aos moradores. A maioria faz o pagamento na hora (Ent. 6/Grupo I).

Interrompo e pergunto sobre a violência: “Nunca fechei por batida da polícia, também nunca fui assaltado. Abro o comércio cedo e fico até as 20 horas. Sei que tem violência, em frente ao comércio já presenciei jovens morrendo.”

Para a entrevistada de número 4, Agente de Saúde, 40 anos, casada, mãe de duas filhas o viver na Rocinha assim se resume:

> Tenho minha casa, para mim é muito importante, mas se eu pudesse mudaria para outro bairro. Um local com mais segurança e sem drogas. Levo e trago minhas filhas para a escola. A escola é longe daqui, não temos o segundo grau aqui (ensino médio), sem transporte coletivo temos que andar a pé quando chove dificulta tudo. Minha rua é calçada, mas a falta de esgoto incomoda, a casa fica com as paredes molhadas. Passo a tinta e volta a mofar. Os vizinhos abusam do som e da bebida. Sou Agente de Saúde conheço as dificuldades deste povo. A saúde é precária pela falta de infraestrutura. A maioria dos moradores desconhece seus direitos e se acomodou com a vida que leva. O que percebo é que há uma descrença e falta de força para exigirem direitos. A maioria dos moradores passa por privações, quase todos vivem da Bolsa Família. Devido a lama e a sujeira as doenças de pele são as mais frequentes, assim como as alergias e as gripes. As crianças são as que sofrem mais. Os adultos já têm resistência a este ambiente (Ent. 4/Grupo I).

A Agente de Saúde pede desculpas pelo desabafo e complementa a entrevista informando que não saiu da Rocinha até hoje por que ali trabalha e não tem outra opção de emprego. Afirma que seu maior desejo é colocar as filhas na Faculdade e dar a elas um ambiente melhor para viver.

Para a entrevistada de número 7, 44 anos, professora, mora na Rocinha há três anos e faz um trabalho com meninos de rua na Casa de Passagem:

> Antes eu morava no Conjunto Residencial Feira IX em casa própria, vim morar aqui para ficar perto do trabalho do Colégio onde sou professora. Gosto do local. Estou a frente de um Projeto de Comunicação. Na escola vejo que as crianças vão estudar para conseguir a Bolsa Escola. É a escola como suporte para as políticas assistencialistas não sendo vista como um local de aprendizagem. Os pais pouco comparecem as reuniões, apenas querem a frequência escolar dos filhos. Os jovens, muitos se envolvem com drogas. Na Casa de Passagem onde sou voluntária a maioria dos garotos e garotas são da Rocinha, todos estão às voltas com as drogas (Ent. 7/Grupo I).

Interrompo e peço à entrevistada que revele seu olhar sobre a Rocinha:

> Há carência de ensino; falta consciência cidadã; formas de trabalho; a gravidez na adolescência é um fato. Falta suporte da família e do poder público; as famílias são desestruturadas, casais separados, mães que sustentam sozinhas seus filhos, a ausência do pai é constante. Falta policiamento, intervenção do Poder Público mais presente. Só lembram (diz referindo-se aos políticos) desta gente na hora da eleição, após o processo as promessa não são cumpridas. Tenho a impressão que há um conformismo generalizado. Muitos pais vivem da Bolsa Família e não freqüentaram por muito tempo a escola. Os alunos têm muita dificuldade com o aprendizado (Ent. 7/Grupo I).

Entrevistada de número 8, funcionária da Escola, 39 anos, casada três filhos, casa própria, vive na Rocinha desde que nasceu acrescenta:

> O lugar não é ruim falta assistência das autoridades. Amo a minha casa e o local que moro, não quero sair daqui. Na escola municipal que trabalho vejo o desinteresses dos pais pela vida escolar das crianças. Também, (retruca) a maioria não freqüentou a escola ou freqüentou muito pouco. A escola é vista não como local para a educação e sim porque serve para manter a renda via Bolsa Família. Aqui não tem opção de lazer, os jovens com a mente vazia dão espaço para a violência e para as drogas. Falta tudo, trabalho, oportunidades de crescer, bons exemplos e também vontade do povo. Parece que é cômodo viver assim (Ent. 8/Grupo I).

Entrevistado de número 9, casado, 59 anos, vigilante, pai de quatro filhos, reside na Rocinha (II), na Primeira Travessa da Rua Visconde Mauá, segundo ele, é o primeiro morador daquela área, veio junto com a entrevistada número 01 grupo I que liderou a ocupação, isto há trinta e cinco anos:

> Quando cheguei tinha seis casas desocupadas, dai comprei um lote de um atravessador e construí a minha casa com ajuda dos amigos nos dias de sábado e domingo. Gosto da minha moradia, não vejo problemas aqui que não tenha em outros lugares. Não quero mudar daqui, minha casa está construída, fico perto de tudo, eu e os meus filhos andamos de bicicleta para o trabalho, não pagamos transporte. Precisamos de tudo, lazer para as crianças, escola de segundo grau, creches, infra-estrutura de esgoto e calçamento, mais é aqui que vivo há trinta e cinco anos. Minha esperança e por dias melhores. Agora veio o PAC com o Programa de Revitalização da Lagoa, tenho fé que dias melhores virão. O Local é violento sim, mas é porque estamos esquecidos pelos políticos. A violência é causada pela falta de emprego (Ent. 9/Grupo I).

Entrevistado de número 2, quarenta e seis anos, casado, treze filhos, reside na Rua Tancredo Neves, em frente ao depósito de sucatas. Atua como Liderança Comunitária na Rocinha III, é o responsável pela coleta de materiais recicláveis, atividade desenvolvida por maioria dos moradores daquela área. O entrevistado recebe as sucatas, pesa, armazena, paga ao catador e revende para atravessadores que enviam o material para as empresas do ramo na cidade de São Paulo. No entorno de sua casa, outros moradores também sobrevivem apenas da revenda de materiais recicláveis. Formam uma comunidade onde todos se ajudam mutuamente. Ele produz o carrinho (reboque) e doa para que os moradores desempregados iniciem o trabalho de recolhimento de sucatas por toda a cidade. Perguntado sobre a moradia e como veio morar na Rocinha II, ele explica:

> Moro aqui há treze anos, já morei na rua lá de cima (Joaquim Nabuco) criava porcos, não dava para viver, a reciclagem dá mais dinheiro, aí vim aqui para a lagoa, tem mais espaço para a sucata. Quando cheguei aqui tudo era taboa, aterramos eu e o meu irmão e começamos o negócio de reciclagem, fiz a minha casa, grande e boa, me orgulho dela. Daqui não quero sair. Preciso de

> uma área grande para colocar os materiais. Ajudo na construção das casas dos colegas que aqui chegam. Todos vêm com a esperança de erguer sua moradia, fugir do aluguel e ter um sustento. Aqui falta tudo, o esgoto fica a céu aberto, jogamos o esgoto da casa na lagoa, falta transporte, falta água tratada. Mas temos a nossa casinha (Ent. 2/Grupo I).

Quanto à violência, ele exclama:

> Os marginais aprontam nas ruas da cidade e vêm se esconder aqui, dentro da taboa, existe ainda as drogas, não que os moradores usam, mas aqui se esconde muita gente metida nisto. Aí a gente paga com o preconceito das pessoas de outros lugares. Para estas pessoas morou na Rocinha é bicho ruim. Os próprios governantes discriminam o morador da Rocinha. Já perdi muitos trabalhos por morar aqui. Mas vou para onde? Onde posso morar? A moradia própria é sonho de todos, se sair daqui vou pagar aluguel. Já fui alcoólatra, a fé me curou deste mal. Virei outra pessoa, trabalho, crio meus filhos e ajudo quem aqui chegar (Ent. 5/Grupo I).

Nesse dia, 21 de março de 2009, gravei entrevista com a entrevistada de número 1, Grupo I, presidente da Associação, é personagem da história da Rocinha II desde que essa começou a se formar. Separada, mãe de sete filhos, criou todos, segundo ela, sozinha, nenhum foi para o caminho do mal. São estudiosos, trabalham e até estão na Faculdade. São motivos de orgulho para a mãe. A respondente tem um papel importante na comunidade, ouve todos, tenta resolver os problemas que os afligem e busca melhorias para o local. O depoimento de desta informante foi carregado de emoção, como um pedido de socorro. No dia anterior, três adolescentes foram encontrados mortos dentro da lagoa, eram envolvidos com as drogas e foram assassinados friamente e jogados no esgoto. Estavam desaparecidos há dias, somente foram encontrados dentro da "taboa" porque os urubus começaram a chegar e os moradores desconfiaram que haviam corpos por ali.

Sobre a violência e a discriminação, a entrevistada de número 29, componente do Grupo Focal e também integrante do Grupo II responde:

> Em relação a violência aqui já foi mais violento. Eu pessoalmente me sinto segura, pois conheço todos os moradores desta parte da Rocinha (Rocinha II). Aqui ninguém mexe comigo e tampouco com meus filhos. Se comparado com outros lugares a Rocinha é até um local bom de viver. Os jovens, sim, sem emprego nem escola vão para o tráfico e morrem cedo. A discriminação já existiu muito mais contra o povo da Rocinha, hoje em dia até que melhorou (Ent. 29/Grupo II e III).

Entrevistada de número 32, nascida no Ceará e residindo há doze anos na Rocinha II afirma:

> Sobre a discriminação do morador da favela isto é uma realidade. Vivo aqui na minha casa e procuro não dar ouvidos para isto. Durante este tempo que moro aqui já presenciei muito preconceito até na hora de trabalhar, às vezes os moradores mentem sobre o local onde moram. Quanto à violência, está no jornal o quadro de violência da Rocinha. Não é motivo de vergonha e sim uma razão para a gente buscar junto às autoridades mais segurança. Quando cheguei aqui sabia como era, era uma favela... as pessoas são boas e não é porque moram na favela que podem ser discriminadas (Ent. 32/Grupo II e III).

Para a entrevistada de número 10, moradora da Rocinha III, há discriminação e violência:

> Vem do povo que tem mais condição, a gente é visto como ladrão, que tem maus costumes, pois mora na favela. Morou na favela é tudo igual, sem diferença. Eu trabalho e sustento meus filhos, não quero nada de ninguém, somente uma vida mais decente. A violência aqui é grande, a Rocinha é conhecida como um local de desova de cadáveres. A lagoa já enterrou muita gente ruim. Da última vez teve até helicóptero da polícia para encontrar os assassinados. Mas aqui tem muita gente honesta e direita que trabalha e sofre para viver. Tem gente boa e gente ruim... tem professor, motorista, catador de papel, pastor, trabalhador (Ent. 10/Grupo II).

Para o entrevistado de número 23, morador da Rocinha I:

> Gosto de morar aqui e nunca fui discriminado por isto. Sou trabalhador tenho a minha profissão (pedreiro), não me falta trabalho, sou honesto. Sei da violência que é grande, pois falta de tudo aqui, trabalho, escolas, lazer, daí os jovens não tem outra opção senão as drogas. Quando estou sem trabalho, melhoro a minha casa que significa minha liberdade do aluguel. Meus filhos, crio todos eles na religião e na escola (Ent. 23/Grupo II).

Entrevistada de número 19, moradora da Rocinha II confessa:

> Tenho bons sentimentos por este local, e me sinto bem morando na Rocinha. Nunca fui discriminada, pois quando perguntam onde moro falo que é no Bairro Ponto Central, se falar que sou da Rocinha as pessoas dizem que somente mora bandido lá. Não é porque vivo na Rocinha que sou diferente dos outros. Sou cozinheira e trabalho em casa de família rica e vejo violência em todo lugar, comentam mais sobre as favelas, pois tem gente pobre, a violência dentro da casa dos ricos fica abafada. Os ricos têm medo do favelado, Mas muito de nós somos bem melhor que eles. Aqui tem amigos sinceros que ajudam sem interesse. Os ricos quando ajudam esperam muito do outro (Ent. 19/Grupo II).

Confirmando muitos dos depoimentos, um jornal da cidade traz em primeira página mais uma chacina ocorrida na Rocinha envolvendo jovens da mesma família:

> No início da manhã de ontem o bairro da Rocinha foi palco de mais um crime bárbaro em Feira de Santana. Os irmãos Márcio e Sérgio dos Santos e seus primos Júlio e Welton Ferreira foram executados com tiros de revólver e pistola. O crime está relacionado a disputa por ponto de venda de drogas na cidade. Os envolvidos foram mortos próximo a área das taboas (JORNAL FOLHA DO ESTADO, 14 DE OUTUBRO DE 2009, CADERNO GERAL, p. 3, Ano XIII- Nr. 3.015).

A violência até final da década de 1980, que tem na criminalidade sua principal vertente ocorria com mais intensidade na área rural, que tinha forte vinculação com a disputa pelo uso e posse da terra, atualmente inverteu esse curso, passando a concentrar-se nos centros urbanos de forma assustadora, afetando principalmente segundo Pedrazzini (2006, p. 19) "os moradores dos bairros pobres, considerados como 'produtores' da violência humana [...]. Os pobres são vistos como os únicos culpados da derrota da coesão social", fato comprovado nesta pesquisa.

A cada dia a criminalidade no município de Feira de Santana vem aumentando, atingindo níveis insustentáveis, vinculada a conflitos sócioespaciais que atuam no espaço urbano de Feira de Santana.

De acordo com o banco de dados disponibilizado por Matos[37,] observa-se que no período de 2004 a 2005, em Feira de Santana ocorreram 996 homicídios, com uma média de 16,6 por mês. Ocorrendo uma evolução de 121,8%, indicador que é superior ao crescimento da população da cidade neste espaço de tempo. Ainda registra que até julho de 2009, já foram vitimadas 174 pessoas, o equivalente a uma média mensal de 24,9 homicídios, que é superior ao verificado em 2008. A violência e a criminalidade têm maior incidência nos bairros pobres e periféricos de Feira de Santana

Tabela 16 - Homicídios ocorridos em Feira de Santana no período de 2004 a 2008

Ano	Homicídio	Media Mensal	Evolução %
2004	133	11,1	3,1
2005	141	11,8	6,0
2006	192	16,0	36,2
2007	235	19,6	22,4
2008	295	24,6	25,5
Total	**996**	**16,6**	**121,8**

Fonte: Matos (2008, 2009).

37 Dados fornecidos pelo repórter da Rádio Sociedade de Feira de Santana – Edroaldo de Matos – em julho de 2008 e agosto de 2009, apud Carmo (2009).

Os números da violência em Feira de Santana crescem de forma vertiginosa, entre 2004/2008 a cidade apresentou taxas verdadeiramente assustadores no que se refere a evolução da criminalidade. Entre 2007, o número de homicídios na cidade praticamente dobou em relação à 2004. A média mensal também vem evoluindo chegando a algo em torno de cem mortes por mês, o que chega à media de no mínimo 3 mortes por semana.

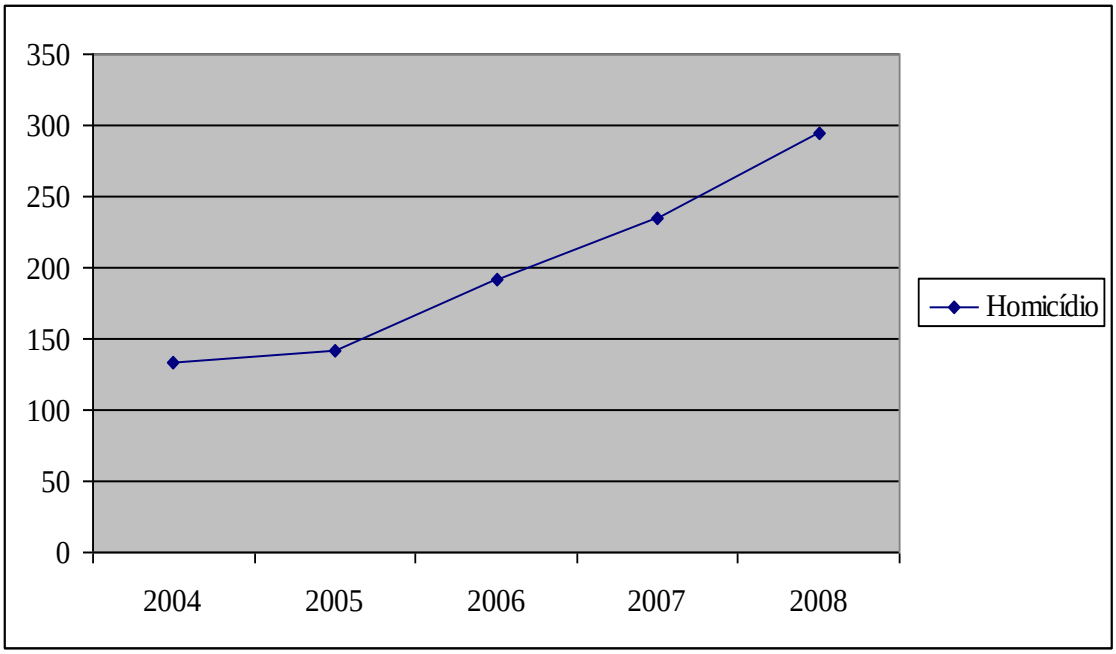

Figura 12 – Homicídios ocorridos em Feira de Santana no período de 2004 a 2008
Fonte: Carmo (2009).

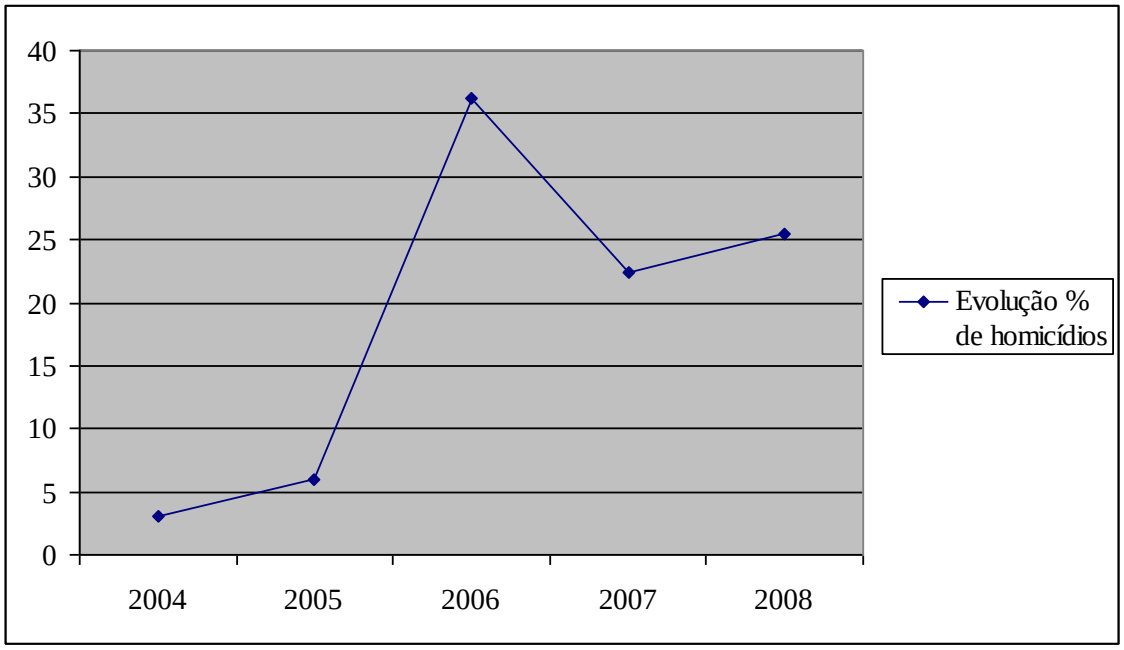

Figura 13 – Evolução dos homicídios ocorridos em Feira de Santana no período de 2004 a 2008
Fonte: Carmo (2009).

Os depoimentos trazem elementos que configuram ambiguidades ou contradições presentes na compreensão que os moradores fazem de si, do local onde moram, do seu papel na sociedade e nas relações que estabelecem em um contexto social adverso.

Em todas as entrevistas, percebi a preocupação essencial de conseguir um lugar para morar sem despesas com aluguel. As condições da moradia e do lugar constituem fatores secundários nessa busca. Importava ter a casa própria o resto viria com o tempo. O universo pesquisado apresenta, na quase totalidade um discurso comum neste sentido.

A autoconstrução constitui num método adotado por boa parte dos moradores entrevistados para construir as suas moradias. Kowarick (1983, p. 61) denuncia "a autoconstrução é uma fórmula mágica que o capitalismo dependente deflagrou para rebaixar o custo de reprodução da força do trabalho". Trata-se da produção resultante de um trabalho não-pago que esse autor classifica como sobre-trabalho. Numa análise acerca da autoconstrução Francisco de Oliveira caracteriza como

> uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de economia natural dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 1972, p. 31).

A autoconstrução foi a fórmula encontrada pela maioria dos moradores da Rocinha para construírem suas casas. Apesar das inúmeras criticas sofridas este método de produção de moradias é amplamente utilizado pela população de baixa renda que não tem recursos para contratar mão-de-obra adequada para a produção das suas moradias.

Grande parte das moradias na Rocinha encontra-se inacabada, falta-lhes o reboco e a finalização dos cômodos. Em muitas moradias o que começou a ser construído foi abandonado por total falta de recursos do morador. A inexperiência de quem ajuda na construção ofertando mão-de-obra gratuita reflete em moradias mal confeccionadas sem qualquer padrão de construção civil.

Quanto à origem, muitos dos moradores da Rocinha procedem de cidades próximas a Feira de Santana, o que revela um grande processo migratório interno, originado principalmente pela atração da população de baixa renda por cidades de médio e grande porte. Esses migrantes buscam melhores condições de vida comparadas àquelas em que viviam até então. A possibilidade de adquirir emprego e moradia leva inúmeras famílias a optar por mudança. A reestruturação da economia rural e o

deslocamento do fluxo de capitais para determinadas regiões e cidades dão motivo para essa movimentação.

A mobilidade populacional, principalmente com a mudança de bairros com boa infraestrutura, alvo da especulação imobiliária, para localidades precárias, denota a perda do poder aquisitivo da população que na busca pela moradia própria passa a residir em favelas. Kowarick (1979), em seu estudo sobre a cidade de São Paulo, afirma que a localização das favelas segue a pressão imobiliária que vai transferindo gradativamente a população sem renda para locais onde os negócios imobiliários não são tão lucrativos. É a visão da periferia como local que não forma mercados e, portanto, não é o lugar da autonomia. O mercado entendido pelo autor como lugar onde se exercita o direito e a capacidade de escolha.

Em sua maioria, os bairros citados como os de origem dos entrevistados compõem áreas da cidade de Feira de Santana tidas como valorizadas, onde o custo do solo urbano expulsa o morador de baixa renda para áreas longe da lógica especulativa. São nesses espaços precários que o cidadão sem moradia passa a fixar residência, compondo assim as favelas.

A Rocinha apresentava um alto grau de precariedade no momento inicial da ocupação e da construção das primeiras casas, isto há mais de trinta anos. Esse quadro vem sofrendo constantes alterações sempre devastadoras. O que se evidencia na atualidade é um espaço degradado, carente de infra-estrutura, onde faltam equipamentos mínimos necessários à sobrevivência humana.

Os moradores da Rocinha reconhecem as vantagens e as desvantagens de morar na favela, o fato de não pagar pela moradia supera quaisquer inconvenientes. Verifiquei na fala dos entrevistados, o desejo de viver em outro local, contudo, se adaptaram a esse tipo de *habitat* e criaram vínculos e significados estabelecendo relações com o espaço ocupado. Para muitos, não foi opção viver na Rocinha. Muitos não se acostumaram com o lugar, outros gostariam de voltar a viver na sua terra natal. Outros não gostariam de sair de onde estão, para eles, se o local é violento precisa de ações da sociedade para reverter a situação.

Os moradores da Rocinha, diante do “estigma” de viverem em um lugar violento e de muitas vezes sofrerem discriminação por aí residirem, defendem-se justificando que não se pode generalizar ao se fazer considerações sobre o local. Muitos evocam suas qualidades, salientam que a honestidade e o trabalho podem fazer a diferença entre os moradores da localidade. Outros fogem do preconceito buscando refúgio em

argumentos que justificam a existência da violência também em outras áreas da cidade. Muitos não se definem como moradores da Rocinha, dizem que moram em outro bairro para fugir do estigma que ronda o morador da favela. Heller (2008) afirma que, na maioria os preconceitos são produtos da classe dominante, mesmo quando essa classe tenta se isentar destes preconceitos, eles se evidenciam em suas diversas formas.

O morador da Rocinha tende a sentir-se rejeitado na sua própria condição de favelado, e negam a sua identidade para que assim possam fazer parte de um cenário urbano considerado legal. Kowarick (1983, p. 92) reforça, quando afirma que

> a condição de favelado representa uma vulnerabilidade que o atinge não apenas enquanto morador: atinge também o cerne dos direitos civis, pois muito mais fácil e freqüentemente pode ser confundido com malandros ou maloqueiros que constituem objeto especial da ação policial.., é a favela percebida como um atestado policial da má conduta.

Bourdieu chama atenção para esse fato ao analisar a estigmatização em conjuntos habitacionais na França em 1993:

> Esses bairros são apresentados como insalubres e sinistros, e seus moradores como delinqüentes... Os jovens que procuram trabalho não têm coragem de dizer que moram nesses conjuntos... longe de ajudar os habitantes desses subúrbios, a mídia contribuí paradoxalmente, para sua estigmatização. (CHRISTIN apud BOURDIEU, 2003, p. 73).

Estudando o Bairro de Copacabana, Gilberto Velho (2002) verificou que os habitantes do Condomínio Estrela estavam sujeitos a discriminação porquanto carregavam um "estigma", o fato de morar no prédio com atributo desabonador em relação aos outros habitantes das redondezas. Esse fato levaria à adoção de atitudes defensivas diante de certas relações evitando informar onde moravam ou mesmo mentindo.

Durante todo o período em que estive na Rocinha, o medo da violência local sempre esteve presente na fala dos moradores. Por muitas vezes ouvi tiros e muitos moradores afirmaram que já tinham presenciado a morte de jovens à luz do dia. Gangues que disputam o controle e a distribuição de drogas em vários pontos da cidade são geralmente as responsáveis pelos assassinatos. Expressões como "a ambulância da SAMU[38] não desce aqui... somente escoltada pela polícia" denotam o perigo que ronda a localidade.

38 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

Existem dento da Rocinha espaços considerados mais violentos, aqueles ligados ao tráfico de drogas, e outros com um grau menor incidência de violência, isso justifica a diversidade, entre os moradores, do entendimento sobre a violência naquela favela. Mediante realidades tão distintas verifiquei que o constrangimento causado pelo "rótulo" atinge diferentes camadas sociais. Estes rótulos causam vergonha em qualquer que seja a classe social. Para o morador da favela que vive num ambiente de miséria e exclusão social, sem direito a voz, esses rótulos os mantêm cada vez mais distantes de usufruir de direitos sociais e participar de uma sociedade civil ativa.

b) O Acesso

Quanto às vantagens de residir na Rocinha, os depoimentos atestam a facilidade de locomoção para o centro da cidade, escola e trabalho, pois o bairro fica próximo as principais avenidas de acesso à cidade. O ir e vir dos moradores se dá quase sempre de bicicleta ou a pé. O transporte coletivo não circula no local, e o morador sofre ainda com a falta de recursos para pagar passagem. O principal ponto de ônibus fica na Avenida João Durval, distante mais ou menos mil metros da entrada da rua principal da favela. Para quem vive na área da lagoa (**Rocinha III**), essa distância é cinco vezes maior. As vans que fazem transporte alternativo não circulam por lá. O histórico de violência, de pobreza e de invasão afasta os motoristas daquela área. Transportar pessoas doentes então se torna um suplício para os moradores que se valem dos amigos nessa hora.

Para a entrevistada de número 25, feirante que comercializa produtos na Feira da Estação Nova, aos sábados e domingos, a proximidade da casa e do trabalho é um dos pontos que contribuem para ela morar na Rocinha:

> Morando aqui não pago carreto, levo meus produtos em carrinhos de mão, se fosse pagar frete o lucro não dava para comer. A escola dos meninos não fica longe. Pagar passagem nem pensar, as vezes o ganha pão só dá para o básico em casa. Transporte é para que ganha salário. Morador de favela não tem dinheiro para ônibus. Anda a pé mesmo (Ent. 25/Grupo II).

Entrevistada 26, diarista, expressa semelhante opinião:

> Aqui é dentro da cidade. Gasto quinze minutos para a cidade. Com o que ganho não posso pagar ônibus. Coisa de luxo para o pobre não chega. Aqui perto tem tudo, padaria, mercado, feira livre, hospital. Para tudo isso vou a

> pé. O ruim aqui não é a falta de transporte e sim, falta de esgotamento sanitário, calçamento e de segurança (Ent. 26/Grupo II).

Para a entrevistada de número 13 que vive na área da Rocinha III há vinte anos e terá sua moradia removida para um novo local devido o Projeto de Revitalização da Lagoa:

> Já estou acostumada em andar para tudo... somente é ruim quando a doença chega... dependemos dos outros fica difícil. As crianças já começam na escola sabendo que vai ter que caminhar muito para chegar lá. Transporte aqui nunca teve... falam que por causa da violência. Tem lugares mais violentos que têm ônibus. Aqui a população quase toda não pode pagar ônibus a passagem é cara. Para onde querem levar a gente fica longe prefiro aqui que já sei o caminho. Lá fica a 7 km da pista (rodovia). Deixa eu aqui mesmo. Como vamos voltar para casa depois do trabalho... e escola... lá não tem (Ent. 13/Grupo 2).

Para entrevistado de número 24, morador da Rocinha I:

> A falta de transporte urbano dificulta a vida das pessoas. Estamos acostumados a andar a pé ou de bicicleta. No inverno as ruas alagam, e o esgoto transborda o que dificulta o acesso de todos. Temos que andar por cima de pedras e tijolos. Sinto pena das crianças que ficam doentes e não podem ir a escola. Toda esta área moça abaixo da Rua Joaquim Nabuco fica cheia de lama e fedida. Não entendemos porque não vem ônibus aqui. Acho que porque é bairro de pobre, favelado (Ent. 24/Grupo II).

O transporte público urbano, de acordo com a Constituição Brasileira, é um serviço público essencial. Dele dependem as populações que não dispõem de meios de transporte próprios para o acesso às oportunidades de trabalho, à saúde, à educação e às atividades que garantem a dignidade humana e a integração social.

A respeito dessa constatação a Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável estabelece o seguinte:

> a questão da mobilidade urbana deve ser tratada como resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que vise proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização dos modos não motorizados e coletivos de transporte, de forma efetiva, que não gere segregações espaciais, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentáveis. Ou seja, baseada nas pessoas e não nos veículos. (BRASIL...., 2004)

A cidade de Feira de Santana é servida por várias linhas de ônibus urbano e também por veículos que fazem o transporte alternativo, legalizados junto à Secretaria de Transportes. Nas minhas visitas à Rocinha, pude constatar toda a realidade contida

nos depoimentos dos entrevistados, quanto às dificuldades relatadas. A principal via de acesso à favela é a Avenida João Durval Carneiro, por onde circulam os ônibus urbanos. Até então nenhuma linha de ônibus urbano fazia o percurso da Rocinha. Segundo relato dos líderes comunitários fatores, como, a baixa renda dos moradores e a dificuldade de acesso às ruas, são condicionantes para que tal situação ocorra. No final das minhas visitas, já por volta do mês de novembro de 2008, fui informada de que começava a circular, na localidade, durante o dia, em fase experimental, uma linha de ônibus. Os fatos a que me refiro servem para ilustrar a constatação de Maricato (2008, p. 122) sobre a cidade ilegal quando a autora afirma que "para esta cidade ilegal não há planos, nem ordem; esta cidade não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias" que reproduz desigualdades, e os privilégios são destinados para os ocupantes da cidade oficial. Muitos dos moradores da Rocinha conquistaram a moradia própria, mesmo que em condições precárias, mas esses moradores não têm o direito à cidade como lembra Lefebvre (2008) em seu Livro O direito à cidade.

c) A Remoção

Segundo o Projeto de Revitalização todas as casas que estão na área da Lagoa serão destruídas e os moradores removidos para um outro espaço no Bairro Sim. Neste local estão sendo construídas novas moradias com padrão de alvenaria, dois quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e varanda. Toda a área será servida por rede de esgoto e calçamento. Cada morador removido receberá o título de posse de sua casa e fará parte do projeto de integração social que será desenvolvido após a ocupação pelos moradores.

Sobre o processo de remoção, o entrevistado de número 2, grupo I, morador da Rocinha III, fala:

> Vamos todos ficar sem emprego, para onde querem levar a gente não tem espaço para as sucatas. Vamos viver de que? Não chamaram a gente para conversar. A maioria aqui sobrevive do que conseguem catar nas ruas. Como vamos atravessar a pista (rodovia) para ainda empurrar um carinho por mais 7Km. São muitas famílias que vivem nesta área (Rocinha III) a CONDER veio, marcou as casas e sumiu. Lá para onde querem levar a gente não tem transporte, e mesmo que tivesse este povo não pode pagar, ganham em média R$50,00 por semana (Ent. 2/Grupo I).

Para entrevistado de número 19, a remoção significa mudanças e assumir novas despesas:

> Dona moça, moro como a senhora vê numa casinha em cima da lagoa. Feita de madeira e zinco. Aqui planto minhas coisinhas que ajuda na alimentação. Tenho jardim bonito, não pago água nem luz, faço fogo de lenha. Lá na nova casa tenho que pagar tudo, como faço? Ganho pouco como carpinteiro. Trabalho para essa gente daqui mesmo, eles não podem pagar muito. Se for embora daqui onde vou arranjar trabalho? (Ent. 19/ Grupo II).

Ao perguntar para a entrevistada de número 10, grupo II, sobre a possibilidade de remoção para o espaço onde serão construídas as casas novas pela CONDER via PAC a entrevistada respondeu-me:

> é longe demais, não tenho como pagar transporte para mim e para meus filhos, lá não tem escola, aqui vivo da reciclagem e lá vou viver de quê? As casinhas são boas, mas as dificuldades vão aumentar (Ent. 10/Grupo II).

Para a entrevistada de número 13, a remoção significa:

> Casa nova, tudo novo. Porém lá [refere-se ao novo local] é muito longe, sete quilômetros do centro, quando a gente não tiver dinheiro para o transporte como vamos sair de lá. Trabalho não tem. Quem vive de biscates e é diarista vai sofrer, pobre não oferece trabalho, temos que vir para a cidade procurar, o transporte é muito caro em Feira. E as crianças como vão se deslocar para as escolas. Lá não tem escola. Quem estuda e trabalha à noite como vai fazer? A CONDER não explica nada somente marcou as casa que vão sair da Lagoa. E a gente eu pergunto, somos o quê? Precisamos ser ouvidos. Esta gente não tem condições para bancar tudo que uma casa precisa, água, luz, comida e transporte (Ent. 13/Grupo II).

O entrevistado 5, componente do Grupo I, considera:

> Para quem vive na Lagoa significa dias melhores e uma moradia própria, legalizada em excelentes condições. Porém esta gente ganha a vida aqui por perto, é preciso que ofertem transporte, e transporte subsidiado, mais barato para os removidos. Ainda falta toda uma estrutura de equipamentos, como escolas, creches, farmácias, padarias, mercados. Se o morador tiver que vir ao centro em busca disto tudo ele vende lá e se instala em outra ocupação irregular e vai viver de novo de forma precária. Somente uma casa nova com ruas calçadas e rede sanitária não segura esta gente. Para viver os mesmos problemas que já vivemos, como a falta de escolas, a falta de creches, de opções de trabalho é melhor aqui, pois todos já se conhecem e estão praticamente em situações muito parecidas (Ent. 5/ Grupo I).

Para a entrevistada 1, componente do Grupo I, para remover é preciso:

> Não só ofertar uma casa nova, o Projeto é grande, tem muitas etapas, não somente construir casas e remover o povo tem a parte social que visa criar condições de desenvolvimento, de emprego e de renda. Segundo o discurso oficial da CONDER, serão respeitados os laços com a vizinhança e parentes na hora da remoção e doação da moradia nova. Eles prometem ainda que vão ser implantadas oficinas de educação ambiental, cuidados com o lixo e será criado um eixo de geração de trabalho e renda, isto para promover a qualificação dos moradores gerando oportunidades de acesso ao trabalho e a melhoria da renda. Temos que acreditar e fiscalizar se realmente estas promessas serão cumpridas. Aqui em Feira outras favelas foram reurbanizadas e removidas e nem tudo que era prometido foi cumprido. O que se vê é que no papel tudo é bonito, mas na prática é diferente, tem a resistência dos moradores, os costumes que eles já têm, a vida que se acostumaram a levar. É muita mudança de uma só vez. Para os que ficam também deve ter melhorias. O número de moradores que vão sair (696 casas) é pequeno em relação ao total de famílias que vivem aqui. Para os que ficam o Projeto prevê muitas melhorias. É preciso fiscalizar, para isto o povo precisa estar unido (Ent. 1/Grupo I).

Sobre o Projeto PAC e a transferência para outro local, os argumentos da entrevistada reforçam a opinião dos demais moradores sobre a remoção:

> Moça, eu vou te dizer uma coisa, aqui falta tudo e não temos nada, mas é perto de tudo, já para onde eles querem levar a gente, é muito longe, não tenho dinheiro para pagar transporte. Não tem trabalho para a minha filha que é diarista, minha neta não tem como estudar. Aqui os vizinhos ajudam e lá? Vamos ter casa nova... e o resto? Posto de Saúde? Transporte? Agora que estou aqui já tenho que sair. Eles nem aqui vieram a gente ouve falar é muita conversa, Ninguém aqui sabe o certo do seu destino (Ent. 1/Grupo I).

O Projeto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Ambiental da Lagoa Grande na sua apresentação objetiva:

> Ações que de forma compartilhada e com a participação da comunidade e parceiros, possam contribuir para o fortalecimento das organizações comunitárias, assim como fomentar e valorizar as potencialidades dos grupos sociais atendidos visando fortalecer os vínculos familiares e comunitários, na perspectiva de promover a gestão horizontal e participativa, com geração de renda, inclusão social e elevação da qualidade de vida dos moradores (CONDER, 2008, p. 03).

O discurso aqui apresentado difere das ações praticadas pela CONDER na condução do Projeto de Revitalização da Lagoa Grande. Durante a observação participante verifiquei que a grande maioria dos moradores desconhecia a essência do Projeto. As queixas referiam-se sempre à falta de informações, à ausência de diálogo da CONDER com os moradores e, sobretudo a indefinição do futuro das pessoas que tiveram suas moradias cadastradas e marcadas com tinta vermelha. Segundo os moradores os técnicos da CONDER informaram que as famílias residentes nessas casas

seriam relocadas. Predominava a falta de participação dos envolvidos no Projeto. Portanto, a chamada gestão horizontal e participativa de que trata a apresentação do Projeto não vinha sendo aplicada na Rocinha.

Nos intervalos das entrevistas com o Grupo I, indaguei sobre o processo de remoção e não houve consenso nas respostas, quanto aos benefícios e malefícios desta ação. Para o entrevistado de número 9, grupo I morador mais antigo da Rocinha II, "a saída para uma casa nova é bom, mas o lugar que vão levar esta gente é longe". A CONDER não explica muito como vai ser". Para a entrevista de número 3, líder comunitária da Rocinha I: "falta esclarecimento para este povo... vir (CONDER) aqui fazer reuniões somente é pouco... os moradores daqui não participam das reuniões". Para o entrevistado de número 6, comerciante da Rocinha II: "Com a reurbanização da Lagoa e das áreas próximas creio que a violência seja reduzida e local cresça e melhore, os benefícios do Projeto prometem, resta acontecer.

Oportuno que aqui seja citado Rosa Filho, esse autor, ao discutir a política de reurbanização de favelas no município de São Paulo a partir de 1992, ressalta que, "se a reurbanização de favelas não vier acompanhada de uma série de investimentos sociais que garantam a inclusão social desses moradores no tecido urbano do município, em nada adianta urbanizar" (ROSA FILHO, 2002, p. 73).

Todo processo de remoção de favelas deve atender a critérios de relocação que deverão ser estabelecidos de forma democrática e participativa. A remoção exige esforços de mobilização da população envolvida, deve haver o engajamento da comunidade no Projeto e um amplo trabalho de conscientização. As relações e os vínculos entre os moradores devem ser preservados.

Testemunhei durante o processo de observação direta que na Rocinha as relações de vizinhança são fortes e duradouras, existe entre os moradores um alto grau de solidariedade percebida na divisão do pouco entre aqueles que nada têm. Isso fica evidenciado no cuidar dos filhos dos outros para que os pais possam trabalhar, na troca de alimentos, na partilha de um prato de comida com o vizinho, enfim, são laços de afeto e amizade que precisam ser conservados, e, conforme os moradores, esses laços se desfazem à medida que eles são removidos para novas moradias quase sempre afastadas dos antigos vizinhos.

Analisando essa relação de convivência em assentamentos humanos nos manguezais na cidade de Ilhéus, Silva (1996, p. 112) coloca que:

> não basta relocar esses moradores, ou impedi-los de apropriarem-se desses espaços. É necessário antes, identificar como e por que habitam esses lugares, que interdependência estabelecem com ele, pois fica claro que há uma certa racionalidade presidindo a ação dos sujeitos que ocupam esse habitar. Há uma visão e idéias próprias sobre esse espaço, e a forma como lidam com ele.

Chamo atenção para a importância de ouvir aquele que irá habitar o espaço e a moradia projetada, em projetos do governo, a exemplo do projeto de Revitalização da Lagoa Grande que traz como consequência a remoção de moradores de ocupações irregulares, particularmente a intervenção na Favela da Rocinha. Essas ações governamentais interferem nas atividades do cotidiano e no convívio dos moradores. A forma como ocorre o processo de remoção desses moradores para outra localidade torna muitas vezes o ideal de viver bem em um pesadelo que atravessa o destino de muitos moradores de favelas. Ao tratar desse assunto, cabe lembrar a reflexão de Abiko:

> A urbanização de favelas é um projeto que necessita da participação da comunidade, de forma intensa e articulada. Sem dúvida são os moradores das favelas que têm as melhores condições de conhecimento da comunidade, do sítio ocupado, de suas necessidades e prioridades. (ABIKO, 1985, p. 21).

Parte das pessoas com quem conversei desconhecia o Projeto de Revitalização, muitos afirmavam que a CONDER viera, marcara as casas e fora embora. Pairavam muitas dúvidas entre os moradores sobre o destino que lhes caberia. Todo o tempo durante as entrevistas, éramos interrompidos por moradores que perguntavam se fazíamos parte da CONDER. Buscavam explicações a respeito da saída deles ou não do local. Quase todas as casas marcadas (CONDER) para sair estão em estado precário; existem, na classificação feita pela CONDER, moradias de alvenaria com reboco, pintadas, que, segundo os seus proprietários tem um bom valor e foram construídas com muita luta e resignação. Nesses casos, a resistência à remoção será forte pelo que pude observar nas falas sobre o assunto. Segundo as lideranças do bairro, houve, sim, reuniões, porém poucos moradores participaram, portanto, muitos estavam sem informações.

Para os moradores que serão relocados, a nova moradia implica despesas com água, luz, gás, despesas essas que eles não têm recursos para cobrir. A grande maioria das famílias que estão cadastradas para a relocação não dispõe de salário fixo tampouco estão acostumados à esses tipos de gastos, quase sempre se utilizam de “gatos” para obter água e luz. Para Kowarick (1983, p. 95) “a saída da favela não é um processo fácil e estes processos requerem um mínimo de recursos que na maioria dos casos não se

encontra disponível, haja vista a renda familiar média vista nestes aglomerados". Estudos atestam que após um tempo as novas moradias assim como a localidade para onde foram removidas essas populações tornam-se depauperado e volta a retratar a exclusão e miséria anteriormente combatida. Muitos dos novos moradores vendem as novas residências e buscam outras favelas para morar.

d) A Composição do Espaço Doméstico: Equipamentos e Utensílios

Percorrendo as ruas da Rocinha deparei com moradores que tinham prazer em convidar-me para entrar em suas casas, onde minha atenção seria atraída pelos cuidados que demonstravam com o interior das mesmas. A entrevista de número 17 moradora da Rocinha II, desempregada, que vive com os filhos, ambos trabalhando e sustentando a casa, tem satisfação de me apresentar a sua moradia. Tudo é muito limpo. As panelas de alumínio brilham em um tripé próprio para pendurá-las. O chão da casa é de cimento batido, muito limpo e encerado. O quintal varrido com esmero contém flores e plantas bem cuidadas, razão de ciúmes dessa entrevistada. Para ela, arrumar a casa, possuir televisão, geladeira, fogão e sofá são um motivo de orgulho e alegria. Sentamos e conversamos bastante sobre a sua vida desde quando chegou a Feira de Santana, sua luta pela moradia e a satisfação de ter a casa própria:

> Não é porque sou pobre que tenho que ser suja, minha casa representa tudo que conquistei com meus filhos. Olhe meu banheiro! Cuido de tudo todos os dias, desde cedo quando acordo. Tenho prazer em limpar minha casa. Varro a rua até o final, pena que os vizinhos nem todos colaboram com a limpeza. Esta coisa de sujeira não agrada ninguém. Infelizmente alguns moradores vivem longe da limpeza. Meus móveis e eletrodomésticos foram comprados com muito suor. Hoje estou desempregada, mas já lavei muita roupa e cozinhei de ganho para comprar boa parte do que tenho. O resto, os filhos me ajudaram. Tenho orgulho deles e do trabalho que eles têm (Ent. 17/grupo II).

Em plena lagoa, a casa do entrevistado de número 2, líder comunitário (**Rocinha III**) também é referência em ordenamento e arrumação.

> Moça tenho de tudo que uma pessoa decente tem: cama, geladeira, televisão, som, fogão bom, banheiro e guarda-roupas tudo novinho em folha. Comprei tudo com o meu trabalho, assim como fiz a minha casa aos pouquinhos, tenho tudo de móveis e eletrodomésticos (Ent. 2/grupo I).

No entanto, esses casos se tornam pequenas exceções à medida que fui avançando na minha pesquisa. Muitas das moradias visitadas atestam a miséria absoluta dos seus ocupantes. Quanto mais enveredava por ruas e becos no interior da Rocinha mais defrontava com a pobreza, falta de tudo. Muitos não têm onde dormir, cobertores forram o chão de terra e que servem de cama para o repouso noturno. Famílias inteiras dividem a mesma cama, pais e filhos dormem juntos. Fogão a gás é sinônimo de *status*, na área da **Rocinha III,** principalmente, grande parte dos moradores cozinha em fogão a lenha, instalados no quintal da casa. Em algumas moradias, verifiquei a existência de uma mesa e duas cadeiras apenas, como mobiliário de toda a casa, e que os utensílios domésticos estavam sujos e dentro de uma bacia onde seriam lavados somente na hora de servir a alimentação. Diante dessa realidade via que, o morador se ressentia de me convidar para entrar, então conversávamos na porta da casa. Após a entrevista, muitos deles me mostravam a casa e revelavam seus desejos de equipá-la com móveis e eletrodomésticos.

Para esses indivíduos que se encontram à margem do sistema produtivo, os utensílios domésticos, a mobília, os pequenos objetos de decoração parecem adquirir um valor especial. Funcionam como testemunhos de histórias de vidas individuais e possuem um enorme valor simbólico, pois é de posse de cada morador, algo conquistado por ele (morador), num universo de ausências e faltas de quase tudo.

Alguns respondentes chegavam a afirmar que possuíam televisão e geladeira no momento da entrevista, depois recuavam alegando estar com defeito, sem funcionamento. A entrevista de número 10, moradora da **Rocinha III** não esconde seu desejo de ter uma geladeira: “meus filhos só comem coisas salgadas, não posso ter frutas e verduras, somente tudo com sal, me falta uma geladeira... também falta cama para todos... dormimos juntos agarradinhos. Quando indagados sobre sonhos e desejos, muitos dos entrevistados revelavam que gostariam de ter uma casa equipada, com cortinas, televisão e som. Segundo a entrevistada de número 33, componente do Grupo Focal o que ela mais sente falta “uma casa arrumada com televisão, quarto completo e geladeira”.

Verifiquei que possuir tais bens significa distinção entre os moradores, para muitos a aquisição de um móvel ou eletrodoméstico está relacionada com a realização de um sonho de consumo, como uma forma de aproximá-los do convívio em sociedade e reduzir a exclusão social.

e) Trabalho e Lazer

A maioria dos entrevistados não possui emprego formal, vivem de biscates, são diaristas, pensionistas ou sobrevivem da ajuda dos filhos. Todos se mantêm desenvolvendo atividades de baixa remuneração. Na **Rocinha III,** quase todos valem-se da coleta de materiais para reciclagem. Segundo o entrevistado de número 2: "esta gente chega aqui vou doando o terreno para a moradia e eles começam na reciclagem para ganhar o pão... quase sempre são mulheres com filhos e sem marido em busca de trabalho".

Kowarick, analisando o morador da favela em São Paulo, já constatava, em 1983 tal realidade:

> Pobre dentre os pobres, este estrato da população trabalhadora só pode encontrar na favela a solução para subsistir na cidade. Fruto da engrenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis vitais de consumo, dos quais a moradia é essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário. (KOWARICK, 1983, p. 86).

Na Rocinha (III), 48% dos moradores ganham até um salário mínimo e não têm carteira assinada conforme demonstrado na tabela 19.

Tabela 17 – Lagoa Grande: Rocinha III – Feira de Santana / Rendimento, por gênero, 2008

RENDIMENTO	TOTAL	%	SEXO			
			MASCULINO	%	FEMININO	%
Até 1 salário mínimo sem carteira assinada	20	42,6	7	35,0	13	48,1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1	2,1	1	5,0	0	0,0
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1	2,1	0	0,0	1	3,8
Mais de 3 salários mínimos	1	2,1	1	5,0	0	0,0
Sem rendimento	24	51,1	11	55,0	13	48,1
TOTAL	47	*100,0*	20	*100,0*	27	*100,0*
%	*100,0*		*42,6*		*57,4*	

Fonte: Dados da CONDER – 2008.
Nota: Análise de César Barbosa, Professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS.

O levantamento realizado pela CONDER (2008) com quatorze famílias da Rocinha III revelou que, das mulheres que chefiam famílias, 60,0% têm o ensino

fundamental. Isto reflete na situação ocupacional e no rendimento, pois a grande maioria delas desenvolve atividades informais. Os dados demonstram que 60,0% são autônomas ou assalariadas, sem carteira assinada. Apenas 40,0% gozam dos benefícios do emprego formal (carteira assinada). As informações sobre os rendimentos do trabalho indicam que as mesmas são mal remuneradas: 100,0% recebem rendimentos inferiores a 1 salário mínimo.

Em toda a Rocinha, as áreas destinadas a praças e atividades esportivas estão degradadas. Na Rocinha III, a Prefeitura iniciou a reforma de uma praça e não concluiu, para a indignação dos moradores. Segundo os entrevistados, um dos itens que contribuem para a violência e as drogas é a falta de lazer para crianças e jovens. A entrevista de número 28, estudante, 15 anos moradora da Rocinha III componente do Grupo Focal lamenta a falta do lazer e de boas escolas. A estudante coloca: "os próprios moradores destroem as praças, jogam lixo e coisas velhas, quebram as lâmpadas e assim fica perigoso, desde que cheguei aqui com meus pais só vejo as crianças dentro de casa ou nas ruas sujas... não há local para o lazer".

A Rocinha alterna um quadro de desprezo pelas autoridades e descaso dos moradores que, em sua maioria, ignora a realidade em que convive, pois a busca pela sobrevivência diária os torna alheios a qualquer outra situação.

6.2 O IMAGINÁRIO DOS MORADORES DA ROCINHA: SONHOS, DESEJOS E ASPIRAÇÕES EM UM COTIDIANO CHEIO DE (IN) CERTEZAS

Os sujeitos entrevistados nesta pesquisa expressam suas expectativas em relação a um futuro que talvez nunca se torne presente, são sonhos de consumo e desejos refletidos na luta cotidiana em busca de realizações, tudo isso em meio a impossibilidades materiais e simbólicas. Ao serem questionados quanto aos sonhos, as respostas concentram-se na aquisição de bens materiais, realização de melhorias na moradia, retorno à terra natal, conquista de um lugar melhor para viver, um emprego com carteira assinada, desejos que, para aqueles que vivem longe dessa realidade, pouco significam. As respostas mais recorrentes foram: comprar televisão, ter banheiro com vaso sanitário, cortinas, guarda-roupa, morar na Avenida Getúlio Vargas, ter um quintal

e colocar piso na casa. Dentre os sonhos, ter a casa própria significa a maior de todas as conquistas.

As mulheres, do Grupo Focal foram unânimes ao colocar: “gostaria de ter a casa arrumada com móveis, com reboco... pintada”.

Entrevista de número 20, grupo II: “gostaria de colocar o piso... infelizmente ainda não consegui nada que sonho”.

Entrevistada de número 17: “colocar o forro da casa”.

Entrevistado de número 23 “gostaria de ter uma chácara e comprar o que desejo”.

Entrevistada de número 25: “para mim bastava ter geladeira e televisão”.

Entrevistado de número 12: “tenho um sonho de ter uma casa melhor, esta é própria, eu fiz ela com muito esforço, queria que ela fosse do meu gosto, com tudo que uma casa pode ter, do bom e do melhor, mas só Jesus sabe de tudo, vou conseguir um dia quem sabe”.

Entrevistada de número 1: “meu sonho é ver este lugar livre das drogas e da violência, as crianças estudando e os jovens no caminho certo. Que os políticos olhem para esta gente e faça alguma coisa de positivo”.

Entrevistado de número 5: “eu sonho em ver esta comunidade unida em busca dos seus interesses, lutando por melhores dias, cobrando dos responsáveis as benfeitorias que merecemos. Sonho ainda em ver estes jovens no trabalho e as famílias unidas pela fé”.

Com relação ao futuro, os entrevistados dizem temê-lo diante de tanta dificuldade. O cotidiano dos moradores da rocinha alterna rotina diária e a convivência com uma realidade ameaçada pela violência, desemprego, miséria e precariedade.

Para o entrevistado de número 5: “vivo o dia a dia, o futuro cabe a Deus, se estarei vivo e trabalhando, isto já é muito para cuidar da minha família”.

Sobre as questões subjetivas dessa gente, seu desejos, medos, sonhos, enfim, sobre seus sentimentos mais profundos o entrevistado declara:

> Muitos vivem e sobrevivem pela fé. Falta esperança. Esta gente é constantemente enganada pelos políticos clientelistas. O que todos querem aqui e a liberdade de ir e vir, de trabalhar, de ser visto como homem. A busca pela casa própria motivou a vinda da maioria. Um espaço saudável para morar é o que todos querem. Aqui falta tudo, desde a infraestrutura ao emprego, perspectivas de melhorias, saúde, transporte, educação. Para os jovens falta uma estrutura familiar e trabalho. A droga amedronta os pais que saem para ganhar o pão. Até a única creche que tinha está fechada por

> ausência de recursos para manter as crianças. Creio que os desejos desta gente estão relacionados às melhores condições de vida, saúde e educação. A segurança é algo desejável por todos. É muito pouco para uma cidade tão grande (Ent. 5/Grupo I).

Para o entrevistado de número 14: "o futuro é incerto, não sei se vou ser removido daqui para onde estão construindo as casas, se amanhã terei dinheiro para o pão, se vai aparecer trabalho. Como vivo de biscate o dia seguinte é sempre uma surpresa às vezes ruim".

Para a entrevistada de número 10: "o melhor do futuro é acreditar e ter esperança... eu quero voltar para Ipirá para perto dos meus familiares e aí quem sabe, ter uma casa melhor que esta aqui, num lugar melhor".

O futuro para a entrevistada de número 4 é: "colocar minhas filhas na Universidade, ter um emprego melhor e poder sair daqui para um lugar limpo sem esgotos e sem violência".

Quanto aos sentimentos em relação ao local muitos se referem como um lugar feio e sujo longe das melhorias feitas pelos governantes. Um lugar cheio de problemas, esquecido pelas autoridades, porém único lugar que eles têm para morar. O sonho de muitos é que o Prefeito reorganize o local sem transferir os moradores, ofertando-lhes moradias melhores e beneficiando as ruas, colocando creches e praças e, acima de tudo, garantindo a segurança.

As relações de vizinhança têm um significado grandioso para essas pessoas, para elas, uns dos bons sentimentos que nutrem pelo local passa pelas relações com os vizinhos. Muitos dos entrevistados afirmam ser um lugar onde todos se ajudam onde é possível dividir o pouco que se tem. Nas minhas observações, constatei que, apesar de contarem com poucos recursos, muitos dividem com a vizinhança o pouco que conseguem para se alimentar e se proteger.

Para Gonçalves apud Faria (2004), o morador da favela tende a valorizar mais a vizinhança do que a casa. O que não se observa nas classes de maior renda, nessas a sobrevivência independe da ajuda diária dos vizinhos. Em estudos realizados em 2005 na Favela Fonte de Lili, verifiquei, mediante as entrevistas, que para muitos moradores a nova casa significava a concretização de um sonho se comparado com a moradia anterior, no entanto muitos queixavam-se da falta de cuidados do Programa de Remoção (Habitar Brasil BID) e da Equipe da SEPLAN que não levaram em consideração os laços de vizinhança na hora da alocação dos moradores nessas novas moradias. Devido

a esse fato, muitos manifestavam o desejo vender ou trocar a casa nova por uma moradia mais próxima dos amigos e antigos vizinhos. Para Faria (2004), nas favelas, as redes de solidariedade interferem na sobrevivência das famílias, pois estas famílias contam com parentes e vizinhos para cuidar das crianças enquanto trabalham. Na Rocinha, com o fechamento da Creche Getsêmane, muitas mães se viram obrigadas a desistir do trabalho ou optaram por deixar os filhos com vizinhos, só assim poderiam permanecer trabalhando. Assim o *morar* para Faria (2004) seria a conjunção de três componentes: casa, vizinhança e rede de sobrevivência. É na vizinhança que se pratica a solidariedade, pois os pobres são homogêneos nas condições de vida, pobreza e exclusão (ZALUAR, 1985), foi essa a realidade que constatei na Favela da Rocinha.

Quanto aos sonhos relacionados ao futuro, muitos gostariam de viajar para cidades famosas como Rio de Janeiro e Porto Seguro. Muitos externam o desejo de visitar a terra natal que ficou para trás há muito tempo.

Percebi, durante a observação participante, que o projeto da CONDER causava nos moradores sentimentos de angústia, expectativa e indefinição dos seus destinos. A remoção era tratada como algo incerto e duvidoso, diante da falta de esclarecimentos por parte da equipe do citado Órgão. Para a entrevistada de número 19, o sentimento é de resignação e descaso: “não acredito que vai acontecer nada para melhorar isto aqui... o nosso futuro é este mesmo sem mudanças”.

Para o entrevistado de número 9: “nossa esperança é o PAC, aí sim, teremos lazer para as crianças com as melhorias do local”.

Para a entrevistada de número 3: “se bem conduzido o processo de remoção, os moradores removidos terão um futuro melhor, uma moradia melhor” [...] “estou aqui desde quando os lotes foram doados pelo então Prefeito Colbert, promessas de melhorias são muitas, difícil é o cumprimento” e complementa: “o futuro para mim são meus filhos, a idade já está chegando, tenho sessenta anos, não espero muita coisa”.

A entrevistada de número 28 pertencente ao grupo III, estudante de quinze anos, que reside na Rocinha III com os pais assim fala sobre o futuro:

> para mim o futuro é o pré-vestibular e uma Faculdade para que possa ter emprego fixo com bons salários e assim ajudar os meus pais nas despesas da casa, ter meu dinheiro, passear e viajar com amigos. Quero ter uma casa melhor, com piso e um quarto somente para mim. Não quero casar tão cedo. Quero ser independente e não viver às custas de marido. Filhos somente quando tiver minha casa (Ent. 28/Grupo III).

Os depoimentos aqui apresentados levam ao entendimento que as representações do futuro para os moradores da Rocinha estão condicionadas às iniciativas do próprio indivíduo como também perpassa pela compreensão de que vivem em um lugar sem projeção no espaço urbano feirense e, portanto, abandonados à própria sorte. Esse abandono reflete a falta de políticas públicas e a ausência de ações do poder público municipal direcionadas para o local. Percebe-se ainda que muitos dos entrevistados estão resignados à própria sorte, sempre esperando, sem muita esperança, que algo de bom venha a acontecer. A condição de sobrevida a que estão destinados traduz essa apatia e os transforma em componentes de uma sociedade amorfa, como afirma Kowarick (1993) em seu estudo sobre a sociedade brasileira.

7 CONCLUSÕES

As cidades, à medida que vão se desenvolvendo, assumem contornos e formas de modo a oferecer à população nelas residente, condições favoráveis, ou não, a que seja inserida nesses espaços. As cidades do capitalismo constituem locais onde os detentores do poder são contemplados com melhores oportunidades, em situação oposta, portanto, aos componentes de populações de baixa renda, alijada, até mesmo, dos seus direitos fundamentais, o de moradia, por exemplo.

A Revolução Industrial alterou profundamente as condições de vida do trabalhador braçal, provocando inicialmente um intenso deslocamento da população rural para as cidades, onde formaria grandes concentrações. Um contingente de emigrantes constituiria o proletariado urbano que, ao chegar em busca de emprego e moradia, passaria a viver em condições deploráveis, tendo o cortiço como habitat. Em decorrência desse processo as cidades sofrem intensas transformações na sua forma e função. O desenvolvimento urbano desordenado e desigual não ocorre em paralelo ao crescimento das áreas sociais, e resultado patente é um gigantesco processo de segregação de classes, que empurra os pobres para as grandes concentrações de miséria, alijados dos centros de governo e dos negócios. Fatores, como a desestruturação do campo e a consequente atração de mão-de-obra para as cidades, a falta de oferta de moradia no mercado imobiliário formal e os baixos salários associados à crescente queda na oferta de emprego configuram o cenário no qual a expansão das favelas foi inevitável.

A acelerada urbanização brasileira, nas primeiras décadas do século XX, ocorreu de forma desigual sem a devida promoção de emprego necessária para absorver a mão-de-obra que migrava para as cidades à procura de trabalho. Nas principais cidades brasileiras, a intensa demanda por habitação provocou a elevação dos preços do aluguel e a população de baixa renda foi expulsa para as periferias ou novos aglomerados urbanos. Essas ocupações populares, em precárias condições decorrentes da ausência de políticas públicas, transformaram-se em verdadeiros bolsões de miséria e exclusão social. Paralelo a essa situação, tem-se a apropriação do mercado imobiliário por grupos capitalistas que utilizam da espoliação urbana para atingir seus objetivos de ganância e lucratividade.

Feira de Santana se inscreve na dinâmica da exclusão e da subnormalidade habitacional, principalmente após a instalação do CIS, na década de 1970, quando a cidade inchou com invasões e loteamentos irregulares, o que iria favorecer a favelização dentro e fora do Anel de Contorno, incluindo áreas anteriormente rurais. A industrialização do município, que representava crescimento e desenvolvimento, não veio acompanhada de políticas que pudessem assegurar, ao contingente de migrantes, a moradia digna. A industrialização não promoveu um número de empregos que pudesse atender a todos que aqui chegaram, assim, a população desempregada iria ocupar áreas de forma irregular e desordenada. Surgem então sérios problemas de urbanização com uma forte demanda habitacional, problema evidenciado, principalmente, nas camadas mais pobres da sociedade.

Devido principalmente a sua localização, Feira de Santana funciona como portão de entrada de imigrantes oriundos da microrregião e de estados do Nordeste. Ademais o grande desenvolvimento da cidade atrai novos moradores das mais diversas localidades. Gozando de destaque como pólo comercial, industrial e de prestação de serviços. Feira de Santana tem se tornando, nos últimos dez anos, um pólo de atração de investimentos nas mais diversificadas atividades, com reflexos na geração de empregos, que estimulam o crescimento do fluxo migratório para o município.

O processo acelerado de urbanização da cidade vem provocando, na mesma ordem, o surgimento de favelas, em geral na periferia, em áreas consideradas de risco, preservação ou proteção ambiental, próximas a córregos e a lagoas, desprovidas de serviços urbanos e de infraestrutura básica. Nesses locais, reside uma considerável parcela da população feirense, desassistida que, sem alternativas de emprego e renda, ocupa esses espaços de maneira desordenada e constrói ali sua moradia. Verifica-se, em todo o território feirense, uma ocupação demográfica que reflete as formas e as relações atuais de produção e ocupação do espaço.

Durante décadas, as políticas habitacionais implantadas na cidade de Feira de Santana visavam, unicamente, ao atendimento de uma camada da população com renda acima de 03 salários mínimos. Quase todos os programas habitacionais objetivavam atender a uma camada mais abastada da sociedade. Apenas o Plano Municipal de habitação tentou, na década de 1980, minimizar as questões de moradia dos pobres urbanos. As políticas voltadas para a habitação, a maioria em parceria com o governo estadual, produziram moradias para grupos específicos, a exemplo dos conjuntos habitacionais construídos na cidade. Em razão disso, a população desassistida vem ao

longo dos anos ocupando áreas irregulares na tentativa de resolver a questão da moradia.

Em espaços precários, descritos neste estudo, concentra-se um elevado número de desempregados ou subempregados, tem-se aí o retrato em preto e branco das desigualdades sociais existentes no município. São espaços caracterizados pela violência, criminalidade, tráfico de drogas e pela marginalidade.

Somente nos últimos dez anos foi que vislumbramos em Feira de Santana um crescimento significativo no número de habitações destinadas à população mais carente, sobretudo para atender aquelas famílias que se viram obrigadas a ocupar irregularmente terrenos públicos ou privados. Programas habitacionais em parcerias com o BID e com outras entidades têm minimizado em parte, essa carência habitacional. Ainda é relevante o percentual de pessoas vivendo em favelas espalhadas na cidade, algo em torno de 21% da população total. A Favela da Rocinha figura como exemplo, são 11.362 moradores residindo em condições adversas, sem propriedade do imóvel, instalados em área de proteção ambiental. A área nunca foi atendida por qualquer tipo de programa de revitalização ou reurbanização de favelas.

A precariedade habitacional em Feira de Santana decorre da falta ou de baixíssimo nível de renda que atinge grande faixa da sua população, cujo ganho não e suficiente nem para a subsistência, e que sobrevive graças a programas governamentais, ao apoio das Organizações Não-Governamentais e de outros segmentos da sociedade.

O entendimento do espaço denominado de favela serviu-me de base para chegar as conclusões aqui relatadas. Na visão dos pesquisados, favela é uma cidade, local ou espaço urbano, que necessita de ruas, calçamento, pavimentação, iluminação, segurança, postos de saúde, lazer, saneamento, enfim, um espaço que precisa ser modificado e melhorado. A favela funciona como um ecossistema humano onde grande parte se ajuda mutuamente, na guarda e na integridade das crianças ou na hora de oferecer um pão para o vizinho ao lado.

A rua significa a extensão da casa. Apreciei muitos moradores varrendo e limpando as ruas como se fossem as salas de suas casas. A rua funciona, ainda, como espaço para conversas sobre o cotidiano e para o lazer das crianças. Palco de contradições, significa, também, o espaço do medo, da violência, da criminalidade e do tráfico de drogas. E ainda a representação da pobreza associada a miséria, sujeira, lama, alagamentos e mau cheiro que exala dos esgotos a céu aberto.

A moradia, elemento primordial na conquista da liberdade do morador da favela, funciona como um dos itens de maior importância na vida dos que habitam a Rocinha. Para eles, possuir a casa própria, o lar, não importa muito as condições dessas casas, significa libertar-se do aluguel, terem a garantia de um teto desde que vivendo sem emprego fixo e de aventura.. A casa própria significa a segurança de permanecer naquele lugar. Um lugar conquistado por eles, daí, a resistência mediante a remoção. A conquista do lar, da casa, faz com os moradores do local olhem para aquele espaço com tanto carinho, amor e dedicação que o **feio** se torna bonito. Para algumas pessoas, o lugar parece feio e sujo, eles, os moradores não vêm dessa forma. Existe toda uma dimensão subjetiva entre o **feio** e o **belo** na Rocinha.

Os entrevistados afirmam que gostam de suas moradias, sentem-se felizes em tê-las, sentem o desejo de equipá-as e melhorá-las em seu padrão construtivo. Anseiam por um espaço completo, com praças, áreas de lazer, equipamentos públicos, escolas, ruas calçadas, esgotamento sanitário e toda uma infraestrutura de que são merecedores. Poucos declararam que não gostam da casa. Em tais declarações percebi que esse "**não gostar**" estava associado às condições de vida e à falta de habitabilidade do local.

A questão da vizinhança é um sentimento forte nas relações de sociabilidade entre os moradores da Rocinha, situação percebida principalmente, quando o assunto é remoção. Afastados dos seus direitos, buscam na vizinhança a solidariedade concreta no cotidiano, ou nas horas difíceis. Nos vizinhos, essa população encontra o apoio que lhes deveriam dedicar os órgãos e as entidades governamentais. Os laços de solidariedade ampliam a moradia, o espaço em que residem vai além da casa em que se encontram. Quando retomava a conversa sobre a remoção os entrevistados afirmavam que querem permanecer no local onde estão e questionavam; quem será o meu novo vizinho? quais laços podem ser estabelecidos? para onde vão me levar? e os vizinhos com os quais convivo atualmente?

A localização da Rocinha garante a muitos moradores a aquisição do trabalho e do alimento. Muitos encontram perto da mesma sua principal fonte de renda, que são os produtos para reciclagem. Os que trabalham no mercado formal também são beneficiados, pois a proximidade da Rocinha relativamente ao centro da cidade e das suas principais ruas facilita o acesso e reduz o custo com transporte. A insegurança diante da remoção, que se torna visível nas entrevistas, também perpassa pelas facilidades de acesso e locomoção que a Rocinha lhes oferece.

Na Rocinha, a expectativa dos moradores é o acesso, no espaço onde moram, a melhores serviços de educação, de saúde, saneamento, lazer, emprego, segurança e renda. Reclamam a falta de comprometimento e de cumprimento das promessas pelos representantes públicos que visitam a localidade apenas com fins eleitoreiros. Eles dizem que são desrespeitados, é visível a necessidade de reafirmarem que são honestos e trabalhadores apesar de ali existirem pessoas que desabonam a conduta dos moradores do local.

A violência que assola o país inteiro chegou à Rocinha. Os entrevistados reconhecem os graves problemas locais que são a violência, a falta de segurança, de escolas, de creches, de opções de trabalho para os jovens, mas esses problemas não retiram deles o orgulho de viverem onde escolheram. Na Rocinha, há ruas e locais mais e menos perigosos. Os índices de criminalidade naquela área são divulgados pelos principais meios de comunicação da cidade. As pessoas mentem em muitos casos, quanto ao endereço da residência na tentativa de fugir do estigma de morador de um espaço violento e ilegal.

Assim, o viver na Rocinha altera satisfação pela conquista da moradia própria, dor, sofrimento, saudade, expectativa por dias melhores, tristeza e um sonho de viver em um espaço social e economicamente superior. Esse espaço pertence a eles, é o lugar conquistado por eles, a opção de permanecer no local deve ser respeitada. A melhoria de toda a área da Rocinha deve contemplar a permanência dos moradores. A revitalização daquele lugar deve acontecer para melhorar a vida dos que ali habitam e não para atender a interesses imobiliários especulativos.

O que move o cotidiano dessas pessoas é a luta pela sobrevivência diária. A esperança por algo que está por vir e nunca chega. São muitos desejos e sonhos que fazem parte de um imaginário distante. A conquista da casa, do alimento, dos equipamentos domésticos, a busca por um emprego, a fuga dos rótulos, preenchem essa cotidianidade e os tornam indiferentes ou ausentes diante de uma realidade adversa, sem muitas perspectivas de melhorias.

A Rocinha apresenta um baixo nível de escolaridade, condição que limita o acesso dos seus moradores ao mercado de trabalho formal, assim essas pessoas ficam a mercê de ocupações menores ou vivendo de biscates. Trata-se de um contingente populacional em plena capacidade produtiva (a maioria jovens entre 18 e 25 anos), que se encontra desempregada ou subempregada, vivendo num espaço territorial em que

predomina a violência, seja pelo mecanismo do tráfico de drogas, assaltos ou outros tipos de violência, que atinge com intensidade mulheres, jovens, crianças e idosos.

A baixa remuneração ou uma remuneração irregular, comuns em situação de trabalho informal, impede as famílias da Rocinha de terem as condições mínimas de qualidade de vida, desde que lhes faltam capacidade de sustento, educação, saneamento, lazer, dentre outros bens.

O Estado se faz ausente na Rocinha desde a sua ocupação inicial. Há mais de vinte anos, o local, passa despercebido pelos olhares dos gestores públicos. Esse Estado mínimo mostra-se incapaz de fazer face às necessidades básicas da população e as crescentes demandas dos diversos grupos sociais.

7.1 SUGESTÕES

Santos (1996) considera que as cidades são cada vez mais diferentes umas das outras. Cada cidade tem uma relação direta com a demanda da sua região. A cidade é um espaço complexo, cheio de contradições, onde o urbano não se restringe a ela, engloba todo o sistema de produção e a rede de consumo, numa relação estreita com a região. Feira de Santana possui características próprias que a distingue das outras cidades médias, nesta perspectiva apresenta formas e funções que lhe dá originalidade e singularidade. Diferentes também são as formas da relação campo/cidade, as formas de integração com outras cidades e a participação dos diversos sujeitos sociais. Neste sentido, em qualquer análise sobre a produção do espaço urbano de Feira de Santana é preciso considerar a sua relação com a região e a sua posição como cidade pólo e, devido grande receptora de migrantes.

Na elaboração de políticas públicas para a cidade em questão deve-se considerar seus índices de pobreza e renda assim como o grande *déficit* habitacional existente e a carência de moradia para uma faixa da população que não têm aceso às políticas habitacionais do governo.

Nesta pesquisa constatei o quanto a cidade de Feira de Santana é carente de dados estatísticos que possam subsidiar estudos, projetos e analises sobre a cidade. Está ausência de dados confiáveis ou à falta deles leva à interpretações incompletas à

respeito da cidade, e , portanto a elaboração equivocada de políticas públicas. Para a sistematização desses dados é necessária a rápida movimentação dos órgãos competentes, como UEFS, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), entre outros, que juntos busquem financiamentos em agências como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) para a montagem de um Laboratório da Cidade a exemplo do Laboratório das Cidades do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Resta ainda à essas entidades a realização de pesquisas a exemplo da que foi desenvolvida para produzir o Perfil Empresarial de Feira de Santana, em 1998.

Feira de Santana apresenta um caráter predominantemente urbano, essa urbanização acelerada e desigual reproduz, em escala os problemas das metrópoles. Portanto, requer dos poderes públicos um olhar sobre o espaço urbano e à apropriação desse espaço. A cidade carece de um planejamento urbano adequado e condizente com sua realidade. O Plano Diretor precisa ser atualizado. As ZEIS precisam ser fiscalizadas e a legislação de uso e ocupação do solo urbano deve ser cumprida. Uma nova política urbana calçada nas novas práticas de gestão, articulando diferentes setores da administração pública e sociedade civil deve ser implantada. As múltiplas necessidades dos atores sociais que interagem na produção e reprodução do espaço urbano de Feira de Santana de vê ser considerada.

Os moradores de favelas em Feira de Santana clamam por políticas sociais inclusivas, e por participação na elaboração e implantação de Projetos de reurbanização e requalificação de favelas. Essas pessoas conhecem as suas necessidades e podem apontar alternativas na busca por uma cidade "legal", um local bom para viver. A "não cidade" ou "a cidade dos excluídos ou favelados"[39] não pode ser ignorada pelos organismos de planejamento urbano. A sociedade brasileira precisa tomar consciência dessa situação. A realidade das favelas em Feira de Santana não pode permanecer invisível aos olhos da população mais abastada.

Maricato (2007) afirma que a história do planejamento urbano no Brasil mostra a existência de um pântano entre a retórica e sua prática, devido principalmente a sua base fundante marcada por contradições – no texto e nos discursos, discriminação e desigualdade – na prática da gestão urbana. Presencia-se a importação de modelos tecnológicos e culturais muito além da nossa realidade. Muitos projetos urbanos são

39 Termo utilizado por Maricato (2007).

desenvolvidos por especialistas pouco engajados na realidade sociocultural local. A população não é ouvida e frequentemente os técnicos ignoram os problemas e as demandas pessoais, como vizinhança e sociabilidade, mobilidade urbana, recursos para o provimento da nova moradia, emprego e renda.

Por fim, Feira de Santana precisa ser analisada considerando o processo de favelização que ocorre dentro e fora do Anel de Contorno. Essa favelização advém principalmente das desigualdades sociais presentes na cidade, da falta de emprego e da má distribuição de renda. O Estado precisa se fazer presente evitando assim que outras formas de poder consagrem-se em determinados espaços.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex. **Introdução à gestão habitacional**. Texto Técnico. Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia e Construção Civil. São Paulo, 1995.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. França: Edições 70, 1977.

BORGES, Angela. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. **Análise e Dados. Questão Urbana**, v. 3, n. 1, jun. 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. (Org.). **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Cadernos Mcidades-Mobilidade Urbana**, **informação**, nov. 2004.

CALDAS, Jessiene. **Espaços urbanos:** uma produção popular. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, UFBA, Salvador-Ba, 1998..

CARMO, René Becker Almeida. **A urbanização e os assentamentos subnormais de Feira de Santana. 2009.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo 2009.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CASTELLS, Manuel. O processo de urbanização: relação histórica entre sociedade e espaço. In: CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1979.

CERTEAU. Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONDER - Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. Investimentos urbanos na Região Metropolitana de Salvador. In: BAHIA. Governo do Estado. **Projeto metropolitano 1993.** Salvador, 1993.

_____. In: BAHIA. Governo do Estado. **Projeto metropolitano 2000.** Salvador, 2000.

_____. **Projeto integrado de desenvolvimento sócio-ambiental**: Lagoa Grande. Feira de Santana: Programa de Aceleração do Crescimento, 2008.

CORREA, Roberto Lobato, et al. **Geografia:** conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CRUZ, Rossine Cerqueira. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. 1999. Tese

(Doutorado em Economia)- Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Glogal, 1979.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FARIA, T. C. **Favelas na periferia:** (re)produção ou mudança nas formas de produção e acesso à terra e moradia pelos pobres na cidade do Rio de Janeiro nos anos 90. 2004. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

FEIRA DE SANTANA. Lei Complementar n°. 1.612/92. Código de Meio Ambiente. **Prefeitura Municipal de Feira de Santana**. Feira de Santana – Bahia, 1992.

FEIRA DE SANTANA. Secretária Municipal de Planejamento- SEPLAN. **Diagnóstico preliminar de Feira de Santana:** plano estratégico municipal para assentamentos subnormais- PEMAS. Feira de Santana, 2000.

_____. **Hierarquização:** assentamentos subnormais. Feira de Santana, 2001.

_____. **Anuário estatístico.** Feira de Santana, 2008.

FEIRA DE SANTANA. Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN. **Informativo Municipal de Feira de Santana,** n. 001-100, 2001.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU**. Feira de Santana, 2000.

_____. **Lei Municipal nº 690 de 14 de dezembro de 1970**. **Criação do Centro Industrial do Subaé - CIS**. Feira de Santana, 1970.

_____. **Lei Municipal nº 1615/92**. **Uso e Ordenamento do Solo Urbano**. Feira de Santana, 1992.

FELTMANN, Clementina dos Santos. **Um olhar para o homem e a sua moradia.** 2002. Dissertação. (Mestrado em Saúde Pública)-Fundação Osvaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2002.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana:** influência da industrialização 1970 – 1996. 1998. 189 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1998.

HABERMAS, J. A nova transparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos,** CEBRAP, 1987.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1987**. Rio de Janeiro, 1987.

_____. **Censo Demográfico 1996**. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Censo Demográfico 2001**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Censo Demográfico 2003**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Censo Demográfico 2004**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Censo Demográfico 2008**. Rio de Janeiro, 2009.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades:** conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

LIMA, Roberto L. C. **A ocupação da periferia de Feira de Santana:** o perfil sócio-econômico do bairro George Américo. 1994. Monografia (Graduação em Economia)- Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental:** um relato de empreendimento e da aventura dos nativos no arquipélago da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____, et al. **A cidade de pensamento único:** desmanchando consensos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Programa de Aceleração do Crescimento. **Projeto Integrado de Desenvolvimento Sócio-ambiental Lagoa Grande**. Feira de Santana, 2008.

NASCIMENTO, Carla J. S. Inserção de Feira de Santana na Região Econômica do Paraguaçu. In: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Desenvolvimento regional:** análise do Nordeste e da Bahia. Salvador, 2006.

OLIVEIRA, Antônio. A violência e a criminalidade como entraves à democratização da sociedade brasileira. **CADERNO CRH**. Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, n. 38, jan./jun. 2003.

OLIVEIRA, Eliecy Eduarda. **O desigual combinado:** habitação social e processo de periferização urbana em Feira de Santana. 2005. Dissertação (Mestrado em Análise Regional)- Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. O vício da virtude. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos – CEBRAP,** n. 74. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Jane Souto de; MARCIER, Maria Hortense. A palavra é: favela. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Jeneiro: Editora FGV, 2004.

OLIVEIRA. Maria Leny Souza. **Múltiplos olhares sobre assentamentos subnormais em Feira de Santana**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2005.

PARISSE, Lucien. **Favelas do Rio de Janeiro** – evolução – sentido. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais, 1969.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Gilberto. **A utopia urbana:** um estudo de antropologia social. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

PEDRÃO, Fernando. Urbanização e formação de regiões. **Cadernos de Análise Regional,** Salvador. v.1, n. 1, nov. 1998.

_____. **A economia urbana**. Ilhéus: Editus, 2002.

PEDRAZZINI, Y. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

PRÉTECEILLE, Edmond. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso metrópole parisiense nas últimas décadas. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 38, jan./jun. 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA- CADASTRO SEPLAN, 2004.

RODRIGUES, Simone Toledo de O. Identidade cultural e território na cidade de Tiradentes. **Revista Espaço do Turismo**. n. 2, nov. 2007.

ROSA FILHO, Artur. **As políticas públicas do poder executivo municipal na remoção e/ou reurbanização de favelas no município de São José dos Campos**. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do vale do Paraíba, São José dos Campos, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SERVO, Maria Lúcia Silva. **Supervisão em enfermagem**: o (re)velado de uma práxis. Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, 2001.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves. Urbanização e fluxos migratórios para Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato A. de ; FARIAS, Vilmar (Orgs.). **Bahia de todos os pobres.** Petrópolis: Vozes, 1980.

SILVA, Ana Licks. **Domínios da lama:** assentamentos urbanos sob manguezais na cidade de Ilhéus. 1996. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual da Bahia - UNEB, Salvador, 1996.

SILVA, Bárbara-Christine N.; ROCHA, Aline P. Análise da dinâmica da urbanização no estado da Bahia – 1940/2000. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, v.4, n. 7, dez. 2002.

SILVA, Sylvio Carlos B. de M. e; SILVA, Bárbara-Christine N.; LEÃO, Sônia de O. **O subsistema urbano-regional de Feira de Santana**. Recife: SUDENE – CPR, 1995.

_____. **Urbanização e metropolização no estado da Bahia**. Evolução e Dinâmica. Salvador: Centro Editorial e Didático- CED-UFBA, 1989

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SPINOLA, Dantaslé Spinola. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional:** a experiência da Bahia. Salvador: Unifacs, 2001.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização.** 15. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Revista Electrónica de geografia Y Ciências Sociais,** Universidad de Barcelona, v. 11, n. 245, ago. 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. **Cidades da Bahia**. Salvador, 1997.

_____. **Desenvolvimento regional:** análises do Nordeste e da Bahia. Salvador, 2006 (Série Estudos e Pesquisas, 73).

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela:** do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana:** um estudo de antropologia social. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____; KUSCHNIR, Karina. **Pesquisa urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WEBER, Max. Conceitos e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ZALUAR, Alba; ALVITO. Marcus. Introdução. In: ZALUAR, Alba; ALVITO (Orgs.). **Um século de favela**. 4. ed. Rio de Jeneiro: Editora FGV, 2004.